

JOELMA CRISTINA SANTOS

**SENTIDOS DO TRABALHO PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
ADQUIRIDA REINSERIDAS NO
MERCADO DE TRABALHO**

São João del-Rei
PPGPSI – UFSJ
2016

JOELMA CRISTINA SANTOS

SENTIDOS DO TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ADQUIRIDA REINSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Sócioeducativos

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Nivalda de Carvalho-Freitas

São João del-Rei

PPGPSI – UFSJ

2016

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UFSJ

Santos, Joelma Cristina
S237s Sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida reinseridas no mercado de trabalho
[manuscrito] / Joelma Cristina Santos . – 2016.
112f.

Orientador: Maria Nivalda de Carvalho-Freitas.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei. Departamento de Psicologia.

Referências: f. 113-128.

1. Deficientes 2. Trabalho - Aspectos psicológicos 3. Inclusão social 4. Ação afirmativa I. Carvalho-Freitas, Maria Nivalda de (orientador) II. Universidade Federal de São João del- Rei. Departamento de Psicologia III. Título

CDU 159.9:376

A Dissertação “Sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida reinseridas no mercado de trabalho”

elaborada por **Joelma Cristina Santos**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM PSICOLOGIA

São João del-Rei, 22 de Fevereiro de 2016

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Maria Nivalda de Carvalho Freitas - (UFSJ)
Orientadora



Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro - (USP)



Profa. Dra. Maria de Fátima Aranha Queiroz e Melo - (UFSJ)

*À minha mãe,
reflexo do amor de Deus na minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e acima de tudo, a **Deus**, que cuida da minha vida em todos os detalhes e preparou cuidadosamente o caminho para que eu ingressasse no Mestrado.

Especialmente, à minha mãe, **Deolinda**, que abriu mão da minha presença (física) diária para que eu buscasse meus objetivos e pudesse concluir este trabalho.

À estimada amiga **Anna Caroline**, por ter me apoiado e possibilitado que esta pesquisa de Mestrado fosse concretizada antes mesmo de começar.

Às pessoas que me apoiaram e que, direta ou indiretamente, participaram da minha vida nestes dois anos de pesquisa, em especial, a **Nado Serafim**.

À **Priscilla Rocha**, assistente social da Prefeitura Municipal de São João del-Rei, à **Nara Baêta**, analista de recursos humanos da AMG Brasil e a **Orisvaldo Antônio da Silva**, chefe do SINAC – Setor de Inclusão e Assuntos Comunitários – da UFSJ, por terem colaborado imensamente para a efetivação deste trabalho, por meio da indicação de pessoas com deficiência adquirida que pudessem ser entrevistadas.

Aos **participantes** desta pesquisa, por terem me recebido de maneira acolhedora e desinteressada, e se dispuseram a partilhar suas histórias e vivências tão particulares.

À minha professora orientadora, **Maria Nivalda de Carvalho-Freitas**, por ter acolhido minha proposta de investigação, pelo exemplo de profissional generosa e pelo carinho com que me conduziu na concretização desta pesquisa.

À querida professora **Maria de Fátima Aranha de Queiroz Melo** pelas oportunidades proporcionadas durante a graduação que ampliaram as minhas perspectivas acerca do conhecimento científico, e pelas atentas e enriquecedoras observações durante as bancas de qualificação e de defesa deste trabalho.

Ao professor **Marcelo Afonso Ribeiro** por me privilegiar com preciosas contribuições nos momentos de avaliação deste estudo.

À professora **Larissa Medeiros Marinho dos Santos** pela gentileza em aceitar participar da banca de defesa desta investigação.

Aos **professores e colegas de turma** do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ e às **integrantes do NACE** – Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Trabalho – pela oportunidade da convivência e pela disponibilidade na construção conjunta de conhecimentos.

À **CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –, pelo suporte financeiro que viabilizou a realização deste estudo.

*O senhor mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto:
que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram
terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou
desafinam, verdade maior.*

(Guimarães Rosa, 1956, Grande Sertão Veredas)

RESUMO

O número de pessoas com deficiência (PcD's) é elevado em todo o mundo e o desenvolvimento de estudos acadêmicos sobre temáticas referentes a elas tem se tornado mais recorrente nas últimas décadas. Entretanto, ainda não foi possível abarcar a multiplicidade de facetas sob as quais suas questões são revestidas, tais como o impacto do trabalho no cotidiano e na subjetividade destas pessoas. Tendo em vista que o processo de aquisição de uma deficiência gera efeitos psicossociais singulares, a presente pesquisa teve por objetivo compreender os sentidos atribuídos ao trabalho por pessoas com deficiência adquirida, além de buscar entender como se deu a vivência da reinserção profissional, bem como as possíveis comparações entre a vida no trabalho antes e depois da aquisição da deficiência. Para isso, foram entrevistadas, de forma semiestruturada, 13 pessoas com deficiência (física, auditiva ou visual) adquirida, que estavam inseridas no mercado de trabalho (formal ou informal) e que continuaram ou voltaram a exercer alguma atividade produtiva remunerada após a aquisição da deficiência. As entrevistas realizadas foram transcritas e analisadas pelo método de análise de conteúdo de Bardin (2011), o qual permitiu a elaboração de seis categorias temáticas referentes aos sentidos atribuídos ao trabalho: (1) distração, ocupação e realização de atividades, (2) independência e sobrevivência, (3) prazer e satisfação, (4) preenchimento da vida, (5) utilidade e (6) valorização pessoal. Percebeu-se que a aquisição da deficiência representou um momento marcante na vida dos entrevistados, em alguns casos gerando consequências dolorosas e, em outros, sendo conduzida de maneira mais harmônica e levando a aprendizados e ao amadurecimento pessoal. Observou-se ainda que o retorno ao trabalho foi vivenciado positivamente pela maioria dos pesquisados e, na maior parte das vezes, foi inicialmente motivado pela necessidade financeira, a qual permitiu, posteriormente, a atribuição de outros sentidos ao trabalho. Além disso, a reinserção profissional assumiu maior relevância individual, quando os impactos produzidos pela aquisição da deficiência também foram maiores, em comparação a deficiências que exigiram menos alterações na vida cotidiana. Considera-se que esta pesquisa contribuiu para a reflexão e a compreensão dos fatores subjetivos relacionados ao trabalho das pessoas com deficiência adquirida, abrindo perspectivas para novos e mais aprofundados estudos na área.

Palavras-Chave: aquisição de deficiência, centralidade do trabalho, retorno ao trabalho, diversidade, ação afirmativa.

ABSTRACT

The number of people with disability (PcD's) is huge all over the world and the development of academic studies about those people has become more recurrent in the last decades. However, it was not possible yet to encompass the multiple perspectives of questions related to them, such as the impact of working in their routines and in their subjectivities. Considering the fact that a person is psychosocially affected in an unparalleled way when he or she gets a disability, this research aims to comprehend the meanings of working for those people, to know how it was the professional reintegration experience, to make comparisons between the lives before and after the disability. For this, 13 people, who were working (formally or informally) before getting a disability (physical, hearing, or visual) and then got back to the job market with any remunerated activity, were interviewed. The interviews were transcribed and analyzed through Bardin's method of content analysis (2011) which led to the development of six thematic categorization of meanings given to work (1) distraction, occupation and execution of activities, (2) independence and survival, (3) pleasure and satisfaction, (4) life fulfilled, (5) utility and (6) self-worth. It was noticed that the disability has represented a landmark in their lives, in some cases it caused painful consequences but in others it was more harmonious and led to learnings and personal growth. It was also noticed that working was considered positive for the most part of the interviewed people and, in the most cases, it was motivated by the financial needs which subsequently resulted in other meanings of working. Beyond this, the return to working was more relevant to those ones who experienced stronger consequences from their disabilities than the ones who suffered fewer changes in their routines. This research is considered as a contribution for reflection of the working done by people with disabilities opening up prospects for new and deeper studies in this area.

Keywords: meanings of working, people with disability, getting of a disability, centrality of work, returning to work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1. Trabalho e pessoas com deficiência: entre as políticas de ação afirmativa e a efetiva inserção no mercado	15
2.2. Como é a deficiência de que estamos falando: conceitos e dados.....	20
2.3. Construções teóricas e implicações práticas da deficiência.....	25
2.4. Um pouco do que já foi feito: alguns relatos empíricos sobre a aquisição de uma deficiência.....	31
2.5. A experiência de afastamento e de reinserção no trabalho.....	34
2.6. A categoria trabalho e suas ambiguidades.....	38
2.7. Mas, afinal, o trabalho é central na vida humana?.....	43
2.8. O trabalho e sua relevância subjetiva.....	49
2.9. Os significados e os sentidos atribuídos ao trabalho: aproximações e distanciamentos	52
2.10. O trabalho e seus sentidos: a perspectiva de Estelle Morin	57
2.11. Sentidos do trabalho e pessoas com deficiência: algumas investigações anteriores e um problema de pesquisa.....	60
3. OBJETIVOS.....	67
3.1. Objetivo Geral.....	67
3.2. Objetivos Específicos	67
4. MÉTODO.....	68
4.1. Participantes.....	69
4.2. Procedimento de coleta de dados.....	70
4.3. Procedimento para análise dos dados	72
4.4. Considerações Éticas	75
5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	76
5.1. Caracterização dos participantes.....	77

5.2.	Processos subjetivos de aquisição da deficiência	80
5.3.	Retorno ao trabalho: a vida profissional depois da aquisição de uma deficiência	91
5.4.	Sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida	98
5.4.1.	Distração, ocupação e realização de atividades	98
5.4.2.	Independência e sobrevivência	99
5.4.3.	Prazer e satisfação	103
5.4.4.	Preenchimento da vida.....	103
5.4.5.	Utilidade	105
5.4.6.	Valorização pessoal	106
5.5.	Especificidades dos sentidos do trabalho: propostas para futuras investigações	108
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	129
	ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	131

1. INTRODUÇÃO

O trabalho, em suas amplas expressões, é uma temática pesquisada por diversos campos do conhecimento, como Administração, Economia, Engenharia, Medicina, Sociologia e Psicologia, bem como sob múltiplos pontos de vista – ergonômico, jurídico, psicossocial, entre outros – constituindo-se, assim, num objeto de estudo de caráter multidisciplinar. Não se trata de um tema consensual e existe grande divergência, entre autores, acerca da centralidade e da importância que este possui na estruturação das sociedades contemporâneas. Nesta perspectiva, avalia-se que o trabalho, como problema de pesquisa, apresenta grande relevância, por seus aspectos positivos e negativos, e ao trazer questões que são investigadas dentro e fora do contexto acadêmico. Em meio às mudanças sociais dos últimos séculos, entende-se que o trabalho pode ter um grande impacto sobre questões econômicas, sociais e políticas, além de ser considerado, para muitos pesquisadores, um dos principais referenciais e um dos valores centrais para a configuração da subjetividade¹ de uma pessoa. Considera-se, assim como Ramminger e Nardi (2008), que o trabalho deve ser analisado, não somente em relação aos modos de produção, mas pela forma como as pessoas vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho. Tais vivências podem ser influenciadas pelo contexto social, histórico e econômico, o que indica diferentes processos de constituição das subjetividades e, conseqüentemente, diferentes sujeitos trabalhadores (Ramminger & Nardi, 2008). Analisar o trabalho se torna relevante, portanto, ao gerar contribuições para a compreensão da vida subjetiva e da organização social.

Tendo estes princípios em vista, compreende-se, em parte, porque o trabalho situa-se, assim como a saúde e a educação, entre os direitos sociais básicos declarados na Constituição Federal do Brasil, de 1988. Num país com extenso histórico de desigualdades sociais, o trabalho pode representar o livre acesso a condições de cidadania, ainda mais quando se considera os direitos trabalhistas e previdenciários decorrentes de uma ocupação no mercado formal. Assim, com o intuito de assegurar a igualdade de oportunidades de

¹ Nesta dissertação, os conceitos de subjetividade e dimensão psicossocial são tomados como sinônimos e utilizados intercambiavelmente, tendo como referência a relação sujeito-mundo presente em ambos os termos.

ingresso no mercado de trabalho formal às pessoas com deficiência (PcD's)², o Brasil, entre outros países – tais como Alemanha, Argentina, Bélgica, Espanha, França e Portugal –, instituiu políticas de ação afirmativa, a fim de retificar as desvantagens históricas acumuladas pela população de PcD's. Desde a década de 1990, mudanças na legislação brasileira têm buscado corrigir distorções sociais e estabelecer critérios legítimos para, entre outras medidas, viabilizar o acesso das pessoas com deficiência ao trabalho formal. A população-alvo destas iniciativas é de, aproximadamente, 45,6 milhões de pessoas, segundo dados do último censo realizado no Brasil, em 2010 (IBGE, 2012). Destas, estima-se que cerca de 6,5 milhões estão em idade produtiva e possuem condições efetivas de serem inseridas no mercado de trabalho formal pelas políticas de ação afirmativa (Garcia, 2014). No entanto, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais, o Brasil possuía, em 2014, cerca de 381,3 mil PcD's com vínculo empregatício formal (Ministério do Trabalho e Emprego, 2015). Observa-se, assim, que, apesar da regulamentação legal, ainda existe uma grande distância entre o número de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência e a quantidade destas que estão, de fato, trabalhando em condições formais.

Em alinhamento às mudanças sociais dos últimos anos que atingiram esta população e acompanhando o maior interesse de instituições públicas e privadas acerca da inserção de PcD's no mercado de trabalho, a produção acadêmica sobre questões relacionadas a esta temática aumentou e se tornou foco de maior produção científica (Suzano, Nepomuceno, Ávila, Lara & Carvalho-Freitas, 2008). Neste sentido, muitas pesquisas têm sido realizadas acerca da inserção, das dificuldades e estratégias de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Estes estudos, na sua grande maioria, analisam, de forma conjunta, pessoas com deficiências diversas, sem distinção entre os tipos existentes, originando uma lacuna no campo do conhecimento em virtude da carência de investigações específicas sobre as implicações da deficiência adquirida, especialmente, no contexto de trabalho.

² Entende-se que o uso de siglas, como PcD's, em referência a pessoas com deficiência, pode contribuir, de certa forma, para a estigmatização desta população, uma vez que pode, involuntariamente, impor mais um rótulo a estas pessoas. Nesta dissertação, no entanto, o uso da sigla teve a única finalidade de minimizar o excesso de repetições da expressão “pessoas com deficiência” e, assim, evitar que a leitura do texto ficasse cansativa.

A deficiência adquirida é uma realidade para milhões de pessoas no Brasil, constituindo-se na forma mais comum de deficiência e causada, principalmente, por doenças, fatores ambientais e acidentes domésticos, de trabalho e de trânsito (Castro et al., 2008). Esta pesquisa parte do pressuposto de que a aquisição de uma deficiência pode gerar consequências psicossociais em todas as esferas da vida de uma pessoa, pois ocorre, muitas vezes, sob circunstâncias traumáticas e a obriga a reorganizar sua vida e a rever seus valores e concepções. Compreende-se, portanto, que a atividade profissional também pode ser reavaliada, passando por reflexões e podendo adquirir novos sentidos. Além disso, a reinserção profissional, após um período de afastamento – mesmo que por outros motivos, como doenças ou acidentes –, já pode se caracterizar, por si só, como uma experiência de ansiedade, angústia e incerteza quanto à receptividade no contexto de trabalho (Boschco, 2011; Ramos, Tittoni & Nardi, 2008; Souza & Faiman, 2007; entre outros autores). Tendo em vista que o afastamento tende a provocar sentimentos de fragilidade e, ao mesmo tempo, promover uma revisão sobre as condições de vida e de trabalho, estas circunstâncias atreladas à aquisição da deficiência podem ser potencialmente geradoras de sofrimento e levar ao receio de retornar ao ambiente laboral.

Considerando-se que o ponto de vista das PcD's inseridas no mercado de trabalho ainda não foi suficientemente estudado, bem como a perspectiva das pessoas com deficiência adquirida, sobre diversos aspectos, também necessita de maior aprofundamento, este estudo pretende proporcionar uma contribuição sobre a temática. Desta forma, esta pesquisa de Mestrado tem o objetivo de compreender os sentidos atribuídos ao trabalho por pessoas com deficiência adquirida, dentro da linha “Processos Psicossociais e Socioeducativos”, de modo a construir e difundir conhecimentos sobre processos psicossociais relacionados à diversidade e à inclusão social nos contextos de trabalho. No que se refere aos sentidos do trabalho, entende-se que estes estão vinculados à subjetividade e às motivações de cada um, constituindo-se numa produção individual perante significados coletivos e partilhados socialmente. Como são influenciados pelo contexto cultural, social e histórico em que a pessoa está inserida, os sentidos do trabalho são dinâmicos e variáveis e, na presente pesquisa, a investigação sobre eles caracteriza-se como uma forma mais acurada de se aproximar da subjetividade do trabalhador com deficiência adquirida. O embasamento teórico aqui utilizado parte das contribuições de Estelle Morin, que entende os sentidos do trabalho com uma estrutura composta por três elementos – significado, orientação e coerência – e que considera as representações, a

centralidade do trabalho, os objetivos da pessoa em realizá-lo e a relação de equilíbrio estabelecida com o trabalho (Morin, 2004).

Acredita-se que a compreensão acerca de tais aspectos, além de enriquecer a literatura científica sobre o tema, também possa contribuir para a avaliação das práticas de reinserção profissional de PcD's e a reorganização dos processos de trabalho. Além disso, espera-se que os resultados da pesquisa sobre os sentidos que PcD's atribuem ao trabalho possam ser articulados com demais estudos que investigam a forma como gestores e colegas de trabalho avaliam a reinserção profissional e o trabalho de PcD's, vários destes estudos desenvolvidos dentro da linha de pesquisa "Processos Psicossociais e Socioeducativos". Para a concretização desta pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 13 trabalhadores com deficiência adquirida, avaliando-se o material coletado por meio do método de análise do conteúdo, segundo a proposta de Bardin (2011), de forma a identificar as categorias mais relevantes ao se tratar o tema e os diferentes aspectos que o integram.

A fim de evidenciar a relevância do problema de pesquisa aqui colocado, apresenta-se, a seguir, uma revisão da literatura disponível sobre o assunto, de modo a contextualizar a ampla temática na qual esta pesquisa se insere. Assim, inicia-se com uma perspectiva histórica sobre a conquista de alguns dos direitos das pessoas com deficiência, enfatizando a inserção destas no mercado de trabalho. Em seguida, é traçado um panorama, com alguns dados e características, da deficiência adquirida. Logo após, são trazidas algumas investigações empíricas sobre determinados aspectos da aquisição de uma deficiência e acerca da reinserção profissional após vivências de afastamento do trabalho. Na sequência, focaliza-se a categoria trabalho sob o ponto de vista histórico, sua transformação em fator central para a vida subjetiva e o debate sobre a permanência desta centralidade na sociedade ocidental contemporânea. Em continuação, são trazidos alguns dos autores que defendem a relevância do trabalho para a configuração do cotidiano social, abrindo espaço para se abordar a perspectiva teórica sobre a qual esta pesquisa está construída: a interpretação de Estelle Morin sobre os sentidos do trabalho. Por fim, a revisão de literatura traz algumas das contribuições já empreendidas com o objetivo de investigar os significados e os sentidos do trabalho para pessoas com deficiência. Após a apresentação do referencial teórico, são trazidos os objetivos da presente pesquisa e a descrição dos métodos de coleta e de análise dos dados utilizados. Seguem-se, a seguir, os resultados encontrados sobre os processos subjetivos de aquisição de uma deficiência, as experiências

de retorno às atividades e os sentidos atribuídos ao trabalho, bem como as consequentes análise e discussão dos resultados. Por fim, apresentam-se as questões que necessitam de maior investigação em futuros estudos sobre o tema e as considerações finais acerca da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Trabalho e pessoas com deficiência: entre as políticas de ação afirmativa e a efetiva inserção no mercado

Seguindo uma tendência já observada em muitos países e expressa em documentos oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde a década de 1970, o Brasil criou diversas políticas com o intuito de promover o acesso de pessoas com deficiência (PcD's) ao mercado formal de trabalho. No contexto mundial, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela ONU em 1975, é considerada o marco inicial do processo de reconhecimento social das PcD's. A Declaração estabelece o direito, entre outros, da pessoa com deficiência obter e manter um emprego ou se engajar em uma ocupação útil, produtiva e remunerada, de acordo com a sua capacidade para tal (ONU, 1975). Em meio à pressão exercida pelos movimentos sociais (os quais incluíam pessoas com deficiência e familiares destas, além de profissionais da área da saúde) em favor dos direitos das PcD's, a ONU declarou o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, em 1981. A Organização instituiu ainda o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, visando a fortalecer a plena participação de PcD's na vida social, por meio de ações estratégicas a serem desenvolvidas no período de 1983 a 1992, denominado como Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência (Coelho, 2009). Considerando a relevância das mesmas questões, a OIT publicou em 1983, a Convenção nº 159 sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência, que versa acerca das normas internacionais que buscam garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento para pessoas com quaisquer tipos de deficiência, no que se refere a possibilidades de emprego e de integração à comunidade (OIT, 1983).

Considerando o espectro de medidas destinadas à promoção da participação nos diversos círculos sociais e refletindo as reivindicações do movimento organizado em prol das PcD's, a legislação específica brasileira começou a ser instituída com a promulgação da Constituição Federal de 1988, visando a garantir o completo exercício dos direitos das pessoas com deficiência, como a igualdade de oportunidades de acesso ao trabalho. Segundo Scott (2005), igualdade não quer dizer ausência ou eliminação da diferença, mas, ao contrário, refere-se ao reconhecimento da diferença e a decisão de levá-la ou não em consideração.

Além de trazer vários artigos que tocavam nas questões das pessoas com deficiência, a Constituição Federal de 1988 descentralizava a responsabilidade pela inserção social de PcD's, que, assim, deixava de ser exclusiva das instituições especializadas e passava a ser de toda a sociedade civil, bem como dos poderes público e privado (Suzano et al., 2008). Estes dispositivos legais enquadram-se no conjunto das políticas de ação afirmativa, isto é, das políticas voltadas para grupos em situação de exclusão social, buscando corrigir desvantagens históricas e assegurar um tratamento igualitário no acesso às oportunidades (Alves & Galeão-Silva, 2004; Garcia, 2014). Estas políticas visam, assim, a proporcionar possibilidades mais concretas de ascensão material e de inclusão na sociedade, diante da insuficiência das medidas de cunho universal (Carneiro & Ribeiro, 2008).

Conforme Araújo e Schmidt (2006), o principal objetivo das ações afirmativas não é impor o assistencialismo às empresas, mas assegurar, às PcD's, a igualdade de oportunidades, incluindo o acesso pleno ao mercado de trabalho formal. De acordo com Castel (2008), as ações afirmativas são uma forma de “discriminação positiva”, a qual consiste em fazer mais por quem que tem menos, isto é, produzir esforços adicionais em favor de pessoas marcadas por uma diferença – vista socialmente como desvantagem –, de modo a reduzir ou extinguir esta diferença. A “discriminação positiva” visa, portanto, a corrigir a “discriminação negativa”, que marca o seu portador com um defeito quase permanente e que o condena a um destino determinado por uma característica que ele não escolheu, mas que lhe foi atribuída por terceiros como um estigma e um fator de exclusão social (Castel, 2008). Para Scott (2005), as ações afirmativas estão baseadas em identidades de grupo – um aspecto inevitável das vidas social e política – que define indivíduos, ao mesmo tempo em que rejeita a expressão plena de suas individualidades. A relação entre indivíduos e grupos é um processo de permanente negociação em contextos históricos mutantes, sendo que a igualdade completa, garantida em lei, não existe na sociedade, uma vez que as diferenças presumidas entre os indivíduos, que resultam em identidades de grupo, estabelecem a desigualdade (Scott, 2005). As diferenças de grupo se tornam visíveis e problemáticas em contextos políticos que legitimam exclusões, favorecem alguns grupos em detrimento de outros ou valorizam certas características (biológicas, por exemplo) em relação a outras (Scott, 2005). Assim, Scott (2005) considera que as ações afirmativas são paradoxais, pois, na tentativa de eliminar a discriminação, chamam a atenção para a diferença, e buscando tornar as identidades de grupo irrelevantes,

as reifica, negando e, concomitantemente, reproduzindo os termos de exclusão nas demandas pela inclusão social.

Por outro lado, Fraser (2012) considera que as políticas de ação afirmativa direcionadas a grupos desprestigiados socioeconomicamente por causas históricas, são soluções corretivas que apenas amenizam as consequências da distribuição econômica injusta, pois não modificam a estrutura econômica nem o sistema de produção que sustenta a injustiça social. De acordo com a autora, este tipo de “discriminação positiva” permite que certas minorias sejam vistas socialmente como sempre necessitadas da ajuda de um grupo privilegiado e que, ao se tentar reverter a injustiça ligada a redistribuição econômica, pode-se terminar criando injustiças de reconhecimento social. Faz-se necessário, portanto, não só uma redistribuição das riquezas, mas também um reconhecimento valorativo-cultural das diferenças (Ferreira, 2010). Fraser (2012) argumenta que uma solução transformadora reorganizaria as relações de produção econômica, alterando a distribuição do poder de compra, a divisão social do trabalho e as próprias condições de existência.

No Brasil, entre as medidas criadas e destinadas às pessoas com deficiência, encontra-se a Lei 7.853/89, regulamentada pelo Decreto 3.298/99, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência e busca assegurar os direitos básicos deste público e que propiciam bem estar pessoal, social e econômico, tais como educação, saúde, trabalho e lazer. Além desta, a Lei 13.146/15 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – instituída em 2015, visa a promover e garantir os direitos e liberdades fundamentais das PcD’s, tais como habilitação/reabilitação, saúde, educação, moradia, trabalho, assistência social e transporte, com vistas à sua cidadania e inclusão social. No que se refere especificamente à inserção no mercado de trabalho, destaca-se a Lei 8.112/90, que define um percentual de até 20% das vagas em concursos públicos para PcD’s, em cargos cujas atribuições sejam compatíveis com as suas deficiências. Entende-se, portanto, que a cota não se destina a qualquer pessoa com deficiência, mas àquelas que possuem condições efetivas de assumir determinados cargos (Silva, 2007). De especial relevância na área, por proporcionar acesso ao emprego formal para um contingente maior de pessoas, a Lei 8.213/91 estipula percentuais de postos de trabalho, em empresas privadas, que devem ser preenchidos por pessoas com deficiência habilitadas ou beneficiárias da Previdência Social reabilitadas. Assim, empresas que possuem entre 100 e 200 funcionários, devem reservar 2% de suas vagas para PcD’s; empresas com um quadro funcional de 201 a 500 pessoas, devem

destinar 3% das vagas para PcD's; em empresas com um número entre 501 e 1000 empregados, 4% dos postos devem ser ocupados por PcD's; e acima de 1001 funcionários, 5% das vagas devem ser destinadas às PcD's. Para serem inseridas no trabalho, por meio da Lei de Cotas, as pessoas com deficiência devem apresentar laudo médico que confirme que a deficiência se enquadra nas definições técnicas de deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla, estipuladas pelo Decreto 5.296/04, que será apresentado em outra seção deste capítulo.

No mesmo período em que a legislação brasileira avançou em direção a iniciativas mais inclusivas, voltadas para as PcD's, observou-se também um aumento da produção acadêmica nacional relacionada à inserção de PcD's no mercado de trabalho. Análise realizada por Suzano et al. (2008) demonstrou que, no período de 1987 a 2007, o interesse científico em torno deste tema cresceu de forma acentuada, especialmente, após 1999. Este aumento decorreu, muito possivelmente, da regulamentação da Lei de Cotas, que data deste ano e que pode ter demandado mais conhecimento em relação ao assunto com o consequente crescimento da investigação científica. Neste período, a temática com maior número de publicações referiu-se à gestão da diversidade nas organizações, o que pode ter sido um reflexo do maior interesse das empresas em adquirir mais conhecimento sobre os aspectos relacionados à contratação e à gestão do trabalho das pessoas com deficiência (Suzano et al., 2008).

Entretanto, embora a legislação específica exista há mais de 20 anos e tenha propiciado um aumento no número de vagas ofertadas às PcD's nas empresas privadas, muitas organizações ainda não a cumprem, apesar da possibilidade de autuação pela Justiça do Trabalho e de pagamento de multa, em caso de descumprimento da cota determinada pela Lei 8.213/91. Os motivos alegados para o não cumprimento são diversos, mas referem-se, principalmente, à falta de mão de obra qualificada no mercado. No entanto, esta alegação não se justifica, pois, considerando-se a taxa de escolarização, observa-se que apesar de os índices para PcD's, ainda se mostrarem relativamente mais baixos, existe um contingente razoável de pessoas com deficiência que apresenta nível de escolaridade similar ao de pessoas sem deficiência, levando-se em conta a proporcionalidade encontrada na população. Contudo, no que se refere à capacitação para o trabalho, Tanaka e Mazini (2005) argumentam que as iniciativas de preparação profissional e social das pessoas com deficiência, oferecidas em instituições voltadas para PcD's, não consideram a real demanda do mercado de trabalho e, assim, pouco contribuem para a

qualificação efetiva destas pessoas. Em decorrência, fica a cargo das empresas localizar PcD's aptas a exercer atividades profissionais e, após a contratação, aplicar os treinamentos necessários, a fim de prepará-las para atuar em suas áreas específicas de atividade. Cabe fazer uma ressalva, no entanto, que este deveria ser o procedimento adotado com quaisquer trabalhadores contratados, com ou sem deficiência. Entretanto, não é suficiente eliminar as barreiras de inserção no mercado de trabalho, pois atitudes discriminatórias podem interferir negativamente nas relações, bem como impedir possibilidades de ascensão profissional, uma vez que, conforme Castel (2008), ainda que os profissionais possuam a mesma qualificação, certos grupos de pessoas (no caso em questão, PcD's), podem ser vistos como menos iguais do que outros e, conseqüentemente, ter menos chances de progredir profissionalmente. Assim, mudanças atitudinais ainda devem ocorrer em muitos ambientes de trabalho para que estes sejam, de fato, inclusivos e propícios ao desenvolvimento profissional de pessoas com deficiência e de outros grupos minoritários.

Considerando-se estas e as demais barreiras ainda existentes para a inserção de PcD's no mercado formal de trabalho, Coelho (2009) alerta que o desemprego e o subemprego de pessoas com deficiência ainda é bastante comum, trazendo conseqüências econômicas, sociais e psicológicas negativas para as PcD's e para a sociedade, de modo geral. Souza e Carneiro (2007) alertam que a relação entre deficiência e pobreza é recíproca, ou seja, a deficiência é um importante fator de desigualdade social (ainda mais quando se considera que PcD's possuem menor participação no mercado de trabalho) assim como a pobreza pode "produzir" deficiências, ao dificultar o acesso a serviços de saúde ou oferecer menor proteção do aparato de segurança pública, por exemplo. Para a Organização das Nações Unidas (2007), a deficiência pode se constituir numa das causas da pobreza ao impedir a plena participação na vida econômica e social, o que pode ser revertido, caso as PcD's tenham acesso a educação e formação, a políticas de recursos humanos inclusivas, a locais de trabalho acessíveis, a legislação antidiscriminação, entre outros fatores que podem contribuir para a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Em pesquisa com pessoas com deficiência física beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), Paiva Silva (2011) observou que os participantes do estudo sempre tiveram acesso a oportunidades de trabalho precário e de baixa remuneração, pois estavam inseridos em uma dinâmica social que não proporcionava acesso a trabalhos formais capazes de oferecer oportunidades de realização pessoal e de reconhecimento

social. Neste sentido, Schur (2002) destaca que o trabalho formal contribui para a redução do isolamento social de grupos historicamente excluídos, o aumento da participação política destas pessoas e a diminuição dos índices de pobreza. Ao se viabilizar o acesso de PcD's ao trabalho, promove-se também um maior desenvolvimento pessoal e social delas, pois, ao exercer suas atividades dentro de uma empresa, as pessoas com deficiência, se tornam mais qualificadas e mais preparadas para assumir outras oportunidades de trabalho. Mas, para que isso ocorra de forma satisfatória, é necessário que as empresas proporcionem um ambiente com condições estruturais, funcionais e sociais que, efetivamente, propiciem a inserção das pessoas com deficiência, de modo que elas possam demonstrar todo o seu potencial e não sejam admitidas somente por benevolência ou obrigatoriedade legal (Tanaka & Mazini, 2005).

2.2. Como é a deficiência de que estamos falando: conceitos e dados

Como destacam Bernardes, Maior, Spezia e Araújo (2009), a noção de deficiência pode ser investigada por perspectivas contrastantes e envolver uma multiplicidade de conceitos, que vão do plano técnico ao plano existencial. Assim, pode-se adotar um ponto de vista estritamente médico que entende a deficiência apenas como o resultado biológico de uma lesão e estabelece uma conceituação focada em atributos individuais, que enfatiza perdas e limitações funcionais provocadas pela deficiência. Em análise desta linha de raciocínio, Goodley (2012) assinala que a Psicologia, em suas vertentes mais tradicionais e científicas, ao tomar a deficiência como objeto de pesquisa, tende a se estruturar como uma disciplina do individual e a cair no campo da reabilitação, da terapia e da cura, considerando a deficiência como um defeito ou o resultado de uma falta. Nesta perspectiva, que se apoia em abordagens médicas, a pessoa com deficiência é considerada uma vítima que precisa de cuidado e atenção, no que é denominado “teoria da tragédia pessoal”, em que a experiência individual é sempre determinada pela lesão. No mesmo sentido, o meio é visto como neutro e quaisquer consequências negativas advindas dele, para as PcD's, são tidas como inevitáveis ou aceitáveis, ignorando-se, por completo, a possibilidade de um ambiente maleável, que possa ser alterado pela ação humana (Barnes, Mercer & Shakespeare, 2005). Embora se reconheça as diferenças entre os tipos de deficiência, é preciso considerar que o que caracteriza a população de PcD's como um grupo, não é o tipo de lesão física, a redução da audição/visão ou o déficit intelectual, por exemplo, mas as dificuldades que pessoas com estas características encontram em se

relacionar ou se integrar à sociedade (Bampi, Guilhem & Alves, 2010). Desta forma, entende-se que, apesar das diferenças biológicas, há um elemento que conecta as diferentes comunidades de pessoas com deficiência ao redor de um projeto político único: a vivência de exclusão social (Bampi et al., 2010).

Estudos acerca da deficiência que partem do ponto de vista social levam em conta aspectos do contexto em que as pessoas estão inseridas e chamam a atenção para a forma como a sociedade se estrutura, ao não fornecer serviços apropriados nem assegurar adequadamente o atendimento das necessidades de PcD's (Oliver, 1996). O modelo social traz a concepção de que não são as limitações individuais que causam a deficiência, mas, sim, a sociedade que falha ao impor restrições, por meio de prédios públicos inacessíveis, sistemas de transporte impraticáveis, educação segregadora e arranjos de trabalho excludentes, entre outras circunstâncias (Oliver, 1996). Seguindo a análise estabelecida por Canguilhem (1982), a pessoa com deficiência só produz normatividade, ou seja, institui normas, em condições socioambientais específicas, sendo obrigada a renunciar a quaisquer circunstâncias adversas. Assim, nesta perspectiva, a deficiência desponta pelo fato de as relações entre o organismo e o meio terem se alterado devido às transformações do organismo – aspecto relevante, especialmente, quando se considera a deficiência adquirida – sendo que muito do que era normal para o organismo sem uma lesão deixa de ser para o organismo modificado (Canguilhem, 1982). A perspectiva acadêmica adotada nesta pesquisa compreende a deficiência como um fenômeno social que envolve fatores biológicos, mas se revela, principalmente, pela interação com o entorno social, que pode restringir, ou não, a autonomia, a acessibilidade e a expressão da capacidade destas pessoas (Bernardes et al., 2009). As pessoas são consideradas deficientes, portanto, em razão do fracasso manifesto da sociedade em acomodar suas necessidades e incluí-las na vida cotidiana, sendo que somente mudanças sociais e políticas podem gerar soluções legítimas (Barnes et al., 2005). De acordo com Bampi et al. (2010), nesta perspectiva, a deficiência deixa de ser um problema trágico que acomete pessoas menos afortunadas e cuja única solução viável é o tratamento médico, para ser vista como o resultado da discriminação e da opressão das sociedades, cuja única resposta possível é a ação política.

Entende-se que o “grau de incidência” da deficiência é determinado pelas restrições que são impostas pela inabilidade da população em se comunicar por linguagem de sinais, pela carência de material em Braille ou pelas atitudes públicas hostis de pessoas que não têm lesões corporais visíveis (Bampi et al., 2010). Assim, mais do que uma questão

individual, a deficiência é uma “criação social” e as barreiras sociais estabelecidas em cima dela devem ser desconstruídas (Barnes et al., 2005). Conforme Finkelstein (1980), as deficiências ocasionam desvantagens para as PcD’s porque a sociedade está organizada somente para as pessoas consideradas “normais” dentro dos padrões estabelecidos, o que individualiza um problema social. Considerando-se que as consequências dos impedimentos sociais não recaem aleatoriamente sobre todos, mas incidem sistematicamente sobre as pessoas com deficiência como um grupo oprimido que vivencia uma discriminação institucionalizada, a deficiência é, assim, algo imposto pelo modo como a sociedade, desnecessariamente, isola e exclui as PcD’s da plena participação social (Oliver, 1996). Nesta perspectiva, não se nega os aspectos biológicos da deficiência, mas considera-se que ela é, principalmente, um tipo de opressão social decorrente de barreiras erguidas pela maioria (formada por pessoas sem deficiência) e das relações estabelecidas entre pessoas com e sem deficiência, mais do que simplesmente originada pela causa da deficiência em si (Thomas, 2002).

Não existe um método consistente, entre países, que possa estimar com precisão o número de pessoas com deficiência em todo o mundo, pois os dados oficiais levantados sofrem influência da finalidade do levantamento realizado, das fontes de informação consideradas, da concepção de deficiência adotada e dos aspectos da deficiência examinados, entre outros fatores. Ainda assim, a Organização Mundial de Saúde (2011) avalia que existam entre 785 e 975 milhões de pessoas (com mais de 15 anos de idade) com algum tipo de deficiência e, se forem incluídos, os menores de 15 anos, o número de PcD’s é de mais de 1 bilhão de pessoas. O censo mais recente realizado no Brasil, em 2010, revelou que 23,9% da população ou cerca de 45,6 milhões de pessoas (considerando todas as faixas etárias) têm deficiência (IBGE, 2012). Entre os tipos de deficiência, a mais frequente é a deficiência visual, seguida pelas deficiências física, auditiva e intelectual, sendo que todos os tipos têm maior incidência nas pessoas com mais de 65 anos de idade, como reflexo do processo de envelhecimento populacional (IBGE, 2012). Ainda assim, em termos de prevalência, a faixa etária de 15 a 64 anos, segundo classificação do IBGE (2012), abrange aproximadamente 32,6 milhões de pessoas, o que indica que a grande maioria das PcD’s está em idade produtiva.

A maior parte das PcD’s que estão inseridas no mercado de trabalho formal brasileiro é do sexo masculino, possui Ensino Médio Completo e tem uma remuneração média ligeiramente menor que a média dos rendimentos do total de vínculos formais

(Ministério do Trabalho e Emprego, 2014). Utilizando os dados do censo brasileiro de 2010, que questiona se os respondentes possuem dificuldades permanentes (nenhuma, alguma, grande ou total) de enxergar, ouvir ou caminhar/subir degraus e/ou apresentam deficiência intelectual, Garcia (2014) buscou identificar o número real de PcD's que poderiam estar inseridas no mercado de trabalho por meio da Lei de Cotas. Assim, considerando as pessoas com idade entre 20 e 59 anos e apenas as que possuem deficiência intelectual ou tem grande ou total incapacidade para enxergar, ouvir ou caminhar/subir degraus (atendendo aos critérios técnicos da Lei de Cotas), Garcia (2014) estimou que o Brasil tenha cerca de 6,5 milhões de pessoas com deficiência que potencialmente poderiam estar no mercado de trabalho. No entanto, os dados mais recentes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) indicaram que o país possuía cerca de 381,3 mil PcD's com vínculo empregatício formal, em 2014, o que representa 0,77% do total de mais de 49 milhões de contratos de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego, 2015). Analisando os dados do censo 2010, Garcia (2014) observou ainda que 3,1 milhões de pessoas com deficiência, em idade produtiva, declararam estar ocupadas, o que leva a concluir que grande parte delas está no mercado informal, sem cobertura trabalhista ou previdenciária. Apesar da exigência imposta pela Lei, percebe-se, portanto, que o número de PcD's inseridas no mercado de trabalho formal ainda não atingiu o esperado e, por isso, grande parte das pessoas com deficiência acabam por depender de pensões e benefícios assistenciais. Ainda conforme Garcia (2014), a taxa de participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho (formal ou informal) é 24% mais baixa do que a taxa de pessoas sem deficiência, enquanto a taxa de desemprego é 1,5% mais alta para as PcD's, confirmando a percepção de que, para estas, existem maiores dificuldades no processo de inserção profissional do que para pessoas sem deficiência.

Em termos de lesão biológica, a população de pessoas com deficiência caracteriza-se por ser bastante diversa, reunindo, em um mesmo grupo, pessoas com variados tipos de deficiência física, sensorial e intelectual. Neste sentido, existem diferentes definições para deficiência e o Decreto 5.296/04 é amplamente utilizado como referência nas áreas da educação, trabalho e assistência social, entre outras, traçando diretrizes para diversas políticas públicas relacionadas às PcD's. De forma objetiva e numa perspectiva mais médica/biologicista, este Decreto define a deficiência física como a alteração parcial ou completa de um ou mais segmentos do corpo, ocasionando dificuldades para o desempenho da função física e podendo se apresentar como paraplegia, tetraplegia,

amputação, nanismo, entre outras formas. O mesmo Decreto também caracteriza as deficiências sensoriais – auditiva e visual – e, assim, a deficiência auditiva consiste na perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis ou mais, aferida por audiograma em frequências específicas. Por sua vez, a deficiência visual manifesta-se por cegueira (acuidade visual menor ou igual a 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica), baixa visão (acuidade visual entre 0,05 a 0,3 no melhor olho, com a melhor correção óptica), casos em que a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos é menor ou igual a 60°, ou casos em que as condições citadas anteriormente ocorrem de maneira concomitante. Ainda de acordo com os termos do Decreto 5.296/04, a deficiência intelectual consiste no funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos de idade e limitações associadas a duas ou mais habilidades adaptativas (comunicação, cuidados pessoais, habilidades acadêmicas, entre outras). Por fim, o caso em que duas ou mais deficiências estão associadas caracteriza a deficiência múltipla. Estes são os critérios técnicos que determinam as condições pelas quais pessoas com deficiência podem ser contratadas em atendimento à Lei de Cotas.

Não bastassem estas diferenças entre os tipos de deficiência, à parte da questão social, as deficiências também podem ser distinguidas em função de suas causas, podendo ser classificadas em hereditárias, congênitas ou adquiridas, diferenciação importante considerando-se que cada deficiência tem um impacto psicossocial único (Alves, 2012). As deficiências hereditárias são transmitidas pelos pais (com manifestação precoce ou tardia) e têm causas genéticas, ocorrendo independentemente da atenção e da assistência à saúde durante a gestação (Souza & Carneiro, 2007). As deficiências congênitas são aquelas geradas com a pessoa e podem, em certos casos, ser impedidas ou ter sua manifestação amenizada (Souza & Carneiro, 2007), como as decorrentes da desnutrição/subnutrição materna, exposição da gestante à radiação, doenças maternas (rubéola, sarampo e toxoplasmose, por exemplo) e uso de álcool/drogas por parte da mãe. Já as deficiências adquiridas consistem, geralmente, em sequelas de doenças (como diabetes, glaucoma e caxumba), consequências de acidentes de trânsito ou de ferimentos causados por armas de fogo e armas brancas, isto é, circunstâncias, muitas vezes, passíveis de serem evitadas.

De acordo com dados da Conferencia Internacional del Trabajo (2007), mais da metade das PcD's do mundo adquire algum tipo de deficiência depois dos 16 anos de idade, principalmente durante a vida laboral. Informações acerca das causas das deficiências não são comuns em pesquisas de grande abrangência, tal como os censos

nacionais, mas estudo de base populacional, feito por Castro et al. (2008), sobre dados de dois inquéritos de saúde realizados no estado de São Paulo, identificou que doenças e causas externas – fatores ambientais, acidentes domésticos, de trabalho e de trânsito – constituem as principais causas de deficiências. As doenças como causas de deficiências visuais foram indicadas em 30,3% dos casos, em 17,9% dos casos de deficiência auditiva e em 42,9% dos casos de deficiência física. Já as causas externas foram apontadas em 11,1% dos casos de deficiência visual, 33,2% dos casos de deficiência auditiva e 36,9% dos casos de deficiência física. Especificamente, em relação às causas que podem levar a uma deficiência física adquirida, os acidentes de trânsito (49%), as lesões por arma de fogo (21%), as quedas (15%) e o mergulho em águas rasas (4%), foram responsáveis pela maior parte das internações realizadas na Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, segundo levantamento epidemiológico feito em cinco capitais brasileiras, em 2014. Destes atendimentos, a maior parte dos pacientes era do sexo masculino (78%), tinha idade entre 18 e 39 anos (70% dos internados), era solteira (56% dos casos), possuía nível de escolaridade até o Ensino Fundamental (48% dos pacientes) e residia em área urbana (90% das pessoas) (Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, 2015).

Tendo em vista estes dados e considerações e em congruência com os objetivos da Linha de Pesquisa de Mestrado em que esta investigação está inserida, este estudo trata o conceito de deficiência fundamentado em uma perspectiva psicossocial. Logo, com base em Carvalho-Freitas e Marques (2007, p. 75), a deficiência é compreendida como: *produto da articulação entre condição biológica e contingências históricas, sociais e espaciais*. Neste sentido, a deficiência adquirida é entendida como o resultado da interação entre circunstâncias ambientais e sócio-históricas e um ser biopsicossocial que traz as implicações biológicas de ferimentos, doenças ou acidentes que afetam permanentemente a sua relação com o meio em que está inserido.

2.3. Construções teóricas e implicações práticas da deficiência

Goffman (1982), ao tratar da condição da pessoa estigmatizada, ou seja, considerada inabilitada para a aceitação social plena, define estigma como uma característica tipicamente vista como depreciativa, mas que também confirma a normalidade de outras pessoas, geralmente pertencentes a grupos majoritários. O autor entende que o estigma é um conceito fundamentado nas relações sociais e que está referendado por estas características individuais tidas como negativas. Entre estas

características estigmatizantes, inclui-se a deficiência, um atributo que recebe valor negativo por meio das relações sociais, uma vez que é a sociedade que determina as formas de categorização das pessoas, bem como as características que serão consideradas comuns e naturais para cada grupo social. Para o autor, um estigma se constrói sobre o que pode ser chamado de identidade social virtual (constituída pelo que é atribuído socialmente à pessoa) e identidade social real (caracterizada pelos atributos da pessoa, aquilo que ela, na realidade, prova possuir). Goffman (1982) argumenta que uma pessoa tida como normal ao se relacionar com alguém que possui um atributo diferente ou menos desejável, deixa de percebê-la como uma pessoa comum e a coloca numa categoria reduzida, devido ao estigma.

Barnes et al. (2005) discutem acerca dos papéis sociais atribuídos às PcD's e destacam que pessoas com deficiência tendem a ser percebidas como “desafortunadas”, porque se parte do pressuposto de que elas estão inabilitadas para aproveitar os benefícios sociais e materiais da vida moderna. Por outro lado, quando PcD's não correspondem à “teoria da tragédia pessoal” e são vistas felizes, “apesar das privações”, elas são elogiadas por sua “excepcional coragem” (Barnes et al. (2005). Estudos enumerados por Stone-Romero, Stone & Lukaszewski (2006) indicam que as PcD's são, muitas vezes, vistas (identidade social virtual) como desamparadas, dependentes, hipersensíveis e incapazes de cumprir integralmente suas obrigações profissionais, além de apresentar comportamentos autolimitantes. Tais percepções demonstram alguns dos estigmas das PcD's, isto é, algumas discrepâncias negativas entre a identidade social real e a identidade social virtual, com base no que é considerado “normal” na sociedade (Stone-Romero et al., 2006). Conforme Carvalho-Freitas, Rocha, Lopes, Silva e Spínola (2007), o processo de estigmatização é composto por um duplo movimento: por um lado, a sociedade atribui um valor depreciativo às PcD's e, por outro, as PcD's legitimam, em maior ou menor grau, as características que lhe são atribuídas, o que impacta, positiva ou negativamente, as percepções que elas tem de si próprias, de sua aceitação social e de suas possibilidades.

Entende-se que o estigma das pessoas com deficiência pode ser um critério de distinção nos diversos espaços sociais, tendo em vista que se refere a uma característica – deficiência – configurada nas relações que instituem os atributos des(valorativos) dos que o possuem, podendo originar atitudes de discriminação e preconceito. Fraser (2006), conceituando injustiça econômica (exploração do trabalhador, marginalização econômica e privação de um padrão de vida adequado) e injustiça cultural/simbólica (dominação

cultural, ocultamento pelas práticas comunicativas da cultura e desrespeito/desqualificação nas interações do cotidiano), argumenta que, na sociedade atual, as reivindicações sociais estão mais concentradas no reconhecimento cultural do que em exigências remuneratórias. Assim, enquanto na primeira reivindica-se a redistribuição da renda, a reorganização da divisão do trabalho e a transformação das estruturas econômicas, no segundo tipo de injustiça, os movimentos sociais reivindicariam mais a valorização das identidades desrespeitadas, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade (Fraser, 2006). A categorização de injustiça cultural pode ser articulada, portanto, à análise das questões das pessoas com deficiência como grupo social, uma vez que este luta por direitos em meio a modelos sociais que impõem códigos de normas e valores, excluem os diferentes e produzem o “não reconhecimento”.

Para Goffman (1982), as pessoas com deficiência tendem a ocupar um lugar distinto na estrutura social, em função não só da sua história e das suas estratégias de grupo, mas também, das contingências encontradas no decorrer das interações sociais. Na perspectiva do autor, as pessoas estigmatizadas tendem a apresentar experiências similares de aprendizagem em relação ao estigma e a passar por mudanças semelhantes na sua subjetividade. Em consonância, Barnes et al. (2005) argumentam que se uma pessoa nasce com uma deficiência ou a adquire ao longo da vida, ela é socializada no tradicional papel de “deficiente” e espera-se que ela se submeta à intervenção profissional (da medicina e de áreas afins), de modo a facilitar o seu ajustamento à sua própria “tragédia pessoal”. Portanto, a estigmatização e as expectativas sociais sobre como a pessoa deve se comportar ou o que ela é capaz de fazer exercem influência independentemente da deficiência em si (Barnes et al., 2005).

Goffman (1982) considera que existem diferenças entre a pessoa que possui um estigma congênito, e é socializada nesta condição, e a pessoa que se torna estigmatizada numa idade mais avançada, uma vez que esta, durante a sua socialização, viu e ouviu muitas coisas a respeito de pessoas com e sem estigmas antes de ela mesma ser obrigada a se perceber como “deficiente”. Para Stone-Romero et al. (2006), pessoas que adquirem uma deficiência relativamente tarde na vida reagem de forma mais negativa e sofrem mais golpes em seu autoconceito do que pessoas que a adquirem relativamente mais cedo. Esta diferenciação ocorreria porque pessoas que nascem com uma deficiência não sentiriam a perda da habilidade ou atividade estimada, como, por exemplo, no caso de surdos que, frequentemente, não se dão conta da deficiência porque nunca tiveram experiência de som

e não se comparam a pessoas que podem ouvir, além de relatar que preferem o silêncio, porque “uma multidão de sons poderia ser enlouquecedora” (Stone-Romero et al. 2006). Goffman (1982) avalia que, nos casos de deficiência adquirida na fase adulta, as pessoas tenham dificuldades em identificar-se e se autocensuram, sendo que a parte mais difícil de uma estigmatização repentina, pode ser creditada, principalmente, ao fato de a pessoa conhecer a sua nova situação (e as consequências desta) suficientemente bem. O autor considera que é difícil compreender como estas pessoas suportam e sobrevivem, “psicologicamente”, à transformação tão brusca de uma vida de pessoa “normal” para a vida de pessoa estigmatizada, apesar de isto ser frequente. Esta readaptação seria, para Goffman (1982), uma nova ordem diante de um quadro referencial já conhecido e a admissão para si mesmo do que antes a pessoa pensava que habitava somente nos outros.

Oliveira (2000) assinala que a aquisição de uma deficiência ou incapacidade física pode-se constituir num marco importante e determinante na vida de uma pessoa, sendo que a forma com que cada uma lida com a aquisição é diferente, pois depende da sua história pessoal, sua subjetividade, seus recursos, apoios sociais e preconceitos prévios acerca da deficiência física em geral. Segundo Moor (1973, citado por Silva & Albertini, 2007), em termos psicológicos, as deficiências adquiridas se diferenciam das deficiências congênitas, em dois pontos principais: (1) em relação ao momento de sua aquisição, já que pode impedir ou frustrar projetos da fase da vida em que a pessoa se encontra, e (2) em contraste a uma deficiência com a qual se nasce e cresce lidando com seus efeitos, as pessoas com deficiência adquirida podem comparar dois momentos diferentes de si mesmas, gerando sentimentos de menos valia. Brito (2009) destaca que o diagnóstico de uma doença crônica ou a aquisição repentina de uma deficiência causa impactos que interferem em todos os aspectos da vida de uma pessoa, tendo em vista que a nova condição pode exigir mudanças no estilo de vida, na rotina, nas ocupações e na maneira de lidar consigo mesmo. A nova realidade imposta força a pessoa a se adaptar, o que quase sempre é difícil e doloroso no início, quando muitos chegam a desconsiderar qualquer possibilidade de realização futura.

Conforme Resende e Neri (2009), o ajustamento psicológico a uma deficiência adquirida na vida adulta constitui-se num processo social longo, complexo e de múltiplas expressões físicas e psicossociais, caracterizando-se por ser uma tentativa da pessoa de se equilibrar diante das pressões internas e externas. Pesquisa realizada, pelos autores, com 90 pessoas com deficiência física (congênita ou adquirida), identificou que pessoas com deficiência física congênita e com escores mais elevados de ajustamento psicológico

mantinham atitudes mais positivas em relação ao envelhecimento pessoal. Conforme Resende e Neri (2009), quando a aquisição da deficiência ocorre mais cedo na vida, as pessoas tendem a apresentar melhor aceitação da deficiência, possivelmente porque os mais jovens costumam ser mais flexíveis em suas atitudes em relação à vida e mais abertos a novas formas de realização de atividades. Tal resultado é congruente com outro estudo dos autores, feito com 242 adultos com deficiência física congênita ou adquirida, em que foi constatado que as pessoas que tinham deficiência há mais tempo tinham atitudes mais positivas em relação à própria velhice (Resende & Neri, 2005). Para Murta e Guimarães (2007), a idade na qual o dano físico incide é um fator relevante porque interfere na seleção ou no direcionamento das experiências vividas e considera-se que quanto mais jovem a pessoa, menos problemas de adaptação ocorram. Segundo a revisão das autoras, considera-se que seja mais fácil para a pessoa com deficiência física desenvolver comportamentos adaptados desde criança do que para o adulto substituir seus comportamentos já estabelecidos por outros equivalentes, sob o impacto da lesão.

Especificamente sobre a lesão medular – um dos fatores que podem levar à deficiência física adquirida – Fecho, Pacheco, Kaihama e Alves (2009) assinalam que, ao dar início ao processo de reabilitação, muitas pessoas possuem dúvidas e expectativas inadequadas, ficam restritas à própria casa, queixando-se, frequentemente, da situação de dependência e desejando que ocorra um retorno às condições de vida anteriores, vivenciando diferentes níveis de angústia, tristeza, medo e ansiedade. Conforme revisão realizada por Murta e Guimarães (2007), sobre as variáveis que influenciam no processo de enfrentamento à lesão medular traumática, os fatores ambientais e psicossociais têm maior impacto no enfrentamento bem sucedido da lesão do que as variáveis físicas. Características subjetivas e variáveis demográficas, como idade, gênero e nível de instrução, influenciam na adaptação às consequências da lesão medular traumática e as autoras consideram que o dano físico não é em si um problema se a pessoa estiver em um ambiente físico e social estruturado e possuir recursos de enfrentamento suficientes. Schoeller, Bitencourt, Leopardi, Pires e Zanini (2012) também destacam que, para as pessoas que sofrem uma lesão medular, é comum o isolamento social, ao menos no início da fase de aceitação da nova condição, fator que tende a ceder com o avanço da idade e do tempo de lesão, possibilitando, novamente, a inserção na vida social. Para estes autores, a fragilidade que acomete estas pessoas ocorre em virtude da incapacidade percebida no momento posterior à aquisição da deficiência e a dependência inicial para a realização de

muitas das atividades que antes eram feitas de forma autônoma. Outra consideração importante é de que não só a deficiência física adquirida, mas as outras consequências da lesão medular no organismo (úlceras por pressão, problemas vesico-urinários, incontinência intestinal, espasticidade, entre outros) e as novas formas de locomoção e de vivência da sexualidade, por exemplo, ocasionam mudanças significativas e afetam a autoimagem e a relação da pessoa com os outros. Para se adequar à nova realidade e às transformações nos aspectos físicos, emocionais, sociais e ocupacionais, são necessárias adaptações que determinam um novo padrão de vida (Schoeller et al., 2012).

Para Aguiar e Severino (2010), a complexa interação entre preconceitos, estigmas e fatores socioeconômicos e jurídicos é que faz com que a aquisição de uma deficiência na adolescência e na idade adulta tenha conotação negativa na vida de grande parte das pessoas. Segundo as autoras, os impactos são sentidos, principalmente, pelas dificuldades na execução de atividades anteriormente realizadas. Experiência deste tipo é narrada por Assunção e Sette (2010), ao descreverem a superação das dificuldades vivenciadas pelo primeiro autor quando este passa a ter uma deficiência visual adquirida, como consequência de um assalto à mão armada. Em meio ao processo contínuo e complexo de readaptação às situações que abrangem todas as dimensões da vida deste, são relatados o temor, a necessidade e a importância da reinserção do profissional no seu antigo ambiente de trabalho bem como as adequações que ele e as pessoas, com as quais ele trabalhava, realizaram.

Ressalta-se que as relações entre deficiência adquirida e trabalho podem assumir múltiplas formas, cabendo destacar um dado europeu que indica que uma em cada seis trabalhadores que adquiriram uma deficiência perderam o seu emprego dentro de 20 meses (Abberley, 2002). Teixeira e Guimarães (2006) afirmam que as pessoas com deficiência adquirida podem vivenciar movimentos contrários em relação à própria inserção no mercado de trabalho. Isto porque se é alto o número de adultos que adquire uma deficiência e solicita aposentadoria por invalidez devido, muitas vezes, ao receio de enfrentar o local de trabalho e/ou sofrer alguma discriminação, por sua vez a necessidade psicológica de retornar ao trabalho ou, talvez, de mudar de profissão por causa da deficiência, podem estimular a reconstrução da vida. Fecho et al. (2009) sugerem que, nos casos de lesões medulares que acarretam em deficiências físicas adquiridas, a pessoa passa por uma ruptura da sua imagem ocupacional e, nestas situações, a intervenção psicológica

por meio da orientação profissional, quando possível, pode facilitar a retomada profissional.

Embora a literatura científica sobre a deficiência adquirida ainda seja escassa no âmbito das ciências humanas e sociais, algumas contribuições já foram empreendidas na tentativa de buscar compreender as características peculiares da aquisição de uma deficiência bem como os impactos que esta aquisição provoca. Assim, são apresentadas, a seguir, algumas pesquisas acerca das implicações objetivas e subjetivas da deficiência adquirida, de modo a subsidiar a discussão proposta neste estudo.

2.4. Um pouco do que já foi feito: alguns relatos empíricos sobre a aquisição de uma deficiência

Alves (2012) buscou compreender as representações sociais de nove jovens sobre a deficiência física adquirida devido à violência física e observou como a deficiência gera grandes impactos sociais, econômicos e emocionais na vida de uma pessoa, bem como na de sua família, especialmente por ocorrer em fases consideradas de pleno desenvolvimento biopsicossocial. Entre estas consequências, encontra-se a nova percepção que a pessoa tem sobre si mesma, a qual é influenciada pelas suas experiências sociais e por fatores internos, como estruturas psíquicas, padrões de comportamento prévios à lesão, características e traços pessoais, além de fatores externos, tais como condições socioeconômicas, políticas, culturais, nível de escolaridade, entre outros (Alves, França, Costa, Lopes & Baptista, 2013). Para Alves (2012), a aquisição de uma deficiência na adolescência e na juventude se torna mais severa porque a pessoa ainda não possui maturidade suficiente para enfrentar as perdas simbolizadas pela nova condição. Os resultados do seu estudo indicam que as repercussões individuais da deficiência física representaram a perda da liberdade e da autonomia, sendo que o resgate pessoal desta condição nem sempre se mostrava como um horizonte possível para as pessoas pesquisadas. Os participantes também relataram preconceito, sentimentos de rejeição e de piedade expressos tanto pelo meio social como por si próprios. Por outro lado, foi possível perceber que, em meio às dificuldades vivenciadas, os ganhos funcionais decorrentes da reabilitação orgânica configuraram-se como uma superação das limitações e dos sentimentos negativos e angustiantes (Alves, 2012).

Com o objetivo de compreender os impactos da lesão medular na vida de pessoas por ela acometidas, Schoeller et al. (2012) realizaram um estudo com quatro paraplégicos,

que adquiriram a deficiência física na fase adulta jovem. Os autores observaram que a aquisição da deficiência física representou uma drástica ruptura entre a vida que as pessoas tinham antes da lesão medular e a nova condição física à qual tiveram que se adaptar. Assim, os participantes da pesquisa dividiam sua vida entre antes, durante e depois da lesão, relembrando e “revivendo”, diversas vezes, o evento que causou a lesão, a fim de compreender melhor a nova condição. Além disso, o tempo decorrido após a lesão colaborou para a adaptação e para um maior conhecimento acerca das consequências da lesão medular (Schoeller et al., 2012). Tendo em vista as grandes mudanças na vida e no corpo, no que se refere aos movimentos e à sensibilidade, os autores perceberam a necessidade comum de tempo para a (re)construção dos objetivos de vida e da forma de viver, entretanto, um tempo que varia de pessoa pra pessoa e que depende, entre outros fatores, da idade, da formação prévia, do suporte familiar e das causas da lesão.

Pesquisa de Patrocínio (2010), com duas mulheres com deficiência física adquirida, buscou investigar os traços de autonomia gerados por esta dupla vulnerabilidade social – deficiência e gênero feminino – partindo do princípio de que a deficiência gera desvantagens e vivências de exclusão. Além disso, a deficiência é considerada uma condição indesejada, que traz desdobramentos nos contextos sociais de lazer, educação, trabalho, além de ter reflexos na subjetividade, em aspectos da afetividade e da sexualidade, por exemplo (Patrocínio, 2010). As mulheres pesquisadas, ao adquirirem deficiência, se depararam com um “novo” corpo e desafios antes inexistentes, suscitando a produção de novas subjetivações e constantes movimentos de reinvenção. A autora observou que, da experiência de aquisição de uma deficiência, emergiram novos processos de subjetivação, que impuseram a necessidade de recriação da existência, com base no manejo das situações de impedimento/rejeição social e, principalmente, do “cuidado de si”. Considerando que a deficiência adquirida consiste em uma experiência única, os processos subjetivos autônomos consequentes foram desencadeados pela atenção a si mesmo, pelo entendimento das limitações e possibilidades advindas da deficiência, pela disponibilidade para trocas sociais, pela implicação com uma obra a ser realizada, pelos recursos financeiros e pelo acesso a tecnologias de acessibilidade. Assim, para Patrocínio (2010), a aquisição da deficiência originou processos de subjetivação orientados à autonomia e à liberdade, além de criar possibilidades de emancipação.

Ao analisar as implicações da surdez adquirida em adultos, nas vidas familiar, social e laboral, Francelin, Motti e Morita (2010) observaram que as situações de trabalho

se mostraram como a área de adaptação mais difícil para o adulto que adquiria a deficiência, uma vez que impactava na segurança social e econômica deste. A pesquisa, realizada com pessoas na faixa etária de 20 a 60 anos, identificou que, dos 16 participantes, 13 exerciam ocupação remunerada na época de ocorrência da deficiência. Destes, sete continuaram na mesma profissão, dois se demitiram (um já era aposentado), um se aposentou, um solicitou auxílio-doença e dois mudaram de profissão (um destes foi demitido e o outro mudou por orientação médica devido ao ambiente ruidoso). O afastamento do trabalho consistiu numa das consequências imediatas para os pesquisados que estavam inseridos no mercado no momento de aquisição da deficiência auditiva. Muitos deles enfrentaram o despreparo e a orientação inadequada de profissionais de saúde, além da falta de mecanismos de encaminhamento e readaptação, o que os levou ao afastamento ou ao retorno à mesma função exercida anteriormente, assumindo, por si próprios os riscos ocupacionais em função de suas necessidades. Como consequências psicossociais da aquisição da deficiência auditiva, os participantes relataram sentimentos de autodiscriminação e discriminação familiar e social, além de alterações nos relacionamentos, como vivência de situações de estresse e desagregação familiar. As autoras observaram ainda que, para os familiares das pessoas com deficiência auditiva adquirida, os principais problemas relacionados ao trabalho foram a perda da colocação profissional devido à deficiência e a falta de paciência dos empregadores.

Matsuo (1999) pesquisou os relacionamentos, no mundo do trabalho e na família, desenvolvidos por pessoas que sofreram acidentes laborais, considerando a relevância de se entender os mecanismos do processo de reabilitação, a partir das repercussões do acidente de trabalho na vida destas, segundo a abordagem sociológica. Numa das partes do estudo, foram entrevistados 32 trabalhadores amputados devido a acidentes de trabalho, de modo a compreender o impacto da amputação na interação social, bem como o estigma nos relacionamentos, em virtude de uma deformidade física, levando em conta ainda que a ruptura da trajetória profissional ocorreu de forma brusca e violenta. Os acidentados foram reabilitados pelo INSS e, no retorno ao trabalho, foram realocados em novas funções, de complexidade igual ou inferior a que exerciam na época do acidente. Entre as conclusões da autora, destaca-se que alguns acidentados levavam uma vida considerada normal, apesar de alguns conflitos no processo de ajustamento e que suas ações eram menos orientadas pela discriminação ou pelo sentimento de perda do que o imaginado. Além disso, Matsuo (1999) observou que a experiência da amputação pode não estar separada do padrão de

normalidade traçado socialmente e que esta vivência pode ser administrada na esfera das relações sociais.

Os cinco estudos (Alves, 2012; Schoeller et. al., 2012; Patrocínio, 2010; Francelin, Motti & Morita, 2010; Matsuo, 1999) apresentados acima retratam alguns aspectos que auxiliam na compreensão das características singulares da aquisição de uma deficiência em comparação à deficiência congênita ou hereditária. Fatores como a reconfiguração da subjetividade, a perda da liberdade e da autonomia até que novas formas de adaptação sejam elaboradas e a vivência de situações de rejeição e preconceito em razão da nova condição gerada pela deficiência, entre outros aspectos, representam grandes desafios para as pessoas que adquirem uma deficiência. Tais circunstâncias, na vida adulta, contrastam com as situações vividas por pessoas que nascem e aprendem a conviver desde muito novas com a deficiência, distinção que justifica a delimitação traçada nesta pesquisa.

Entende-se que o ajustamento às alterações da rotina de vida, em razão da deficiência adquirida, atrelado às mudanças nas relações de trabalho, podem gerar experiências ricas em significados e sentidos, que precisam ser mais bem conhecidas e clarificadas pela literatura científica. Partindo-se, então, destes pressupostos, discutem-se, na sequência, alguns aspectos relacionados ao afastamento do trabalho, uma das prováveis consequências da deficiência adquirida, e à possível retomada das atividades profissionais. Apesar dos motivos que levaram ao afastamento serem distintos dos que serão objeto do presente estudo, considera-se que algumas características podem ser comuns em ambas as situações.

2.5. A experiência de afastamento e de reinserção no trabalho

Como tratam Silva e Hashimoto (2003), na sociedade capitalista contemporânea, estar sem trabalhar é estar alienado da realidade, uma vez que o ritmo do trabalho tende a ditar o ritmo da vida social. Assim, estar impossibilitado de trabalhar é algo muito maior do que estar impedido de executar suas atividades profissionais, uma vez que ultrapassa o espaço organizacional e invade as outras dimensões vivenciais (Silva & Hashimoto, 2003). Em casos de doença, uma pessoa afastada do trabalho sente-se imobilizada, fragilizada e se autodesqualifica, em razão do valor que o meio social reveste o trabalho. Para os autores, se, pelo trabalho, o homem ressignifica seu tempo passado e presente, e vislumbra possibilidades para o futuro, estar sem trabalhar é viver sem trazer e sem fazer sua (nova) história, o que inviabiliza a elaboração de projetos pessoais e profissionais. Para Boschco

(2011), o afastamento do trabalho por adoecimento é uma experiência marcada social e historicamente pela incapacidade para o trabalho e pela insegurança, requerendo da pessoa novas formas de subjetivação e mobilizando vários sentimentos do trabalhador.

Numa investigação sobre os sentidos do trabalho para oito servidores e docentes de uma instituição federal de ensino superior, afastados do trabalho por motivo de depressão, Cavalheiro (2010) observou que algumas pessoas demonstraram mudanças na forma de lidar com o trabalho antes e após o período de adoecimento, mediante o processo de saúde-doença e diante daquilo que provocou o afastamento. Além disso, a autora percebeu que, em alguns casos, a possibilidade do afastamento do trabalho pode dificultar a recuperação da pessoa adoecida, uma vez que restringe os relacionamentos interpessoais, podendo gerar ainda mais carências. Assim, ao mesmo tempo em que o trabalho pode contribuir para o adoecimento do trabalhador, o afastamento retira o “problema”, mas não resolve a situação (Cavalheiro, 2010).

Em alinhamento com alguns dos objetivos desta pesquisa, Garbin (2012) investigou as representações sociais de trabalhadores acidentados sobre o retorno ao trabalho e abordou a reinserção profissional após a vivência de acidentes que acarretaram consequências físicas e psicológicas. Do seu estudo, participaram sete trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e que passaram por cirurgias, tratamentos médicos e fisioterápicos, e, em alguns casos, pela reabilitação profissional promovida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. A autora observou que a vivência dos acidentes fez com que cada trabalhador repensasse suas condições de vida e de trabalho, e a exclusão, mesmo que temporária, do contexto social de trabalho, deixou traumas nos trabalhadores e modificou a percepção sobre as experiências anteriormente construídas pela atividade. Alguns trabalhadores pesquisados apresentaram sintomas depressivos em virtude das sequelas físicas adquiridas que, além de gerarem a inatividade profissional por um período, provocaram a incerteza acerca do retorno ao antigo emprego e da receptividade dos colegas de trabalho.

A pesquisa de Boschco (2011) trata das implicações do afastamento do trabalho por adoecimento no processo de subjetivação de três auxiliares de Enfermagem. Por meio de entrevistas semiestruturadas, analisadas sob a luz dos “núcleos de significação do discurso”, a autora buscou articular falas/conteúdos/emoções com a base material constitutiva da subjetividade, avaliando como as pessoas constituem os seus sentidos, transformando o social em psicológico. Conforme a autora, os significados e sentidos do

afastamento formados dependeram, entre outros fatores, da história de vida de cada entrevistada, da importância da atividade para cada uma, da percepção sobre a relevância do seu trabalho para a sociedade e para si mesma e da forma como a situação de trabalho se apresentou no momento anterior ao afastamento. Boschco (2011) destaca que a ocasião do afastamento parece ser permeada por um sentimento de ruptura, no qual se perde um lugar em que se inscreve como ser humano e se deixa de realizar uma atividade vital. Entre os resultados encontrados, a autora ressalta que o afastamento está fortemente relacionado a vários sentidos e sentimentos como: inutilidade, depressão, ansiedade, indignação, autorresponsabilização pelo processo de adoecimento, incompetência, revolta, humilhação e ressentimento. Observou-se ainda a centralidade da atividade na formação da subjetividade das trabalhadoras com implicações na maneira de ver, compreender e atuar no mundo, as ideologias de renúncia que permeiam o histórico e a natureza da prática da enfermagem, as condições frequentemente precárias do trabalho (como excesso de horas extras, falta de reposição de mão de obra, pouco espaço para a colocação de questões para as chefias, dificuldades de propor soluções) e o afastamento do trabalho relacionado ao significado social de indolência, ociosidade e inatividade (Boschco, 2011).

Ramos et al. (2008), em pesquisa realizada com afastados do trabalho por adoecimento e em processo de reintegração às atividades, observaram que o retorno ao trabalho configura-se como um importante objetivo na vida destes trabalhadores e como um modo de reconstrução da imagem do “bom” trabalhador, que foi perdida com o afastamento. Um exemplo desta situação e que demonstra o desejo dos trabalhadores de restaurar a imagem “quebrada” pelo adoecimento são as histórias de pessoas que buscam por qualificação e aperfeiçoamento em áreas onde não poderão mais trabalhar por causa da doença. De acordo com os autores, o trabalho representa um aspecto central no estabelecimento dos modos de viver e o afastamento provoca, conseqüentemente, instabilidade e sofrimento, exigindo recursos de busca ou produção de linhas de fuga. Os autores argumentam ainda que trabalhadores afastados passam a vivenciar uma situação desigual no mundo social e a ocupar uma posição que gera medos de rejeição e de exclusão pelo grupo, pela instituição e pelos familiares. Com frequência, pode ser observado um sentimento de fragilidade nestas pessoas, construído sobre uma percepção de inferioridade em relação aos pares, pelo fato de não poder mais realizar suas atividades ou por encontrar diversas restrições para o seu cumprimento (Ramos et al., 2008). Por outro lado, os pesquisadores notaram que o afastamento também poderia gerar modos de trabalhar

diferenciados, talvez mais “saudáveis” e inventivos, porém essa alternativa raramente era visualizada. O estudo identificou que o afastamento do trabalho pode provocar uma revisão dos modos de viver, dos sentidos, das práticas e das relações com o trabalho (Ramos et al., 2008). Tendo em vista que a associação entre emprego e trabalho-produção ainda é bastante forte, é no trabalho formalizado, sob a estrutura do emprego, que a capacidade de produção da pessoa é validada e esta se sente legitimada, se reconhece e é reconhecida socialmente. O emprego formal é considerado, por muitos, o “lugar” do trabalho ideal e de produção do “bom” trabalhador, uma vez que as relações sociais estariam sustentadas pela ideia do trabalho assalariado.

Em pesquisa com quatro mulheres que retornaram ao trabalho após período de afastamento devido a problema de saúde relacionado à atividade laboral, Souza e Faiman (2007) refletem acerca da identificação profissional e do impacto do retorno ao trabalho. As autoras destacam as diversas repercussões que este tipo de interrupção das atividades tem sobre a subjetividade do trabalhador, assinalando que, como o trabalho desempenha uma função central na formação da subjetividade, as dificuldades experimentadas nesta dimensão vital podem ter grande influência sobre a dinâmica psíquica. Assim, o término do período de afastamento do trabalho tende a mobilizar grande ansiedade, além de gerar incertezas sobre o pleno restabelecimento da saúde e a capacidade de realizar suas tarefas adequadamente. O retorno às atividades profissionais pode se configurar, portanto, como uma experiência rica de significados e angústias, muitas vezes, bastante difícil, uma vez que novas questões se somam a esta vivência, conferindo-lhe novos sentidos (Souza & Faiman, 2007). A dificuldade de se adaptar às novas situações de trabalho, a possível discriminação dos colegas e até mesmo a eventual recolocação em função distinta da anteriormente exercida podem influenciar, fortemente, a retomada das atividades, demandando importantes recursos psíquicos em busca de uma adaptação a condições, de modo geral, bem menos favoráveis das que a pessoa possuía antes do afastamento. As autoras assinalam, no entanto, que diante das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, algumas pessoas têm por objetivo alcançar a estabilidade financeira assegurada pelo INSS, como auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, ou passam a considerar a situação de afastamento satisfatória, adaptando-se a ela. Por outro lado, Souza e Faiman (2007) ressaltam que para as pessoas que atribuem um grande peso à realização com o trabalho, a necessidade pessoal de voltar às atividades é bastante intensa, podendo-se

observar o sofrimento decorrente das repercussões do adoecimento e do afastamento da vida profissional.

O rompimento com o cotidiano comum de trabalho, a reavaliação das condições profissionais, os impactos subjetivos e os eventuais sentimentos de insatisfação e inutilidade social, entre outras consequências resultantes do afastamento do trabalho – seja por adoecimento, acidente de trabalho ou aquisição de uma deficiência – podem originar profundas transformações na subjetividade e nas relações de uma pessoa com o mundo. Em especial, considerando-se as dificuldades iniciais acarretadas pela deficiência adquirida e o possível sofrimento provocado pelo afastamento do trabalho, acredita-se que tais condições associadas possam ser potencialmente geradoras de angústia, mas também de novas percepções acerca das experiências vividas, principalmente as relacionadas ao contexto de trabalho. Neste sentido, as práticas de reinserção profissional podem se configurar, em determinados casos, como uma fonte de saúde, uma possibilidade de recomeço e uma oportunidade para a ressignificação das dificuldades vividas. Assim, abre-se espaço, a seguir, para a seguinte discussão: como, afinal, o trabalho se insere na vida das pessoas com e sem deficiência?

2.6. A categoria trabalho e suas ambiguidades

Desde a antiguidade, o trabalho ocupa um lugar muito importante na organização das sociedades. Embora alguns autores debatam sobre a sua centralidade diante das rápidas transformações do mundo contemporâneo, perspectiva que será abordada mais adiante ao longo deste texto, as hipóteses levantadas nesta pesquisa partem do ponto de vista de que, na atualidade, o trabalho ainda se constitui num valor central para a subjetividade humana (Morin, 2001; Enriquez, 2001; Clot, 2007, entre outros autores). Considera-se, deste modo, que o trabalho caracteriza-se como um dos principais referenciais para a pessoa, afetando a construção da sua autoimagem e a sua integração social.

As ambiguidades que envolvem a categoria trabalho podem começar a ser traçadas já a partir da controversa etimologia da palavra que aponta para diferentes significados, como explicado por Albornoz (1998) que esclarece que o substantivo “trabalho” se origina do latim *tripalium*, um instrumento formado por três paus aguçados, podendo possuir ainda pontas de ferro, no qual os agricultores batiam cereais, a fim de processá-los. Além deste significado, *tripalium* refere-se ainda a um instrumento de tortura, em que os animais difíceis de ferrar, os condenados e os escravos eram imobilizados (Theodoro, 2007;

Dourado, Holanda, Silva & Bispo, 2009). Esta conotação é a mais usual do termo e marca o que o *tripalium* teria sido originalmente ou se tornado depois, dando também a ideia de sofrimento e castigo (Albornoz, 1998). Bastos, Pinho e Costa (1995) destacam, ainda, que o verbo “trabalhar” origina-se do latim *tripaliare*, que significa martirizar com o *tripalium*. Portanto, como bem coloca Enriquez (1999), trabalho caracterizava-se, essencialmente, como aquilo que torturava.

Com o passar do tempo, o conteúdo semântico da palavra “trabalho” que era de sofrimento e castigo passou a ser de labor e obra, esforço e resultado, um desenvolvimento que também ocorreu em outras línguas latinas, em que se tem *trabajo* em espanhol, *travail* em francês e *travaglio* em italiano (Albornoz, 1998). Arendt (1958/2007) considera que o labor seria o processo necessário à manutenção da vida biológica e o trabalho se definiria como a produção de coisas no mundo, capaz de transcender a efemeridade da vida humana. Em razão disso, em quase todas as línguas europeias, é comum existir palavras de etimologias diferentes para nomear o que se entende por trabalho e que, na atualidade, são usadas como sinônimas (Arendt, 1958/2007). Albornoz (1998) esclarece que, no latim, existe distinção entre a ação de labor, *laborare*, e o verbo que corresponde à obra, *operare*, assim como, em francês, existe *travailler* e *ouvrer*, no italiano se diferencia *laborare* e *operare*, e, no espanhol, distingue-se *trabajar* e *obrar*. No inglês, encontra-se *labour* e *work* e, no alemão, *arbeit* e *werk*, sendo que *work* e *werk* representam a criação da obra, enquanto *labour* e *arbeit* reforçam a ideia de esforço e cansaço (Albornoz, 1998). Para Arendt (1958/2007), o labor e o trabalho, bem como a ação – entendida como atividade estabelecida entre as pessoas, sem a mediação da matéria – seriam as três atividades indispensáveis à vida humana na Terra.

A polissemia da palavra trabalho é acompanhada pela diversidade de sentidos que já foram atribuídos a ele, resultantes, muitas vezes, de mudanças culturais, históricas, sociais e econômicas. No Antigo Testamento bíblico, o trabalho é apresentado de modo negativo, tratado como punição ao pecado original, forma de expiá-lo e obrigação necessária à manutenção da vida. Segundo Enriquez (1999), nas sociedades antigas, como a grega e a romana, o trabalho manual não era valorizado, pois estava relacionado ao suprimento das necessidades básicas e não contribuía para a liberdade e a grandeza do homem, ficando a cargo, assim, dos escravos. Neste contexto, observa-se, mais fortemente, a conotação de trabalho como labor e os seus sentidos associados à dor e ao esforço físico, consequências das pesadas atividades relacionadas à subsistência, como a lavoura, o trato

dos animais e as tarefas domésticas, realizadas com poucos recursos e ferramentas rudimentares. Dourado et al. (2009) indicam que, entre a Idade Média e o Renascimento, os valores sociais foram invertidos, em decorrência do crescimento do trabalho livre, da ampliação das cidades, da criação de pequenas fábricas e da admiração pelas atividades artesanais e artísticas. Com a Revolução Industrial, no século XVIII, e a consequente emergência do capitalismo, o trabalho foi incluído na ideologia burguesa e passou a ser efetivamente valorizado ao permitir a transformação da natureza e da sociedade, tornando-se símbolo da liberdade humana, embora esta se expresse, na maioria das vezes, como venda da força de trabalho a quem ofereça emprego (Enriquez, 1999). A submissão do trabalhador ao empregador, característica do novo sistema, gera a exploração da mão de obra, com extensa carga horária de trabalho, baixos salários, ambiente de trabalho prejudicial e ausência de direitos sociais, acabando por anular a subjetividade dos trabalhadores (Theodoro, 2007). O trabalho passa, então, a ser considerado uma dimensão central da vida humana, que perpassa todas as outras esferas sociais, como o lazer, a família e a comunidade. Segundo Enriquez (1996), o capitalismo transformou o ser humano em trabalhador, sendo, o trabalho, a atividade social mais valorizada (às vezes, a única valorizada). Além disso, o trabalho passou de algo tratado com demérito e reservado aos mais pobres para uma atividade possível e necessária para todas as pessoas em idade produtiva e dispostas mental e fisicamente para ele (Bitencourt, Gallon, Batista & Piccinini, 2011). Enriquez (1996) observa que o sistema capitalista mobiliza as pessoas para o trabalho, de modo que quem não trabalha é visto como um desorientado, um marginal ou um louco a prender, a excluir ou a destruir. Da mesma forma, os próprios operários, ainda que alienados e explorados, reivindicaram o trabalho como um componente essencial e constitutivo da sua subjetividade (Enriquez, 1999). A partir deste momento, tem-se também, cada vez mais, o trabalho associado à noção de emprego ou trabalho assalariado.

Weber (1904/1989), analisando a mudança histórico-temporal pela qual o trabalho passou nos últimos dois séculos, busca esclarecer como este se tornou uma finalidade da vida e um valor em si mesmo, a partir da influência das concepções religiosas protestantes sobre o desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, a perspectiva de que o trabalho era um castigo divino teve o seu peso diminuído à medida que a visão do trabalho, como vocação religiosa que possibilita o alcance da salvação eterna, passou a ganhar espaço, especialmente, entre os adeptos do calvinismo. Nesta nova percepção, a divisão do

trabalho e das profissões também é entendida como uma manifestação da vontade divina, uma vez que a especialização profissional permite a dedicação a uma atividade útil, orientada por critérios morais e por sua importância para a coletividade, aproximando ainda mais a pessoa da graça de Deus. Tendo em vista que o catolicismo considerava o trabalho apenas como parte das atividades da vida material que deviam ser realizadas para garantir a subsistência, a acumulação de bens e a usura não eram bem vistas. Em contraste, a reforma protestante e o seu modo de compreender o trabalho favoreciam a aceitação de que a produção de excedentes e o acúmulo de capital seriam consequências naturais das atividades laborais e não deveriam ser proibidas, devido ao caráter religioso do trabalho.

Para Marx e Engels (1848/1987), a essência do ser humano está no trabalho, em que ele não só produz a sua existência como a si mesmo e a sua história. Assim, trabalho pode ser definido como toda ação humana, por meio da qual o homem transforma a natureza, a partir de uma necessidade, ao mesmo tempo em que é modificado por esta ação, num processo de transformação mútua (Marx & Engels, 1846/2007). Por ser uma atividade consciente e com um propósito, em que o resultado final do objeto é, inicialmente, imaginado, para se tornar algo concreto em um momento posterior, o trabalho caracteriza-se como aquilo que é especificamente humano, diferentemente da relação instintiva que os animais estabelecem com a natureza. Desta forma, tanto na tradição marxista como nas revisões do materialismo histórico, o trabalho é considerado um determinante (único ou não) do processo de hominização (Jacques & Amazarray, 2006). Sartre (1967), ao abordar a relação entre existencialismo e marxismo e alinhar os pontos comuns entre estas duas vertentes teóricas, argumenta que, em ambas, o homem é estudado, considerando-se a sua localização na realidade objetiva, uma vez que as condições materiais de sua existência circunscrevem o campo de suas possibilidades. Para Sartre (1967), a existência humana revela e determina a condição que lhe é dada – realidade social e histórica –, na qual o ser humano se objetiva pelo trabalho, pela ação ou pelo gesto. Entende-se que, conforme a época e o modo de organização da sociedade, o trabalho é um dos principais meios que o homem encontra para se relacionar com o mundo e com os outros, originando, a partir dele, condições de produção, reprodução e transformação da vida, ou seja, condições que possibilitam a existência e o desenvolvimento das pessoas e de toda a sociedade. Desta forma, o trabalho mostra-se essencial para o desenvolvimento das relações sociais e de produção e não existe apenas para suprir as necessidades básicas e econômicas do homem, pois abarca mais do que

qualquer atividade exercida. Percebe-se que, em Marx, o substrato da vida social é o trabalho e que o autor atribui alta centralidade a este, por considerá-lo produtor da condição humana.

Entretanto, ao analisar a relação entre trabalho e capital, Marx (1844/2004) argumenta que, além de se caracterizar como fonte de autorrealização humana, o trabalho pode ser causa de sofrimento e alienação, ao ser regido pelo modo de produção capitalista. Assim, de criação livre e de finalidade em si mesmo, o trabalho passa, com o capitalismo, a possuir valor de troca, com o objetivo de valorização do capital e de produção de mais valia. O trabalho se torna fonte de alienação no momento em que o trabalhador é apartado do produto de seu trabalho e passa a desenvolver apenas atividades de execução, sem poder se projetar na sua obra nem desfrutar legitimamente dos ganhos econômicos originários de seu trabalho, devido à exploração pelo capital (Marx & Engels, 1846/2007). Na sociedade capitalista, o trabalho se torna, então, repetitivo e mecanizado e, ao ser considerado uma mercadoria, perde o seu conteúdo criativo e dignificante. O trabalhador, por sua vez, descaracteriza-se como pessoa e não se reconhece mais na sua atividade. Para Lane (1994), enquanto o trabalho criativo produz o homem, o trabalho rotineiro o destrói psicologicamente e é causa de sofrimento mental.

Antunes (2003) reconhece o papel fundamental do trabalho, na gênese e na constituição social, como elemento de mediação entre as necessidades sociais e a realização destas. Partindo de considerações marxistas, Antunes (2008) compartilha do pensamento de que o trabalho é o ponto inicial do processo de humanização, uma vez que a relação de transformação recíproca entre homem e natureza, estabelecida pelo trabalho, faz com que este se constitua num elemento central para o desenvolvimento da sociabilidade humana. No entanto, a emergência do capitalismo fez com que o trabalho deixasse de ser uma primeira necessidade de realização humana e uma finalidade do ser social e se transformasse em meio de subsistência, assalariado e alienado, ou, em outros termos, um tipo especial de mercadoria, que tem por objetivo gerar outras mercadorias e valorizar o capital financeiro (Antunes, 2008). O trabalho assalariado, de acordo com Antunes (2003), é incompatível com sentimentos de satisfação e realização pessoal, sendo que a submissão da pessoa a condições alienantes de trabalho se deve à sua falta de alternativa para a sobrevivência. Conforme o autor, na sociedade capitalista, o trabalho tem um sentido diferente e mais complexo do que historicamente o era atribuído pela humanidade, tendo em vista que o trabalho, ao mesmo tempo em que é criador e

emancipador, também degrada e submete o homem. Para Antunes (2003), uma vida plena de sentido fora do trabalho só é possível se for dotada de sentido dentro da esfera do trabalho.

Nesta pesquisa, adota-se a concepção de que o trabalho é uma atividade, remunerada ou não, que possui uma finalidade e pode contribuir tanto para a autorrealização humana quanto para a geração de sofrimento psicossocial. Assim, considera-se que o trabalho pode ser fonte de satisfação e desenvolvimento pessoal, bem como originar situações de adoecimento e de alienação, em diferentes intensidades, segundo o modo como se dão as relações entre a pessoa e o trabalho, bem como o quão central o trabalho se configura para cada um. Esta definição não pretende solucionar o impasse sobre o que vem a ser trabalho na atualidade, mas busca contemplar elementos essenciais que o constituem ou são derivados dele. Faz-se uma ressalva, no entanto, que no desenvolvimento prático desta pesquisa, optou-se por convidar apenas participantes que exerciam atividades remuneradas, de modo que as características do trabalho desempenhado por eles tivesse, ao menos, esta característica mais uniforme para análise dos resultados da pesquisa.

Além destas considerações e tendo em vista que muitos autores defendem o fim do trabalho e o colocam em posição secundária na contemporaneidade em virtude da sua dupla e contraditória caracterização dentro do capitalismo, discute-se, na seção seguinte, sobre a centralidade do trabalho na sociedade atual. Em concordância com Bitencourt, Onuma, Piccinini, Moreira e Severo (2014), entende-se que a discussão em torno da centralidade do trabalho é indispensável para o entendimento dos sentidos e significados atribuídos a ele. Assim, são apresentados alguns autores e perspectivas teóricas a respeito desta questão a fim de contribuir para uma abordagem mais aprofundada sobre o principal tema deste estudo.

2.7. Mas, afinal, o trabalho é central na vida humana?

A centralidade do trabalho, um fenômeno característico da sociedade ocidental após o capitalismo ter transformado o trabalho em sua principal mercadoria, refere-se ao nível de importância atribuído ao trabalho e à capacidade deste em organizar a vida pessoal e social, em determinado momento. Entretanto, nas últimas décadas do século XX, em especial no campo da Sociologia, teve emergência um debate em torno desta questão, discutindo-se se a categoria trabalho ainda seria central para o pensamento social e para a

estruturação das sociedades contemporâneas, num contexto que poderia ser definido como crise da sociedade do trabalho (Sabóia, Coelho & Aquino, 2007). Tal discussão é fruto das profundas transformações políticas e econômicas pelas quais o sistema capitalista tem passado, tais como: o crescimento do setor de serviços em detrimento das atividades industriais, a implantação de inovações tecnológicas, a reestruturação produtiva, a expansão do neoliberalismo e o acirramento da globalização. Como estas mudanças interferiram também no modo de se conceber as relações de trabalho, provocando um aumento do desemprego e do subemprego, bem como uma valorização do tempo livre, alguns autores passaram a questionar se o trabalho ainda seria fundamental para o homem e para o estabelecimento de suas formas de sociabilidade. Embora tenham alguns argumentos distintos (Cardoso, 2011), de modo geral, estes teóricos pontuam que o trabalho estaria perdendo a sua força e sua capacidade de continuar ocupando o mesmo lugar no espaço social, o qual deveria ser preenchido por atividades que pudessem trazer mais possibilidades de realização pessoal e inserção social, como os empreendimentos de economia solidária. Para Bendassoli (2009), a centralidade do trabalho pode ser visualizada, na atualidade, por um “mosaico” de fundamentos diversos, mas que não constituem uma verdade absoluta. Visando a contribuir para a discussão da perspectiva em que o trabalho é considerado, nesta pesquisa, são apresentadas a seguir, algumas das ideias de Gorz (1982, 1995), Offe (1989) e Rifkin (1996), em especial dos dois primeiros teóricos que são considerados os principais autores a colocar a centralidade do trabalho em xeque e representam bem os argumentos dos que defendem o fim do trabalho.

Para o filósofo francês Gorz (1982), o uso crescente de novas tecnologias e a crise do capitalismo nos países europeus centrais destruiriam os postos de trabalho, acarretando na diminuição da classe operária que seria gradativamente substituída por uma nova classe, denominada por ele de “não classe de não trabalhadores” e formada por pessoas excluídas do mercado de trabalho assalariado formal. Para esta nova classe, o emprego não seria mais visto como uma garantia, mas como uma atividade provisória e ocasional. Para Gorz (1995), houve um deslocamento no lugar ocupado pelo trabalho, o que contribuiu para que ele deixasse de ser o principal fator de socialização e de ocupação das pessoas, bem como a principal fonte de bem estar subjetivo. Em razão das transformações das atividades produtivas, os trabalhadores teriam sido impedidos de encontrar significado no trabalho e, então, a redução do tempo de trabalho seria fundamental para que as pessoas desenvolvessem as suas habilidades culturais e cognitivas, na totalidade da vida, o que já

não poderia ser obtido no mundo do trabalho (Gorz, 1982). Isso deveria se dar pela redistribuição do trabalho socialmente necessário, o que estruturaria uma sociedade dual, fundada sobre duas racionalidades distintas: uma econômica, referente ao tempo de trabalho vinculado aos valores econômicos, e outra não econômica, que propiciaria a autonomia e a emancipação das pessoas.

Conforme o sociólogo alemão Offe (1989), inúmeros fatores teriam contribuído para a perda da centralidade do trabalho, mas, principalmente: as formas cada vez mais heterogêneas de atividade, o declínio da ética do trabalho e as mudanças na sua importância, em razão dos deslocamentos ocupacionais ao longo das biografias profissionais. De acordo com Offe (1989), o crescimento do setor de serviços é um forte exemplo da heterogeneização do trabalho, em que prevalece uma racionalidade específica, diferente da que predomina no setor industrial, e que provoca uma diferenciação interna da coletividade dos trabalhadores. Offe (1989) argumenta ainda que, mesmo com o crescimento da produção econômica, o mercado apresentaria uma capacidade decrescente de absorver a força de trabalho. Estes fatores indicariam um declínio da ética do trabalho que tenderia a ocupar menos espaço na vida dos trabalhadores, já que ser um “empregado” se tornaria um fato de menor significado e deixaria de ser um ponto de partida para associações culturais, organizacionais e políticas ou para identidades coletivas (Offe, 1989). A crise social, portanto, estaria baseada numa perda da qualidade subjetiva do trabalho como centro organizador das atividades humanas, da autoestima, das referências sociais e das orientações morais. Além disso, outro argumento de Offe (1989) é de que à medida que o tempo dedicado ao trabalho diminuiu, enquanto o tempo livre aumentou, as experiências, orientações e necessidades paralelas teriam se tornado mais relevantes do que as fundamentadas no trabalho, estabelecendo-se uma cultura do “não trabalho”. O autor considera ainda que a experiência do desemprego ou a aposentadoria involuntária teria enfraquecido o estigma e a autoestigmatização causadas pelo desemprego. Assim, tendo em vista que a consciência social não poderia mais ser reconstruída como consciência de classe, Offe (1989) propõe que a sociologia busque outras categorias, além do mundo do trabalho, a fim de construir o seu objeto.

No contexto social, econômico e político da década de 1990, o economista americano Rifkin (1996) analisa o impacto das tecnologias de informação sobre a estruturação tradicional das formas de emprego, no sistema capitalista, e aponta para um crescente e inevitável aumento dos índices de desemprego, principalmente, nas grandes

empresas. Segundo Rifkin (1996), a alternativa ao que poderia ser uma grave crise econômica e social seria a busca e o incentivo ao espírito solidário e ao trabalho no terceiro setor, voltado para a prestação de serviços sociais nas comunidades. Para o autor, como, cada vez mais, seria maior o número de pessoas fora do mercado de trabalho na economia formal típica, existiria uma grande tendência à diminuição da importância do trabalho tradicional na vida das pessoas.

Diversos autores (Augusto, 1998; Antunes, 2003; Sabóia et al., 2007; Cardoso, 2011; entre outros), também do campo da Sociologia, rebatem as argumentações de que o trabalho não seria mais central na vida humana. Para Antunes (2003), a centralidade do trabalho consiste no elemento que funda e estrutura o processo humano de socialização e não se pode falar em perda da centralidade do trabalho numa sociedade produtora, tendo em vista que o capitalismo é incapaz de se reproduzir ou mesmo se conservar, sem a mediação do trabalho. Em consonância, Augusto (1998) afirma que o fim da centralidade do trabalho só seria possível no caso de superação do capitalismo e se o trabalho assalariado fosse abolido de forma consciente como principal forma de organização da sociedade, sendo instituída uma sociedade fundada nos “trabalhadores associados”, tal como proposto por Karl Marx. Ao analisar os argumentos de Offe (1989) e Rifkin (1996) sobre a expansão da economia solidária como alternativa às transformações do mundo produtivo, Augusto (1998) questiona se os interesses do capital não seriam obstáculos para a realização de políticas fundadas em valores humanísticos abstratos, numa eventual transição para a sociedade “pós-mercado”.

Para Cardoso (2011), a teoria de Gorz (1992) carece de elementos empíricos que possam sustentá-la e dar-lhe coerência, falhando ao predizer que as transformações do sistema capitalista atingiriam todas as atividades de produção. Segundo Cardoso (2011), apenas alguns setores de produção, mais centrais, absorveram, efetivamente, as inovações tecnológicas, sendo que os trabalhadores deslocados destas atividades realocaram-se em outras atividades produtivas, muitas vezes, menos qualificadas, mas que não acarretaram na extinção da classe operária, tal como proposto por Gorz (1992). Cardoso (2011) aponta, ainda, que o impacto da revolução tecnológica, previsto por Gorz (1992), ocorreu com muito menos força do que o autor imaginou, ao passo que o trabalho vivo foi valorizado e a sua intensificação intelectual transformada em valor dentro dos sistemas produtivos. Cardoso (2011) também analisa o ponto de vista de Offe (1989) e assinala que o autor falha ao avaliar que a crise da sociedade do trabalho se constituiria numa última crise do

capitalismo, quando, na verdade, tratava-se de mais um movimento do sistema econômico, em constante mudança. Além disso, em relação à heterogeneização das formas de trabalho, em virtude do crescimento do setor de serviços, Cardoso (2011) aponta que Offe (1989) desconsiderou que a mesma racionalidade instrumental das atividades industriais está presente na condução das ações do setor terciário.

Conforme Sabóia et al. (2007), o motivo de alguns autores terem postulado a perda da centralidade ou o fim do trabalho na sociedade contemporânea deve-se a uma indiferenciação entre os conceitos de trabalho e emprego, o primeiro apresentando um caráter múltiplo e polissêmico. Para os autores, o trabalho é essencial para o processo de hominização e caracteriza-se como uma forma abrangente de atividade humana que tem por objetivo satisfazer as necessidades de quem a realiza. O emprego, por outro lado, é uma modalidade de trabalho remunerado, sobre a qual o Estado intervém diretamente, ao agregar estabilidade econômica, benefícios e seguridade social. Para Aquino (2003, citado por Sabóia et al., 2007), o que se denomina “crise do trabalho”, pode ser, na verdade, o nascimento de um modelo de trabalho e uma nova atribuição de sentido para esta atividade. Para Sabóia et al. (2007), o trabalho assalariado, na forma de emprego, é que está em crise, o que gera mudanças na esfera laboral e na formação das subjetividades, mas não se pode, com isso, fazer uma generalização sobre o fim do trabalho em sua concretude. O que se pode admitir é que esta centralidade esteja sendo dividida com outras categorias, tais como a família, a religião e o lazer.

Em consonância, Lessa (2012) considera, com base em Marx, Engels e Lukács, que o trabalho é uma categoria fundante do ser humano, ao permitir o intercâmbio do homem com a natureza, portar as determinações essenciais deste e possibilitar a sua existência social, promovendo o salto ontológico da humanidade para além das determinações puramente biológicas. A superação da importância do trabalho, neste sentido, é uma impossibilidade ontológica, pois não pode haver existência social sem trabalho, o que vai contra as teses sobre o fim da centralidade cotidiana do trabalho. Fundamentado em Marx e Lukács, Lessa (2012) argumenta que o trabalho como atividade transformadora da natureza nos bens necessários à reprodução da vida social – trabalho concreto – é diferente do trabalho que assume a forma de atividade social assalariada e alienada pelo capital – trabalho abstrato. Embora possam ser, equivocadamente, compreendidos como sinônimos, trabalho concreto e trabalho abstrato são atividades, essencialmente, distintas, em virtude de sua função social, apesar de o trabalho como categoria fundante estar incluído no

trabalho abstrato, que é, muitas vezes, a sua forma de realização alienada. Para o autor, considerando as obras de Marx e Lukács, a tendência à diminuição do tempo despendido no trabalho (aqui entendido como atividade de transformação da natureza em produtos sociais) e o crescimento do setor de serviços é algo, de certa forma, esperado em razão do avanço do processo de socialização. Estes fatores, aliados à reconfiguração das relações de trabalho no contexto da reestruturação produtiva, portanto, não se opõem à centralidade ontológica do trabalho, mas, na verdade, são fundados por esta centralidade ontológica. Assim, Lessa (2012) afirma que a superação do trabalho abstrato e alienado pode até ser uma possibilidade histórica, mas o trabalho concreto e reprodutor da base material da sociedade é impossível do ponto de vista ontológico.

Mesmo tendo as concepções sobre o trabalho passado por muitas e profundas transformações nos dois últimos séculos, período em que passou a ser considerado central para aspectos subjetivos e sociais até ter esta centralidade questionada em décadas mais recentes, não se pode chegar à conclusão definitiva de que o trabalho perdeu a sua centralidade no conjunto dos aspectos constituintes da sociedade e das subjetividades. Deste modo, este estudo se insere no contexto das pesquisas que buscam compreender aspectos individuais relacionados ao trabalho no contexto de mudanças constantes e crescentes dos mercados profissionais em todo o mundo. Embora as tendências caminhem tanto em direção a uma ampliação do trabalho intelectualizado e qualificado, principalmente no setor industrial, quanto para uma flexibilização e precarização das relações trabalhistas, considera-se que o trabalho pode contribuir para projetos de vida individuais e possuir papel fundamental no estabelecimento das relações humanas.

Entende-se, por conseguinte, que embora a realidade social seja diferente, o trabalho continuará existindo e ocupando um espaço importante para a configuração subjetiva e a integração social. Tanto que não é à toa que os tempos da sociedade e as rotinas pessoais tendem a se ajustar aos tempos do trabalho, que ainda representa uma importante via de inserção social e de cidadania. Além disso, o tempo que as pessoas despendem ao trabalho, mesmo que estudando ou em formação para consegui-lo, é um dos fatores que confirmam a sua relevância na estruturação da sociedade ocidental contemporânea (Harpaz, 2002). Considerando-se que é próprio do ser humano atribuir sentido às suas ações, o trabalho é um espaço socialmente privilegiado para isso e compreender os pontos de vista a respeito dele pode contribuir para o entendimento acerca da centralidade que o trabalho adquire (ou não) na vida das pessoas.

2.8. O trabalho e sua relevância subjetiva

Segundo Clot (2007), o trabalho é constitutivo da vida subjetiva e, da mesma forma, constitutivo da sociedade, caracterizando-se como procedimento psíquico e atividade coletiva, possuindo, portanto, papel individual e social. Como função psicológica vital, o trabalho é importante para a autoconstrução humana e para o desenvolvimento individual, numa condição exclusiva que não pode ser substituída por outra. Como função social, o trabalho representa a contribuição das pessoas para a formação, conservação e renovação do patrimônio histórico-cultural da humanidade, possibilitando a criação de objetos úteis ao equilíbrio econômico e moral de uma sociedade em determinada época (Clot, 2007). Os objetos, instrumentos e regras procedentes do trabalho se fixam como uma memória social às futuras gerações e o acesso a esta memória funda o ser humano. Para Clot (2007), o trabalho assegura, portanto, a sobrevivência não só da vida individual, mas de toda a sociedade que a mantém.

Posicionando-se de forma contrária às correntes filosóficas contemporâneas que argumentam sobre a perda da centralidade do trabalho na sociabilidade humana, Clot (2007) compreende que o trabalho é algo do qual, dificilmente, a sociedade poderia abrir mão sem prejudicar a sua própria continuidade. Da mesma forma, é algo de que a pessoa também não pode se abster sob o risco de perder o sentimento de utilidade social e de valor que atribui a si mesma. Para Clot (2007), o trabalho deve ser analisado e apreendido com base em suas dimensões subjetivas (objeto do pensamento), pois é algo maior do que uma tarefa a ser cumprida, envolvendo intenções concorrentes e demandando esforço físico e psíquico num ambiente de permanente mudança. Neste sentido, o trabalho consiste numa atividade dirigida tanto pela pessoa, como pelo objetivo da tarefa e também dirigida aos outros. Para Clot (2007), o trabalho é uma atividade distinta de quaisquer outras exercidas pelo homem porque consiste numa função psicológica específica, ao promover uma ruptura entre as “pré-ocupações” pessoais e as “ocupações” sociais que a pessoa deve realizar, viabilizando uma possível autorrealização. Para o autor, a perda do sentido do trabalho ocorre quando este não restitui o suficiente à pessoa e não oferece mais a possibilidade de valorização das suas metas de vida.

Por outro lado, a ambiguidade da categoria trabalho foi ressaltada por Dejours (1992), ao pontuar que o trabalho pode tanto dar origem a processos de alienação e de descompensação psíquica, quanto pode propiciar saúde e emancipação. Para o autor, a atividade profissional contribui não apenas para a satisfação de necessidades financeiras,

mas também psicológicas e sociais de uma pessoa. Assim, Dejours (1992) considera que o trabalho é central não apenas nas questões econômicas, sociais e políticas da sociedade, mas também na configuração da subjetividade.

Considerando que o sentido do trabalho está cercado por aspectos relacionados à construção da subjetividade, Dejours (1992) argumenta que o trabalho deve fazer sentido para o sujeito, para seus pares e para a sociedade. Para o autor, o sentido atribuído ao trabalho é formado por sua utilidade para a organização e para a sociedade, e está associado aos princípios de finalidade e objetivo (Dejours, 1997). Desta forma, Dejours (1992) considera que o sentido do trabalho é constituído pelo conteúdo significativo em relação ao sujeito e o conteúdo significativo em relação ao objeto. O conteúdo significativo do trabalho em relação ao sujeito refere-se à dificuldade prática da tarefa, a sua significação em relação a uma profissão e a posição social vinculada ao posto de trabalho ocupado, possibilitando a construção da subjetividade e imagem social do trabalhador, com base no que ele realiza (Dejours, 1992). O conteúdo significativo relacionado ao objeto, por sua vez, refere-se às mensagens simbólicas que a tarefa pode difundir, aos gestos envolvidos na realização da atividade, aos instrumentos e ao material utilizado, aos símbolos fornecidos pelo contexto ambiental no qual ela está situada e que dependem tanto do sentido simbólico que a pessoa atribui como do que ela efetivamente faz (Dejours, 1992). Em toda atividade, estão contidos os conteúdos significativos do trabalho em relação ao sujeito e ao objeto, pois o investimento no sujeito e o investimento no objeto se renovam mutuamente.

Para Dejours (2000), é possível encontrar um sentido no trabalho por meio da superação do sofrimento e a sua conseqüente transformação em prazer, pela utilização das competências e liberdades individuais na efetivação das satisfações concretas e simbólicas que o próprio trabalho proporciona. As satisfações concretas referem-se a fatores relacionados à saúde física e mental, enquanto as satisfações simbólicas, por sua vez, estão relacionadas à vivência do conteúdo da tarefa. Para Dejours (1992), o sofrimento no trabalho é decorrente da divisão das tarefas pela organização do trabalho – que corresponde à divisão do trabalho, aos procedimentos, ao conteúdo da tarefa, ao sistema hierárquico, às relações de poder etc. –, tendo influência direta, portanto, sobre o sentido do trabalho atribuído pelos trabalhadores. Na sociedade atual, esta forma de organização entra em conflito direto com as realizações, motivações e desejos de cada pessoa, ou seja, o mundo externo (regras, valores, lógicas etc.) não coincide com o mundo interno (angústias,

desejos, medos etc.), o que pode levar à perda do sentido na execução das atividades. Assim, a organização do trabalho deve ser analisada, considerando que a escolha das técnicas, dos instrumentos e dos materiais possibilita, dentro de determinados limites, a adaptação do trabalho às aspirações e competências individuais, viabilizando parte da subjetividade na execução das tarefas e contribuindo para que o trabalho faça sentido para quem o realiza (Dejours, 1992).

Em consonância, Enriquez (2001) afirma que o trabalho é um elemento fundamentalmente integrador da sociedade, ao permitir a criação ou a intensificação dos laços sociais, bem como é constituinte do ser humano, por definir e remodelar subjetividades, estabilizar desejos na realidade e possibilitar a instauração da temporalidade na qual o sujeito se desenvolve. Logo, o trabalho é um importante fator de equilíbrio psíquico, sendo que a pessoa sem trabalho, sem interesse em seu trabalho ou que não é reconhecida neste, pode se aproximar ou até mesmo chegar à depressão (Enriquez, 2001).

Não bastasse ser uma das principais formas de acesso à renda, a inserção numa atividade produtiva, em especial no mercado de trabalho formal, confere, às pessoas, o caráter de inclusão social e são espaços que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de características identitárias. O que uma pessoa faz profissionalmente informa o seu lugar social e é um indicador importante do seu modo de vida, interferindo no estabelecimento dos seus vínculos afetivos e na constituição das suas competências, além de contribuir para a sua saúde física e mental. Assim, o trabalho é importante, pois, além de assegurar a participação individual no projeto coletivo da sociedade, promovendo o reconhecimento familiar e social, também contribui para o projeto de vida pessoal.

Para Silva e Hashimoto (2003), o trabalho, entre outras possibilidades, permite a elaboração de angústias primitivas da pessoa e a viabilização de afetos que potencializam a sua capacidade criativa e produtiva, e que são vias de reconhecimento dos outros, algo essencial à sua subjetividade. Como apontam Souza e Faiman (2007), o trabalho é uma importante via de satisfação das necessidades humanas, como sentir-se útil, ser reconhecido por suas competências, desenvolver-se e estar inserido em um grupo. Conforme Lancman e Ghirardi (2002), o lugar ocupado pelo trabalho na vida adulta consiste num espaço privilegiado das trocas materiais e afetivas, constituindo-se como o mediador central da construção e do constante desenvolvimento da subjetividade. Não obstante, os processos subjetivos são sempre marcados pelas relações de trabalho que a

pessoa vivencia, as quais são essenciais na elaboração das redes que fundamentam a vida cotidiana.

Tendo estas considerações em vista, pode-se dizer que o não trabalho – o desemprego, o afastamento por adoecimento ou mesmo a vivência de relações precárias de trabalho – é que passou a apresentar, para muitos na contemporaneidade, uma conotação negativa e um estigma social. Castel (2010) aponta que existe uma correlação direta entre a precarização das relações de trabalho e a vulnerabilidade social a que a pessoa está exposta, em virtude da relevância do trabalho para a integração social. Conforme Souza & Faiman (2007), não bastasse a ausência da renda própria, a impossibilidade de trabalhar tende a ser vivenciada como uma experiência de fracasso, uma vez que a imagem que a pessoa tem de si mesma, bem como a que o meio social faz dela, estão diretamente relacionadas à profissão ou atividade ocupacional que ela exerce. Assim, a perda da possibilidade de participar da vida social por meio do trabalho pode levar a sentimentos de exclusão, inutilidade, insegurança e fragilidade.

Para Cattani (1996), o trabalho é um elemento definidor, ainda que não exclusivo, de boa parte do sentido da vida de uma pessoa e muito da sua subjetividade é o que ela trabalha. Conforme Bendassolli (2009), um trabalho sem sentido ou, nas palavras do autor, sem “propósito”, dificilmente será central na vida de uma pessoa. Para tratar melhor do tema dos sentidos atribuídos ao trabalho, apresenta-se a seguir uma revisão a respeito dos conceitos de significado e sentido, para, então, realizar um aprofundamento nesta questão sob a perspectiva teórica adotada nesta pesquisa.

2.9. Os significados e os sentidos atribuídos ao trabalho: aproximações e distanciamentos

Em diversos campos do conhecimento, é possível localizar estudos teóricos e empíricos sobre o trabalho, suas formas de estruturação, as implicações de seus modos de organização, entre outros aspectos, analisados sob diferentes pontos de vista. Entretanto, ainda são poucas as pesquisas que se preocupam com o conteúdo simbólico do trabalho e as relações subjetivas entre o trabalhador e a sua atividade (Lancman & Ghirardi, 2002). Inseridas neste contexto, encontram-se as investigações sobre os significados e sentidos do trabalho que buscam compreender aspectos da subjetividade diante das transformações do mundo do trabalho.

Segundo Bendassolli e Gondim (2014), a posição da Psicologia, em relação aos sentidos, partiu de duas grandes tradições filosóficas: o empirismo e o racionalismo, cujos elementos foram sendo incorporados em novas linhas de pensamento, as quais propuseram a separação entre o objetivo e o subjetivo, além de fomentar críticas ao próprio empirismo e ao positivismo. Entre estas linhas de pensamento, estão a fenomenologia e a hermenêutica, que tiraram o sentido do nível das sensações e o colocaram no nível da consciência (Bendassolli & Gondim, 2014). Como exemplo, Bendassolli e Gondim (2014) citam que, na fenomenologia de Husserl, o significado é atribuído pela consciência e a questão fenomenológica consiste em interrogar como um objeto passa a ter sentido para essa consciência e como esta se constitui em relação ao objeto. Resguardadas as diferenças e distanciamentos teóricos e epistemológicos, Marx e Engels defendem que o trabalho é uma atividade estreitamente vinculada à consciência de si mesmo e à experiência do mundo, já que é por meio do trabalho que o homem se constrói como tal e se exterioriza/objetiva na realidade, pelo produto do seu trabalho, participando da construção do mundo social (Bendassolli & Gondim, 2014). Bendassolli e Gondim (2014) assinalam que os estudos sobre os sentidos (e a relação dialética com os significados) ganharam novos encaminhamentos, posteriormente, a partir das obras de Mead e, em especial, de Vigotski. No que se refere, especificamente, aos sentidos do trabalho, esta área de conhecimento cresceu com os estudos de Leontiev e dos autores que compõem as teorias da atividade, com destaque para Yves Clot e a clínica da atividade, ambas com pontos em comum (Bendassolli & Gondim, 2014).

A origem etimológica da palavra sentido faz referência à percepção, significado, sentimento, e remete, principalmente, à ocorrência de processos psicológicos básicos (Tolfo & Piccinini, 2007). Aguiar (2006) destaca que muitos autores abordam sentido e significado como sinônimos, no entanto, é preciso diferenciá-los. Como pontuam Tolfo, Coutinho, Almeida, Baash e Cugnier (2005), utilizar definições de significados e sentidos do trabalho como se tratassem do mesmo fenômeno e num mesmo nível de análise, dificulta a ampliação do conhecimento sobre a temática.

Os significados são produções históricas e sociais, que permitem a comunicação e a socialização de experiências e referem-se, portanto, a conteúdos instituídos, compartilhados e relativamente estáveis, que as pessoas se apropriam e articulam, conforme a configuração de suas subjetividades (Aguiar & Ozella, 2006). Os sentidos, por outro lado, constituem-se na articulação dos eventos psicológicos produzidos num

determinado contexto e estão relacionados a necessidades, algumas ainda não realizadas, mas que constituem e mobilizam a pessoa, ressaltando a singularidade historicamente construída (Aguiar & Ozella, 2006). Baseando-se na perspectiva sócio-histórica e nas teorias da atividade, Bendassolli e Coelho-Lima (2015) propõem que sentidos e significados são conceitos distintos individualmente apenas do ponto de vista teórico, pois estão situados em um contexto material e sociopolítico concreto e fazem parte do mesmo fenômeno, compondo uma unidade indivisível, mediada pela atividade.

De acordo com Tolfo e Piccinini (2007), os significados são construídos num contexto histórico, econômico e social de forma coletiva, enquanto os sentidos são uma produção individual diante dos significados grupais. Os significados são, portanto, transformados em sentidos, num processo subjetivo em que a realidade objetiva é o principal fundamento. Para Basso (1998), os significados são a generalização e a fixação das práticas sociais, expressas em instrumentos, técnicas, linguagens e relações, enquanto os sentidos são as razões e motivações destas práticas. Aguiar (2006) argumenta que os significados são o ponto de partida, para que se atinja, por meio da análise e da interpretação, áreas de sentido.

Desta forma, entende-se que, como proposto por Aguiar e Ozella (2006), embora sentido e significado sejam diferentes, eles não podem ser compreendidos desvinculados um do outro, já que não existem de forma isolada. Para Magro e Coutinho (2008), os sentidos caracterizam-se como formações dinâmicas, variáveis, complexas e que apresentam zonas de estabilidade diferentes, que se originam na experiência única de uma pessoa em uma situação concreta. A amplitude do sentido provoca grandes dificuldades em sua apreensão, uma vez que não se revela facilmente e não abrange uma resposta única, coerente e completamente definida, mas expressões, frequentemente, parciais e contraditórias, numa síntese entre o racional e o emocional que revela indicadores das formas de ser e dos processos vivenciados pela pessoa, às vezes, desconhecidos por ela própria (Aguiar & Ozella, 2006). Conforme Boschco (2011), o pesquisador deve ir além da fronteira que o significado aparenta e buscar as determinações que se configuram no plano da subjetividade, como motivações, necessidades e interesses, a fim de atingir o sentido atribuído/constituído pela pessoa. Como os sentidos estão vinculados à estrutura subjetiva de cada pessoa e se alteram de acordo com o contexto em que ela está inserida, os estudos sobre este constructo se caracterizam como uma das melhores formas de se aproximar da expressão da subjetividade (Lima, Tavares, Brito e Capelle, 2013).

A construção dos sentidos do trabalho depende da subjetividade de cada pessoa, da natureza e das características da atividade que ela desenvolve, das condições em que ela a realiza, bem como das escolhas e experiências individuais. A atribuição de sentidos está condicionada à importância dada ao trabalho, o que é, em boa parte, influenciado por questões históricas e socioculturais, além de se modificar nas diferentes etapas da vida. Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) apontam que, no que se refere aos significados e sentidos do trabalho, os estudos sobre os significados estão mais voltados para as cognições e interpretações, partilhadas socialmente, acerca do trabalho. As pesquisas sobre os sentidos do trabalho, por sua vez, têm o olhar direcionado para os mecanismos psicológicos imbricados no processo de produção do sentido, de modo a compreender o ato de atribuir ao trabalho a “qualidade de ser significativo”, o que está mais fortemente relacionado a características afetivas e particulares de cada pessoa. Como destaca Oliveira (2004), por sua formação psicológica e social, o sentido do trabalho é sempre um constructo inacabado. Nesta pesquisa, optou-se pela utilização do termo sentido, considerando-se as distinções apresentadas acima e os objetivos aqui pretendidos.

Os estudos sobre os sentidos e significados do trabalho tiveram início na década de 1950, com as investigações da Escola Sociotécnica, representada por autores como Hackman, Oldhan, Trist e Emery (Morin, Tonelli & Pliopas, 2007). Morin (2001) assinala que, para Hackman & Oldhan (1976), por exemplo, um trabalho tem sentido quando uma pessoa o acha importante, útil e legítimo, e apresenta três características fundamentais: (1) diversidade de tarefas que permita a utilização de competências variadas; (2) identidade do trabalho, ou seja, um trabalho que possibilite a realização de algo do começo ao fim com resultados; e (3) significado do trabalho, que diz respeito ao impacto positivo que a execução do trabalho tem para outras pessoas e para a sociedade. Além destas, outras duas características se fazem relevantes: a autonomia, isto é, a liberdade e a independência na definição das formas de se realizar uma tarefa; e o *feedback*, que se refere às informações que o trabalhador recebe sobre o seu desempenho. Os estudos de Emery (1964, 1976) e Trist (1978), citados por Morin (2001), relacionados a esta temática, apontam que o trabalho deve apresentar seis propriedades: (1) variedade e desafio, (2) aprendizagem contínua, (3) autonomia e poder de decisão, (4) reconhecimento e apoio, (5) contribuição para a sociedade e (6) futuro desejável, o que inclui atividades de aperfeiçoamento e orientação profissional. Estes primeiros estudos apresentam alguns pontos semelhantes, como a recomendação de que a organização do trabalho permita a realização de algo que

tenha sentido, a prática de competências, o exercício do livre arbítrio e o conhecimento acerca do próprio desempenho, entre outros fatores (Morin, 2001).

A partir da década de 1980, as pesquisas sobre os significados e os sentidos do trabalho se intensificam e vários estudos com participantes de diversos países contribuíram para a ampliação do conhecimento sobre o tema em variados contextos culturais e sociais. Destaca-se, neste cenário, a publicação do estudo do Grupo *Meaning of the Work International Research Team* (MOW), grupo de pesquisas internacionais, com sede no Canadá, que investiga o sentido e a centralidade do trabalho. Bendassolli e Gondim (2014) assinalam que a partir da década de 1990, pesquisadores brasileiros passaram a se dedicar à adaptação e validação destes estudos no nosso país, utilizando o constructo e os instrumentos propostos pelo Grupo MOW.

Em revisão de literatura, Tolfo et al. (2005) observaram que a maior parte dos autores toma os significados do trabalho como principal variável de estudo, enquanto os sentidos do trabalho são tratados numa proporção menor. No Brasil, como assinalam Lima et al. (2013) e Tolfo et al. (2005), a temática do sentido do trabalho ainda é pouco explorada. De acordo com Simoni (1996, citado por Lima et al., 2013), as pesquisas que exploram o sentido do trabalho, o abordam de forma bastante plural, podendo se referir a um modo de se garantir a subsistência/sobrevivência, a uma atividade que possibilita a criação de laços sociais e afetivos, à oportunidade de desenvolvimento de uma habilidade técnica maior ou ainda ao referencial que a pessoa adota para se posicionar no contexto em que vive. Segundo Andrade, Tolfo e Dellagnelo (2012), os contextos sociais e organizacionais comportam, ao mesmo tempo, dois tipos de sentidos do trabalho, fundamentados nas racionalidades instrumental ou substantiva, presentes na sociedade, de modo geral. O sentido do trabalho do tipo instrumental traz as seguintes características: garante a sobrevivência, permite retorno financeiro e possibilita reconhecimento material, pressupondo que as ações das pessoas são, em essência, orientadas por motivações econômicas e utilitaristas. Por outro lado, o sentido do trabalho do tipo substantivo é o que contribui para a sociedade, permite autonomia e possibilita contentamento, aprendizagem, autorrealização e relacionamentos interpessoais satisfatórios. Para Andrade et al. (2012), os sentidos do trabalho instrumental e substantivo estão imbricados entre si, pois, um trabalho, para ter sentido, deve visar tanto a fins econômicos quanto subjetivos, o que, segundo os autores, está articulado com as considerações de Estelle Morin para quem o

trabalho desempenha dois papéis na vida: utilitário e expressivo, perspectiva teórica que será mais detalhada na próxima seção.

2.10. O trabalho e seus sentidos: a perspectiva de Estelle Morin

A psicóloga Estelle Morin é professora titular da École des Hautes Études Commerciales, de Montreal/Canadá, e desenvolve pesquisas sobre os sentidos do trabalho, entre outros temas, desde 1993, em países como França, Canadá, Bélgica e Brasil. Esta será a abordagem privilegiada na presente pesquisa, vertente que se baseia nos estudos desenvolvidos pelo Grupo MOW. Além desta influência, Morin também utiliza, como referência, psiquiatras da abordagem existencial, como Viktor Frankl e Irvin Yalom, que apontam a necessidade e a importância de que as ações das pessoas tenham um sentido (Morin et al., 2007).

Frankl (1946/2009) considera que as pessoas precisam encontrar sentidos em suas vidas para não mergulharem na frustração existencial e, conseqüentemente, não adoecerem. A busca de sentido na vida é a principal força motivadora do ser humano, sendo que este sentido nunca pode ser definido de forma geral, pois é sempre exclusivo e específico, diferindo de pessoa para pessoa, em momentos distintos (Frankl, 1946/2009). Para Frankl (1946/2009), o sentido da vida pode ser descoberto de três formas: (1) criando-se um trabalho ou praticando um ato, (2) experimentando algo ou encontrando alguém e (3) pela atitude diante de um sofrimento inevitável. Em relação à primeira forma, Frankl (1946/2009) relata, pelas suas observações, que estar sem trabalhar é considerado o mesmo que ser inútil e, conseqüentemente, o mesmo que levar uma vida sem sentido. Pela experiência do autor, o sentido alcançado por meio do trabalho vem da execução de uma atividade significativa que preencha o tempo livre, mesmo que esta não seja remunerada.

O conceito de trabalho é complexo e multifacetado, e boa parte das muitas dificuldades da sua delimitação deriva da existência de distintas perspectivas teóricas e áreas de conhecimento que se interessam em abordar este fenômeno. Morin (2004) considera o trabalho vital para os seres humanos e uma atividade fundamental para a preservação da saúde, consistindo num meio para tornar o “eu” visível, como sujeito que existe e é ativo no mundo. Morin (2001) pontua que o trabalho pode ser agradável ou desagradável, estar ou não relacionado a trocas econômicas e ser ou não realizado dentro de uma organização. Por outro lado, a concepção de emprego está quase sempre vinculada a um salário e à concessão da pessoa em permitir que alguém determine as suas condições

de trabalho, em um sistema organizado economicamente (Morin, 2001). Assim, Morin (2004) argumenta que o trabalho é muito mais do que um emprego e embora o trabalho proveja o atendimento das necessidades básicas de subsistência e possibilite condições de vida decentes, esta não é sua única função.

Morin (2001), com base em estudo realizado na França e no Canadá, define trabalho de forma ampla, como uma atividade remunerada que possui um objetivo, tem valor agregado e permite ao trabalhador melhorar e contribuir para a sociedade. Com base nesta definição, a autora levanta as características de um trabalho que tem sentido. Morin (2004) define o sentido do trabalho como uma estrutura formada por três componentes: (1) significado, (2) orientação e (3) coerência. O significado inclui as representações, a centralidade e o valor do trabalho para uma pessoa; a orientação refere-se a sua inclinação para o trabalho, ou seja, àquilo que ela busca alcançar por meio do trabalho e ao que guia as suas ações; e a coerência diz respeito à harmonia e ao equilíbrio que ela espera de sua relação com o trabalho (Morin, 2004). Morin et al. (2007) também identificam que o sentido do trabalho pode apresentar três dimensões: individual, organizacional e social. A primeira dimensão consiste no sentido que o trabalho assume para a pessoa, como a satisfação, a independência, a aprendizagem e a coerência com os valores morais e crenças pessoais. Na segunda dimensão, o sentido é encontrado na relação da pessoa com a organização, o que pode ser exemplificado pela utilidade do que é realizado, pela organização do trabalho, pela possibilidade de inserção social e pelas relações interpessoais vivenciadas neste contexto. A dimensão social é observada na relação da pessoa com a sociedade, como a capacidade de contribuir e ser útil por meio de um trabalho moralmente aceitável (Bitencourt et al., 2011).

Alguns estudos feitos por Morin (2001, 2004) e Morin et al. (2007) ampliam a compreensão dos componentes e das dimensões dos sentidos atribuídos ao trabalho. Em uma de suas pesquisas, realizada com 542 estudantes de Administração e 75 administradores da França e do Quebec/Canadá, a autora observou que os estudantes de Administração tinham uma concepção positiva sobre o trabalho e o consideravam um meio de emancipação. De modo geral, na percepção dos estudantes, um trabalho deveria apresentar as seguintes características para ter sentido e promover motivação para trabalhar: proporcionar realização e desenvolvimento pessoal, oferecer segurança e permitir autonomia, possibilitar o relacionamento com outras pessoas e o sentimento de pertença a um grupo, contribuir para a sociedade e dar um sentido à vida, ao manter a

pessoa ocupada (Morin, 2001). Para estes estudantes, o trabalho deve possuir três características principais: boas condições de trabalho; oportunidades para aprender e prestar serviços; ser variado, interessante e permitir autonomia (Morin, 2001). Os administradores pesquisados, de médio e alto escalão de empresas de setores variados, residentes na França e no Quebec/Canadá, também demonstraram concepções positivas e semelhantes acerca do trabalho, não aparentando interferência de diferenças culturais. Para ter um sentido, os administradores da França e do Quebec/Canadá pontuaram que o trabalho deve ser feito de forma eficiente, ter um finalidade, beneficiar outras pessoas, estar à altura dos interesses e competências de quem o realiza e permitir o aprendizado, a autorrealização, a superação, a livre expressão e o exercício de poder (Morin, 2001). Com base nestes resultados, Morin (2001) enumera seis formas de organização do trabalho para que ele tenha sentido: (1) que seja realizado de modo eficiente e leve a resultados úteis, (2) seja intrinsecamente satisfatório, proporcionando prazer e sentimento de realização, (3), seja moralmente aceitável, (4) seja fonte de relacionamentos interpessoais satisfatórios, (5) garanta segurança e autonomia e (6) mantenha a pessoa ocupada e estructure a rotina.

Morin et al. (2007) investigaram quais os sentidos que 15 jovens administradores brasileiros, alunos de um curso de especialização, atribuíam ao trabalho. A partir de entrevistas semiestruturadas, os autores procuraram identificar, principalmente, como se caracterizava um trabalho que fazia sentido e um trabalho que não fazia sentido, categorizando os resultados segundo as dimensões individual, organizacional e social. Em relação à dimensão individual, um trabalho com sentido deve oferecer: satisfação pessoal; autonomia (financeira) e sobrevivência; aprendizagem e crescimento; orgulho e identificação. No que se refere à dimensão organizacional, os sentidos do trabalho estão relacionados à utilidade do que é feito, aos relacionamentos e ao reconhecimento da atividade por alguém da organização. Quanto à dimensão social, emergiram duas características do trabalho com sentido: forma de inserção na sociedade e de contribuição para esta. De modo geral, os resultados do estudo indicaram que o trabalho é fundamental na vida das pessoas e tem sentido quando permite a sobrevivência, oferece tarefas diversificadas, aprendizagem, autonomia, reconhecimento e segurança (Morin et al., 2007).

Considerando-se estes e outros estudos que focalizam os significados e, mais especificamente, os sentidos do trabalho, observa-se que a maior ênfase recai sobre a percepção que diferentes categorias profissionais têm sobre o trabalho. Como exemplo, podem ser citadas as pesquisas com foco em funcionários de multinacionais (Job, 2003),

trabalhadores da indústria têxtil de amianto (D'Acri, 2003), dentistas cooperados (Oliveira, 2004), proprietários e funcionários de empresas de economia de comunhão (Santos, 2006), trabalhadoras de serviços de limpeza e conservação (Diogo, 2007), funcionários de um restaurante de luxo (Theodoro, 2007), trabalhadores de organizações não governamentais (Ribeiro, 2007; Viana & Machado, 2011), trabalhadores de empreendimentos solidários (Magro & Coutinho, 2008), servidores técnico-administrativos de universidade pública (Coutinho, Diogo & Joaquim, 2008), trabalhadores de programa social (Curado & Menegon, 2009), dirigente de organização de cultura popular africana (Dourado et al., 2009), professores universitários (Moreira, 2011), aposentados (Bitencourt et al., 2011), trabalhadores de um Tribunal Regional Eleitoral (Cugnier, 2012), profissionais que migraram do emprego para o autoemprego (Oliveira & Silveira, 2012), jovens *trainees* de uma grande empresa (Bitencourt et al., 2014), entre outros.

Tendo em vista o objeto desta pesquisa, destaca-se, como relata Coelho (2009), que pouca atenção tem sido dada à percepção do trabalhador com deficiência inserido no mercado formal ou informal de trabalho, sendo que a maior parte das pesquisas que investiga a intercessão entre deficiência e trabalho, ainda é recente. Assim, o presente estudo visa a contribuir para a compreensão dos sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida, tendo por base o arcabouço teórico levantado e a necessidade de se ampliar, no âmbito organizacional, os estudos que retratam questões relacionadas à deficiência.

2.11. Sentidos do trabalho e pessoas com deficiência: algumas investigações anteriores e um problema de pesquisa

A gestão da diversidade nas organizações, aqui tomada num recorte referente ao trabalho das pessoas com deficiência, tem apresentado alguns avanços, tais como: a possibilidade de inserção e desenvolvimento no trabalho, a construção de uma subjetividade que vai além da imagem estigmatizada de pessoa com deficiência, a ruptura com o sentimento de incapacidade e as mudanças no posicionamento da família em relação à deficiência (Ribeiro & Ribeiro 2012). Por outro lado, é possível observar ainda, conforme Ribeiro e Ribeiro (2012), a permanência do preconceito e da cultura de tutela, a subvalorização da capacidade das PcD's, os conflitos e dificuldades de relacionamento no contexto social mais amplo, bem como defasagens acumuladas em razão das experiências tuteladas e uma visão acerca da diversidade como obrigação jurídica e não como cultura

organizacional. Nohara, Acevedo e Fiametti (2008) ressaltam que, considerando o número de pessoas com deficiência aptas a ser inseridas no mercado de trabalho e contribuir ativamente para a sociedade, elas devem se sentir incluídas, plenamente, como cidadãs e trabalhadoras. Para isso, é importante que as PcD's sejam ouvidas em todas as esferas das quais façam parte, inclusive no que se refere ao seu ambiente de trabalho (Nohara et al., 2008). Como assinala Coelho (2009), o número de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho aumentou, mas não se conhece a fundo o modo como estas vivenciam o cotidiano de trabalho, pois o número de estudos com esta abordagem ainda é pequeno.

Como exemplo de estudos em que se buscou investigar o ponto de vista de pessoas com deficiência no trabalho, podem ser citadas as pesquisas sobre as percepções das próprias PcD's em relação às políticas e práticas de inserção no mercado de trabalho (Almeida, Carvalho-Freitas & Marques, 2008; Serrano & Brustein, 2008; Vasconcelos, 2010), que demonstraram que as pessoas com deficiência ainda encontram dificuldades no processo de inserção no mercado formal de trabalho e apontam que os gestores devem se atentar para situações de exclusão e criar condições para que as PcD's participem ativamente das equipes de trabalho, em todas as circunstâncias. O comprometimento e a satisfação de pessoas com deficiência no trabalho foi alvo de estudo realizado por Carvalho-Freitas, Marques e Almeida (2009), no qual se observou que o comprometimento e a satisfação de PcD's estão relacionados a aspectos organizacionais e não ao tipo de deficiência ou à dificuldade de inclusão no mercado de trabalho. Investigando o ponto de vista de pessoas com deficiência inseridas em uma empresa referência em inclusão, a fim de verificar se existia relação entre a percepção que elas tinham dos valores organizacionais e as formas como viam a deficiência no trabalho, Ávila-Vitor e Carvalho-Freitas (2012) observaram que as PcD's relacionam o prestígio da organização a uma concepção de deficiência que não as coloca como desviantes de um padrão normal de ser humano e promovem a capacitação das PcD's, inserindo-as em atividades compatíveis com as suas potencialidades e tornando acessíveis as suas condições e práticas de trabalho. Ao investigar as representações sociais das pessoas com deficiência sobre a vida no trabalho, Nohara et al. (2008) observaram que a inserção de PcD's na vida profissional lhes proporciona sentimentos positivos, sendo que as representações sociais identificadas estão baseadas num núcleo central que afirma que elas estão aptas para o trabalho, assim como qualquer pessoa.

Além destas pesquisas, destaca-se o estudo de Carvalho-Freitas, Toledo, Nepomuceno, Suzano e Almeida (2010), em que foi observado que as pessoas com deficiência destacam a importância do trabalho, tanto no que diz respeito à sobrevivência e à autonomia financeira quanto à possibilidade de reconhecimento social e profissional, o que contribui para que elas se mantenham nas organizações. Paiva Silva e Ribeiro (2011) também perceberam, em investigação conduzida com pessoas com deficiência física, que o trabalho pode estar vinculado à noção de dignidade e sustento, mas também de sofrimento, especialmente quando se aproxima da condição de labor. Pesquisa realizada com pessoas com deficiência em seu primeiro ano de trabalho numa instituição pública retratou que as relações de trabalho estabelecidas pelas PcD's são, inicialmente, demarcadas por sensações de vigilância a possíveis indícios de desqualificação e discriminação, mas que cedem à medida que as PcD's se sentem acolhidas pelo grupo de trabalho e pela organização (Carvalho-Freitas, Suzano & Nepomuceno, 2011). Estudo realizado por Ribeiro e Ribeiro (2012) identificou que as pessoas com deficiência parecem associar o trabalho à oportunidade de reconquistar um lugar produtivo na sociedade, deixando a condição de tutela e assumindo uma posição ativa, além de apresentar o trabalho como uma possibilidade de resgate de uma vida com significado e desenvolvida pelas relações psicossociais. Todavia, os autores destacam que estes processos podem ser dificultados por vários fatores como o medo de não atender às expectativas, a falta de incentivo da família e o anseio social de que a PcD continue ocupando um lugar de inatividade, o que reafirma a ideologia da estigmatização da deficiência.

Em levantamento bibliográfico, foram encontrados quatro estudos investigando o significado do trabalho para pessoas com deficiência e um pesquisando o sentido do trabalho para PcD's. Estas pesquisas, que possuem objetivos distintos e não diferenciam deficiências congênitas ou adquiridas, têm seus resultados descritos a seguir, com o objetivo de ilustrar perspectivas de investigação que auxiliam no entendimento do que o trabalho representa na vida das pessoas pesquisadas.

Coelho (2009) realizou uma pesquisa com o objetivo de investigar o significado do trabalho para 30 pessoas com tipos diferentes de deficiência, que estavam inseridas no mercado de trabalho da região metropolitana de Belo Horizonte/MG, bem como as dificuldades e estratégias utilizadas por essas pessoas. Por meio de entrevistas semiestruturadas e observações no local de trabalho, a autora verificou que o trabalho se mostrou um organizador da vida destas pessoas, estruturando a subjetividade, gerando

atitudes de resiliência, provocando prazer em virtude de recompensas pessoais e sociais e possibilitando a passagem de uma posição de vítima para uma posição digna e reconhecida socialmente. Todavia, o trabalho também se constituía como uma fonte de sofrimento, em função de altas demandas, concorrência, desvalorização, limitações e falta de reconhecimento, entre outros aspectos, mas que acarretaram em esforços de superação por parte das pessoas com deficiência. Fatores pessoais considerados positivos, tais como criação familiar, características individuais e idade foram revestidos de grande importância pelos trabalhadores com deficiência, por permitir que eles lidassem bem com o próprio corpo, com a estigmatização, com a falta de conhecimento da população e com as barreiras sociais (Coelho, 2009). As dificuldades encontradas pelas PcD's mostraram-se relacionadas à deficiência e às condições de saúde que influenciavam na execução das tarefas, mas não comprometiam o resultado final das atividades (Coelho, 2009). A autora destacou que fatores ambientais (despreparo, atitudes, convivência, acessibilidade, uso do solo, mobiliário urbano, transporte, políticas distributivas, produtos e tecnologia) foram bastante mencionados, tanto como facilitadores quanto como obstáculos para inserção no trabalho. A principal estratégia, utilizada por pessoas com deficiência e ressaltada pela autora, como forma de minimizar e/ou eliminar as dificuldades, consistiu no reconhecimento de necessidades e capacidades, demonstrando um aspecto positivo e construtivo da subjetividade.

Silva (2007) pesquisou o significado do trabalho para 10 trabalhadores com deficiência visual, empregados em empresas públicas e privadas da região metropolitana de Belo Horizonte/MG. No estudo, a autora constatou que pessoas com deficiência visual, quando encontram meios de desenvolver as suas potencialidades e acreditam nestas, não percebem a deficiência como obstáculo. Utilizando entrevistas em profundidade como forma de coleta de dados, a análise do material levantado permitiu que a autora classificasse o trabalho para pessoas com deficiência visual em quatro categorias: (1) afirmação da capacidade (ser útil), (2) inclusão sob o viés da discriminação, (3) humanização e (4) realização. Os resultados indicam ainda que o trabalho, para estas pessoas, tem papel central e é fonte de identificações, dignidade, autonomia e utilidade, representando um instrumento de reafirmação da própria capacidade e uma forma de humanização e realização, além de ser considerado a atividade preponderante na busca da inclusão social (Silva, 2007).

Tette (2013) investigou a influência da percepção de suporte organizacional sobre o significado do trabalho para 169 pessoas com deficiência inseridas em organizações de diversos segmentos de várias regiões brasileiras. Para isso, aplicou a Escala de Percepção de Suporte Social no Trabalho, a Escala de Percepção de Suporte Organizacional, duas escalas referentes ao significado do trabalho contidas no Inventário de Motivação e Significado do Trabalho, além de questões sobre a centralidade do trabalho, adaptadas do Grupo MOW. A autora concluiu que as pessoas com deficiência atribuem uma alta centralidade ao trabalho, independentemente de fatores sociodemográficos, e o significado atribuído está vinculado, especialmente, à garantia de condições econômicas de sobrevivência e de sustento pessoal e familiar, à estabilidade no emprego, ao salário e ao progresso social. Além disso, as PcD's que participaram da pesquisa propuseram que o trabalho representava ocupação, esforço mental, tarefas repetidas e exigência de ritmo. O significado do trabalho está ainda associado a equipamentos adequados, segurança, higiene, assistência e amparo social, as quais são consideradas características importantes do trabalho para as pessoas com deficiência. O estudo identificou três padrões do significado do trabalho, sendo: (1) instrumental econômico, constituindo-se o mais prevalente e formado, predominantemente, por pessoas com deficiência auditiva; (2) realizados, também composto por um grande contingente de pessoas e abrangendo, em sua maioria, pessoas com deficiência física, e (3) insatisfeitos apáticos, um grupo de tamanho menor e baixa escolaridade, constituído, em sua maioria, por pessoas com deficiência auditiva. Por fim, ressalta-se que as variáveis Percepção de Suporte Social no Trabalho (nas suas três formas) e Percepção de Suporte Organizacional mostraram-se preditivas do significado do trabalho (na forma dos fatores de atributos descritivos).

Pereira, Del Prette e Del Prette (2008) pesquisaram o significado do trabalho para dois grupos, sendo um formado por 27 trabalhadores com deficiência física e outro composto por 27 trabalhadores sem deficiência, em uma cidade do interior de São Paulo. Os grupos foram emparelhados em sexo, idade, estado civil, nível econômico e função, e os pesquisadores buscaram identificar e classificar os aspectos positivos e negativos associados ao trabalho, comparando semelhanças ou diferenças destes discursos em relação aos trabalhadores com e sem deficiência física (Pereira et al., 2008). Os autores realizaram entrevistas estruturadas baseadas em dois instrumentos de levantamento de dados: o Critério de Classificação Econômica Brasil, como forma de identificar o nível econômico dos participantes, e o Questionário sobre Aspectos do Trabalho (QAT), que

colhe informações sócio demográficas e solicita que os participantes falem sobre, pelo menos, três características positivas e três negativas associadas ao trabalho. Os dados foram analisados qualitativa e quantitativamente, dando origem a seis classes de aspectos positivos e cinco classes de aspectos negativos (Pereira et al., 2008). Cidadania, conciliação de interesses, finanças, relações sociais, valorização pessoal e valorização profissional foram os aspectos considerados positivos, enquanto mecanização do trabalho, desgaste físico e emocional, jornada de trabalho extensa, desvalorização profissional e dificuldades interpessoais foram os aspectos associados negativamente ao trabalho (Pereira et al., 2008). Os autores concluíram que a deficiência física não constituiu fator determinante na valorização dos aspectos positivos ou negativos do trabalho e destacaram que o significado atribuído ao trabalho pelas pessoas com deficiência física se refere a fatores de ajustamento delas no ambiente profissional.

Utilizando entrevistas semiestruturadas e o método de análises discursivas, ancorado na abordagem sócioconstrucionista, Lima et al. (2013) investigaram o sentido do trabalho para dez pessoas com diversos tipos de deficiência, residentes na região metropolitana de São Paulo. Os sentidos do trabalho para as PcD's pesquisadas abarcaram várias conotações, fundamentalmente, vinculadas a um emprego ou a uma atividade remunerada, permitindo a criação de sete categorias: (1) sobrevivência, (2) necessidade de ser útil, (3) independência financeira e pessoal, (4) identidade social, (5) capacitação/preparação para o trabalho, (6) esforço pessoal e (7) "não ter um trabalho" (Lima et al., 2013). De modo geral, o trabalho se mostrou o eixo estruturante da vida por seu caráter instrumental, ao possibilitar a aquisição de bens materiais, o sustento da família e a independência financeira, e também por outros aspectos subjetivos, como o sentimento de ser importante para a sociedade. Além disso, os autores identificaram sentimentos de realização profissional, de vitória sobre as dificuldades da vida e de integração social em virtude da participação no mercado de trabalho. Para Lima et al. (2013), isto se deve ao fato de a pessoa se sentir privilegiada por ser capaz de realizar o mesmo trabalho que pessoas sem deficiência, no mesmo espaço, e levar a mesma vida que elas, saindo do isolamento social, fazendo parte de novos grupos e deixando de ser tratadas como dependentes da ajuda alheia.

Os pontos levantados na revisão de literatura apresentada, as poucas pesquisas que enfocam a perspectiva do trabalhador com deficiência e os escassos estudos que investigam as implicações da deficiência adquirida apontam para lacunas no campo do

conhecimento. Neste contexto, no que se refere, especificamente, aos sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida, não foi identificado nenhum estudo sobre esta temática, o que abre espaço para as seguintes questões: quais são os sentidos atribuídos ao trabalho por pessoas com deficiência adquirida que já estavam inseridas no mercado antes da aquisição da deficiência? Uma deficiência adquirida, devido a um acidente de trabalho, faz com que o trabalho ganhe sentidos negativos? Quais são as expectativas de quem retorna ao trabalho, após a aquisição da deficiência? O retorno ao trabalho, após a aquisição de uma deficiência, faz com que este ganhe novos sentidos devido a essa experiência? Se sim, como isso ocorre? Quando o impacto da deficiência adquirida na vida cotidiana é maior, a relevância do trabalho também é maior? O que o trabalho e a reinserção profissional representam na história de vida das pessoas com deficiência adquirida? Comparando as experiências de retorno ao trabalho após a aquisição de uma deficiência por causa de um acidente laboral e a aquisição de uma deficiência ocorrida devido a outras circunstâncias, existem ou não diferenças entre estas vivências e como elas se dão?

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender os sentidos atribuídos ao trabalho por pessoas com deficiência adquirida.

3.2. Objetivos Específicos

- Compreender o que o trabalho passou a representar na vida de pessoas após a aquisição de uma deficiência em comparação à avaliação que elas fazem da vida no trabalho antes da aquisição;
- Investigar quais eram as expectativas sobre o retorno ao trabalho, após a aquisição da deficiência, e como a reinserção no trabalho foi vivenciada pelas pessoas com deficiência adquirida;
- Entender aspectos subjetivos do processo de aquisição da deficiência relacionados ao trabalho e a outras dimensões vivenciais.

4. MÉTODO

A abordagem metodológica aqui proposta situa-se entre as perspectivas qualitativas, que são aquelas interessadas, conforme Minayo (2010), em questões específicas. O objeto, na pesquisa qualitativa precisa ser desvelado, pois não pode ser apreendido de imediato, e abrange o conjunto de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Embora uma grande variedade de enfoques possa ser caracterizada como sendo pesquisa qualitativa, o que as distintas abordagens, sob esta denominação, têm em comum é a compreensão da realidade como construção social que só pode ser compreendida por um olhar que considere os aspectos do fenômeno em suas interações e influências recíprocas (Alves, 1991). As pesquisas qualitativas não têm a pretensão de atingir um conhecimento objetivo da realidade e, por isso, não são realizadas buscando estabelecer relações de causa e efeito entre fenômenos ou fazer generalizações estatísticas. Os pesquisadores qualitativos partem do pressuposto de que uma postura de completa neutralidade é impossível, e, assim, podem agir enquanto observam ou provocar reflexões nos seus participantes, enquanto estes fazem seus relatos, levando-os a compreender coisas novas sobre a realidade em que estão inseridos (Flick, 2009).

Considerando-se a multiplicidade teórica existente no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho que reflete distintos paradigmas científicos na delimitação e organização da área (Bendassolli, Borges-Andrade & Malvezzi, 2010), a perspectiva seguida nesta pesquisa aproxima-se do eixo temático e do paradigma clínico, por ser o que mais se harmoniza com os referenciais epistemológicos, teóricos e metodológicos aqui delimitados. De acordo com Bendassolli e Soboll (2011), as abordagens clínicas acerca do fenômeno do trabalho partem de diferentes origens e se fundamentam sobre distintas concepções teóricas, buscando articular o mundo psicológico ao mundo social e enfatizando a realidade vivida pelas pessoas. As investigações nesta área se interessam tanto pelos aspectos nocivos do trabalho e pela produção social do sofrimento neste contexto, quanto pelos traços criativos e constitutivos do trabalho sobre a subjetividade, bem como sobre as condições em que o trabalho é reconstruído pela ação individual e coletiva (Bendassolli & Soboll, 2011). Segundo Bendassolli et al. (2010), este paradigma estuda a pessoa em sua totalidade, considerada na relação com sua história e com seu contexto e, mesmo não tendo foco na questão psicoterapêutica, privilegia a metodologia qualitativa, a interpretação e a profundidade da compreensão de casos específicos em

detrimento das generalizações, razões que justificam a escolha por esta perspectiva para o estudo do presente objeto de investigação. Assim, ao se investigar os sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida, a presente pesquisa se aproxima dos estudos que discutem a subjetividade no contexto do trabalho e as questões que perpassam o vínculo destas com o trabalho.

4.1. Participantes

Como critério de participação na presente pesquisa e com a finalidade de se analisar a reinserção no mercado de trabalho, a seleção dos participantes obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: (1) que as pessoas tivessem adquirido deficiência física, auditiva ou visual, após os 18 anos de idade, de modo que pudessem avaliar, de forma mais segura, as experiências de trabalho antes da aquisição da deficiência bem como a própria vivência de aquisição; e (2) que tivessem tido, ao menos, uma experiência de trabalho, formal ou informal, antes da aquisição da deficiência.

O acesso aos participantes foi feito a partir do contato com empresas de São João del-Rei/MG que pudessem ter pessoas com deficiência adquirida no seu quadro funcional, de modo a convidar estes funcionários para participação na pesquisa. Além disso, foram contatados o Serviço Municipal de Fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde de São João del-Rei – que dá suporte ao Programa de Órtese e Prótese do Governo de Minas Gerais, prestando atendimento a pessoas com deficiência – bem como a Associação de Surdos de São João del-Rei, a fim de realizar o convite a potenciais participantes deste estudo. Outra forma de recrutamento de sujeitos, foi por meio do banco de dados do Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Trabalho (NACE), da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), contatando participantes de pesquisas, já desenvolvidas ou em desenvolvimento, e que atendiam aos pré-requisitos estipulados nesta pesquisa. Participaram ainda, pessoas com deficiência adquirida indicadas pelos próprios participantes ou por outros profissionais, no processo conhecido como “bola de neve”.

Como em estudos qualitativos, o número de pessoas pesquisadas não é o critério mais relevante, pois o essencial não é quantificar opiniões, mas explorar e compreender os diferentes pontos de vista relacionados ao objeto de estudo (Fraser & Gondim, 2004), o fechamento da amostra foi definido pelo critério de saturação teórica. Desta forma, com base na análise contínua dos dados, a inclusão de novos participantes foi suspensa quando os elementos fornecidos passarem a apresentar redundâncias e repetições, acrescentando

pouca informação ao material já coletado e não contribuindo mais de forma substancial para o conjunto dos tópicos abordados, conforme definido por Fontanella, Ricas e Turato (2008). Neste estudo, a repetição dos dados passou a ocorrer de forma mais acentuada a partir da décima entrevista, porém foram realizadas outras três entrevistas adicionais, a fim de se confirmar as redundâncias. Assim, participaram do estudo 13 pessoas com deficiência adquirida, sendo nove com deficiência física, três com deficiência auditiva e uma com deficiência visual.

4.2. Procedimento de coleta de dados

Em pesquisas qualitativas, considera-se que o uso de entrevistas é essencial para a identificação e compreensão de práticas, crenças, valores e opiniões de universos sociais específicos, num contexto favorecido pela relação intersubjetiva entre pesquisador e entrevistado (Duarte, 2004; Fraser & Gondim, 2004). A possibilidade de se coletar, de maneira aprofundada, indicativos sobre como cada pessoa pesquisada percebe a sua realidade, consiste na maior vantagem do uso de entrevistas, em comparação com outros procedimentos de coleta de dados, na medida em que possibilita o levantamento de informações consistentes o suficiente para descrição e análise das questões de interesse da pesquisa (Duarte, 2004). Durante as entrevistas, o papel do pesquisador é o de permitir a livre manifestação do entrevistado, porém numa atitude ativa: modulando a diretividade da entrevista e aplicando técnicas que visem a explorar o problema sob investigação (Fontanella, Campos & Turato, 2006). Quanto ao entrevistado, mais do que responder aos questionamentos do pesquisador, ele reelabora suas vivências e, conforme Freitas (2002), sinaliza a realidade que as produziu, como grupo, raça, gênero, classe e momento sócio-histórico.

No desenvolvimento desta pesquisa, a coleta de dados foi feita mediante entrevistas semiestruturadas, com base em um roteiro previamente elaborado (Anexo B), contendo questões que pretendiam abordar, de maneira ampla e em profundidade, os objetivos pretendidos no estudo, mas buscando deixar os entrevistados livres para acrescentarem dados que pudessem esclarecer ou ser relevantes para a temática investigada. Esta modalidade de entrevista, portanto, apresenta algumas questões, explora pontos que não tenham sido claramente expressos e introduz tópicos de forma aberta e neutra em correspondência com as hipóteses previamente formuladas, porém o todo da entrevista não está predeterminado nem as respostas estão preditas (Fontanella et al., 2006). O roteiro de

entrevista utilizado buscou coletar, inicialmente, algumas informações objetivas acerca dos participantes, tais como formação escolar, trajetória profissional e circunstâncias de aquisição da deficiência, para, então, abordar questões que pudessem se referir aos sentidos atribuídos ao trabalho pelos entrevistados, bem como ao processo de reinserção no ambiente de trabalho. Além disso, algumas questões foram inspiradas em outros roteiros de entrevista disponibilizados em dissertações feitas com pessoas com deficiência ou com sujeitos que se afastaram do trabalho, por algum motivo, como Coelho (2009), Boschco (2011) e Cavalheiro (2010).

Como complemento ao que foi verbalizado, foi registrado, por escrito e após o término de cada entrevista, os dados não verbais e paraverbais do contexto de entrevista, como apresentação pessoal, comportamento global, mudanças na postura corporal, gesticulações, riso, mudanças no volume ou na intensidade da voz, ritmo da fala, entre outros, tal como sugerido por Fontanella et al. (2006). Estes dados auxiliaram na confirmação, no complemento ou na contradição do que foi dito pelo entrevistado, ampliando o refinamento analítico.

Por outro lado, a entrevista como técnica de pesquisa apresenta algumas limitações, como no caso de entrevistados que seguem um “discurso adequado socialmente”, devido ao receio de ser prejudicado de alguma forma, ou entrevistados que percebem os temas de interesse do pesquisador e adotam um discurso que visa a “agradá-lo” (Narita, 2006). A fim de se evitar tais entraves, deixou-se suficientemente explícito que a privacidade e a confidencialidade das informações relatadas estavam asseguradas documentalmente, assim como foram checadas falas que pudessem parecer contraditórias, solicitando-se maiores detalhes, comparando com elementos ditos anteriormente ou relacionando aos dados não verbais e paraverbais. Além disso, foi solicitado que os participantes relatassem situações vivenciadas de modo a ilustrar as suas falas e minimizar o efeito do “discurso adequado socialmente”. Conforme Fontanella et al. (2006), uma forma de se aumentar a validade da entrevista em pesquisas qualitativas consiste também em aplicar dispositivos que possam facilitar a expressão da subjetividade dos entrevistados, tais como: conforto físico durante a entrevista, disponibilidade para estender, se necessário, o tempo previsto do procedimento ou possibilidade de mais um encontro com o mesmo entrevistado, além de uma relação de confiança entre pesquisador e entrevistado.

As entrevistas realizadas nesta pesquisa foram feitas sempre nos locais de preferência dos entrevistados, sendo que, dos 13 participantes, sete optaram por conceder a

entrevista no local de trabalho, quatro na universidade à qual a pesquisadora está vinculada e dois na sua própria residência. Em todos os espaços acordados, procurou-se assegurar que o local oferecia privacidade e garantia o sigilo das respostas. O tempo de duração da entrevista diferiu entre os entrevistados e teve o tempo médio de 33 minutos. As entrevistas foram gravadas a fim de serem transcritas integralmente num momento posterior e permitir uma análise mais apurada das informações obtidas. A transcrição das entrevistas e a preparação do material para análise seguiu o parâmetro da inteligibilidade, de modo que a escrita expressasse a fala de uma maneira compreensível (Narita, 2006), mas mantivesse o equilíbrio entre a fidelidade ao áudio, o entendimento do material e o conforto psicológico para a leitura (Fontanella et al., 2006).

4.3. Procedimento para análise dos dados

Como destacam Rodrigues, Morin e Strehlau (2009), para que se compreenda a construção dos sentidos, faz-se necessário analisá-los por um método que possibilite comparações sistemáticas e replicáveis. Para atingir estes fins, a análise de conteúdo clássica mostra-se bastante útil, uma vez que utiliza procedimentos objetivos de descrição do conteúdo de mensagens que visam a explicitar a lógica do encadeamento de ideias num determinado texto ou discurso. A análise do conteúdo pode atender a finalidades tanto de estudos quantitativos como qualitativos, uma vez que, além de ser descritiva, faz inferências que procuram evidenciar as causas de uma mensagem ou as suas possíveis consequências. Tendo estas considerações em vista, todo o processo de análise das entrevistas, realizadas nesta pesquisa, foi feito utilizando-se a análise de conteúdo, definida, por Bardin (2011), como um conjunto de instrumentos, de caráter metodológico, aplicado a diversos tipos de discursos.

A opção pelo método de análise de conteúdo deve-se aos fundamentos teórico-metodológicos proporcionados por este em consonância com a presente pesquisa, uma vez que se acredita que um ponto de partida para a compreensão dos sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida pode ser dado por meio da identificação de tendências na fala dos entrevistados. Deste modo, é possível obter um panorama sobre o tema, bem como aprofundar nos objetivos específicos desta pesquisa. Além disso, a identificação de padrões e recorrências na fala dos participantes pode fornecer elementos para a identificação de outros aspectos referentes ao trabalho das pessoas com deficiência adquirida.

Este método consiste num procedimento de categorização e subcategorização de elementos característicos de um conjunto, considerando a parte em comum entre eles e seguindo determinados critérios (Moraes, 1999). As categorias são classes que agrupam determinados elementos que possuem características comuns. Para a definição das categorias, os seguintes critérios podem ser adotados: semântico (temas), sintático (verbos, adjetivos e pronomes), léxico (sentido e significado das palavras – antônimo ou sinônimo) e expressivo (variações na linguagem e na escrita) (Bardin, 2011). Assim, é possível relacionar uma quantidade significativa de informações que constituirão duas etapas: inventário, em que os elementos comuns são isolados, e classificação, momento em que eles são divididos e organizados. As categorias são, assim, elaboradas por diferenciação e reagrupamento, e compostas por grandes enunciados que abrangem uma quantidade variável de temas, segundo o seu grau de proximidade e de modo que possam, após análise, revelar significados que atendam aos objetivos do estudo e proporcionem uma visão diferenciada sobre os temas propostos (Campos, 2004). Na análise dos dados desta pesquisa, foi adotado o critério semântico de categorização por temas, por se adequar melhor à identificação das construções subjetivas dos sentidos do trabalho.

A análise de conteúdo é composta por três grandes etapas: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira fase, de pré-análise, consiste na organização do material coletado, na formulação de hipóteses e na elaboração de indicadores que embasem a interpretação final (Caregnato & Mutti, 2006). Neste momento, todas as entrevistas transcritas passaram por uma leitura flutuante, a fim de se detectar pontos importantes para a temática estudada e permitir a elaboração de hipóteses acerca do problema de pesquisa. Estas hipóteses consistiam em explicações ou afirmações antecipadas do objeto de estudo que poderiam ser confirmadas ou refutadas ao término da pesquisa. Bardin (2011) enumera cinco regras fundamentais para que este processo seja bem sucedido: (1) exaustividade, ou seja, deve-se esgotar todo o assunto sem omitir nenhuma parte; (2) representatividade, isto é, localizar amostras que representem o universo pesquisado; (3) homogeneidade, o que significa que todos os dados devem se referir ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e de sujeitos semelhantes; (4) pertinência, ou seja, os documentos devem ser adaptados aos objetivos da pesquisa; e, por fim, (5) exclusividade, cada elemento deve ser classificado em apenas uma categoria

A fase de exploração do material compreende a codificação, isto é, o momento em que os dados colhidos são agregados em unidades de registro, que são elementos unitários de conteúdo e que permitem uma descrição pertinente deste. As unidades de registro são submetidas, posteriormente, à classificação e podem compreender sentenças, frases ou parágrafos, sendo que, neste estudo, optou-se por utilizar frases como unidades de registro. Em seguida, parte-se para a categorização, processo em que um grupo de unidades de registro é agrupado por possuir características em comum (Moraes, 1999). A realização desta fase consiste na passagem de dados brutos para dados organizados, que devem ser intensamente trabalhados a fim de incluir todas as respostas obtidas na elaboração das categorias, que são classes de acontecimentos correlacionadas e ordenadas. Assim, por meio de uma esquematização, os elementos comuns foram isolados (etapa de inventário), divididos e organizados (etapa de classificação). Durante a exploração do material, atentou-se também para a frequência com que surgiam regularidades na fala dos participantes e partiu-se para a busca de convergências e divergências presentes no material coletado, definindo-se as unidades de registro relevantes para o conjunto da pesquisa e categorizando-as. A frequência com que ocorre uma unidade de registro pode denotar a sua relevância, ao mesmo tempo em que a ausência de certos elementos pode significar bloqueios ou vontades escondidas. Além disso, durante esta etapa, observou-se: a intensidade da unidade de registro, o que foi avaliado por meio dos tempos dos verbos, advérbios e adjetivos; a direção favorável, neutra ou desfavorável e polos associados (positivo ou negativo); a ordem em que os registros apareceram e a coocorrência, isto é, a presença concomitante de duas ou mais unidades de registro numa mesma unidade de contexto (Bardin, 2011). A classificação em categorias pode ser realizada de forma apriorística e não apriorística, sendo esta última a que foi adotada nesta pesquisa, ou seja, as categorias criadas emergiram do contexto das respostas analisadas.

A terceira etapa é a de tratamento dos resultados e, tendo por base a definição de um tema nos dados, consiste na comparação de enunciados com o objetivo de verificar se existe um conceito que os integre. A classificação dos elementos ocorre, então, seguindo semelhanças e por diferenciação, com reagrupamento posterior, em função de propriedades comuns (Caregnato & Mutti, 2006). Caso os temas encontrados sejam diferentes, cabe ao pesquisador localizar relações que possam existir entre eles. Considerando que as interpretações baseadas em inferências buscam o que está encoberto pelos significados das palavras, a análise de conteúdo visa alcançar, em profundidade, o discurso dos enunciados.

Seguindo estes passos, na presente pesquisa, foi realizada a análise final e a interpretação dos dados organizados e categorizados, visando a conhecer e compreender os sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida. A análise de conteúdo é um processo cíclico, ou seja, retorna-se, sempre que necessário, aos dados coletados em busca de um refinamento das categorias bem como aos marcos teóricos pertinentes à investigação. A relação entre o material de pesquisa e a fundamentação teórica é que dá sentido à interpretação e proporciona o embasamento necessário à análise dos dados.

4.4. Considerações Éticas

Esta pesquisa foi submetida à Comissão de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEPES) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), sob o protocolo nº 002/2015 e aprovada, conforme o memorando nº 020/2015. Os participantes do estudo receberam explicações acerca dos objetivos da pesquisa, foram esclarecidos sobre a participação voluntária e sobre a possibilidade de desistência, mesmo após a concessão da entrevista, e tiveram assegurado o sigilo de suas identidades. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), concordando com a participação no estudo. Os dados coletados e gerados por esta pesquisa – gravações, anotações e transcrições – serão preservados pelo prazo mínimo de cinco anos, de acordo com as orientações da CEPES/UFSJ.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), cerca de 64% das pessoas com deficiência que estão inseridas no mercado formal de trabalho são homens, e as mulheres representam, portanto, 36% dos vínculos empregatícios registrados (Ministério do Trabalho e Emprego, 2015). Nesta pesquisa, procurou-se manter uma proporção semelhante quanto ao gênero dos entrevistados e, destes, oito (62%) são homens e cinco (38%) são mulheres. Quanto ao tipo de deficiência, os dados da RAIS informam que as pessoas com deficiência física são 50% das PcD's que trabalham formalmente, enquanto as pessoas com deficiência auditiva são 21% e as pessoas com deficiência visual constituem 10% do total de PcD's inseridas no mercado formal (Ministério do Trabalho e Emprego, 2015). Das pessoas entrevistadas nesta pesquisa, nove participantes (69%) têm deficiência física, três (23%) possuem deficiência auditiva e um (8%) tem deficiência visual. Entre as causas das deficiências dos pesquisados, cinco (38%) foram por acidentes de trabalho, três (23%) por motivo de doença, dois (15%) devido a acidentes de moto e três (23%) provocadas por outras causas diversas.

Ainda de acordo com a RAIS, 1% das PcD's empregadas são analfabetas, 19% possuem Ensino Fundamental incompleto, 11% têm Ensino Fundamental completo, 8% têm Ensino Médio completo, 43% têm Ensino Médio completo, 4% possuem Ensino Superior incompleto e 14% possuem Ensino Superior completo. Dos participantes desta pesquisa, três (23%) tinham Ensino Fundamental incompleto quando adquiriram a deficiência, um (8%) tinha Ensino Fundamental completo, seis (46%) possuíam Ensino Médio completo e três (23%) possuíam Ensino Superior completo. Das cinco pessoas que tinham Ensino Médio na época de aquisição da deficiência, duas ingressaram no Ensino Superior e concluíram curso de graduação após adquirirem deficiência. Ao adquirir deficiência, os participantes do estudo tinham entre 22 anos e 52 anos, sendo que a idade média, considerando todos os participantes, era de 34,9 anos (desvio padrão de 9,1 anos). A idade média atual dos entrevistados gira em torno dos 45,1 anos (desvio padrão de 10,5 anos), sendo que o mais jovem tem 27 anos e o mais velho, 59 anos. O tempo de convívio com a deficiência variou de um a 26 anos, sendo que, em média, os entrevistados lidam com a deficiência há cerca de 10,2 anos (desvio padrão de 7,4 anos). Todas as pessoas que participaram deste estudo estavam inseridas no mercado de trabalho (formal ou informal) quando adquiriram a deficiência e continuaram ou voltaram (após receber auxílio doença

ou se aposentar por invalidez) a exercer alguma atividade produtiva remunerada depois da aquisição da deficiência.

A fim de contextualizar a discussão e a interpretação dos resultados desta investigação, apresenta-se, a seguir e pela ordem de realização das entrevistas, uma breve caracterização dos participantes do estudo, bem como uma síntese da forma como cada um destes adquiriu a deficiência. Os nomes atribuídos aos entrevistados são fictícios, a fim de resguardar a identidade dos participantes, tal como assegurado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

5.1. Caracterização dos participantes

- Antônio: tem 58 anos, é solteiro, possui Ensino Fundamental incompleto e trabalha, informalmente, como artesão de estanho. Quando jovem, devido a uma queda, fraturou a rótula, o que ocasionou uma osteomielite (inflamação óssea). Após 29 cirurgias e aos 42 anos, amputou uma das pernas acima do joelho: *Eu tinha pedido até pelo amor de Deus para eles amputarem a minha perna que eu já não estava aguentando mais.* Após muitos anos utilizando muletas, Antônio usa, atualmente, uma prótese ortopédica.

- Bernardo: tem 59 anos, é casado e possui Ensino Fundamental incompleto. Aos 33 anos era garçom, quando sofreu um acidente de moto numa rodovia e precisou amputar uma das pernas abaixo do joelho. Poucos meses depois, começou a utilizar prótese ortopédica e, três anos após a amputação, se tornou taxista: [...] *foi justamente por causa da deficiência, caso contrário, não seria taxista*, profissão que exerce até os dias de hoje.

- Cláudio: tem 40 anos e é casado. Quando tinha 22 anos, sofreu um acidente de trabalho, numa indústria, que o deixou cego e o levou a se aposentar por invalidez: [...] *o ácido bateu e escorreu pra dentro dos olhos, bateu no rosto, eu dei sorte, não fiquei com o rosto deformado, mas foi sorte....* Na época, Cláudio tinha Ensino Médio completo e, posteriormente, foi incentivado a cursar Ensino Superior por uma instrutora da instituição em que realizou a sua reabilitação (aprendizagem de leitura em Braille, uso de bengala, manejo do computador). Ele se graduou em Comunicação Social, abriu mão da aposentadoria e, atualmente, é funcionário público federal.

- Dirce: tem 57 anos, é casada e professora universitária. Aos 37 anos, quando estava num balneário, foi atingida por duas grandes pedras que rolaram de uma encosta e a atingiram, provocando a secção completa da sua medula:

[...] fracturei 21 costelas, ao todo, do lado direito, e uma perfurou o pulmão, e, do lado esquerdo, nove, mas onde não podia fraturar, rompeu, né, fraturou a coluna e rompeu a medula, foi secção completa da torácica, então, fiquei paraplégica desde então.

- Eduardo: tem 51 anos, é casado, possui Ensino Superior completo em Administração de Empresas e, atualmente, é gerente de vendas numa loja de móveis. Desde os 18 anos, administrava uma empresa familiar (abatedouro de aves) e, ao dirigir o caminhão frigorífico da empresa, dormiu ao volante e sofreu um acidente, no qual perdeu o pé direito, aos 42 anos:

[...] o caminhão foi virando, aquele corrimão de concreto da ponte, [...] eu travei o pé no freio e numa das viradas, um daqueles corrimões entrou na frente do caminhão e empurrou meu pé pra trás e ele veio entrando na frente do caminhão [...] ele espremeu, então, quando eu puxei, o meu pé ficou preso...

- Flávio: Tem 50 anos, é casado, possui Ensino Fundamental incompleto e é auxiliar de produção numa indústria. Aos 43 anos, sofreu um acidente de trabalho e perdeu o dedo polegar direito numa das máquinas que manejava rotineiramente:

[...] eu tava limpando de luvas, o material, uma ferpazinha agarrou na mão e não deu tempo de eu tirar a mão fora e saiu me puxando pra dentro da roda todinha, [...] ela foi puxando, não tinha onde puxar, estourou os dedos com tudo...

Ele passou por tratamento fisioterápico, ficou afastado do trabalho durante dois anos e atualmente trabalha num outro setor da mesma empresa.

- Geraldo: tem 53 anos, é casado, possui Ensino Fundamental completo e é vendedor. Estava desempregado há alguns meses, quando sofreu um acidente de moto e fraturou ossos da perna esquerda (tíbia e fíbula): *[...] o meu acidente, as fraturas não foram moles, que tá dentro da minha perna, tem 14 pinos, tem 12 platinas, ela ficou toda deformada, eu sinto essas dores, fraqueza....* Como sequelas do acidente, Geraldo manca e caminha com dificuldade. Ele recebeu auxílio doença durante um ano e, na época da entrevista, tinha voltado a trabalhar há cerca de um mês numa empresa em que já havia trabalhado anteriormente.

- Henrique: tem 27 anos e é solteiro. Aos 22 anos, era operador de máquinas e trabalhava numa plantação de eucaliptos, quando sofreu um acidente com um trator (a empresa não fornecia Equipamento de Proteção Individual), o que fez com que tivesse que amputar a perna direita abaixo do joelho:

[...] eu tava do lado trabalhando assim, a minha calça desfiada, aí puxou minha perna, aí, a máquina levou e quebrou, quebrou no meio da perna certinho, aí quebrou esse osso assim, aí meu pé veio parar cá em cima, dobrou.

Na época do acidente, Henrique tinha Ensino Médio completo e havia sido aprovado no concurso do Corpo de Bombeiros, restando apenas realizar os exames médicos, o que iria acontecer dentro de duas semanas. Ele ficou afastado do trabalho por dois anos e meio e voltou a trabalhar na mesma empresa, numa outra função, permanecendo por seis meses. Após a aquisição da deficiência, Henrique iniciou e concluiu curso superior em Administração de Empresas, e trabalha, atualmente, como auxiliar administrativo numa instituição de ensino. Ele faz uso de prótese ortopédica.

- Irene: tem 35 anos, é divorciada e possui Ensino Médio completo. Quando tinha 28 anos, sofreu um AVC (acidente vascular cerebral) que fez com que ela passasse a ter dificuldades de fala e locomoção. Após quatro meses como cadeirante, Irene passou a se locomover com um aparelho acoplado à perna e o apoio de uma muleta, recursos que utiliza até hoje: *[...] me tacaram na cadeira de rodas, depois fui pra fisioterapia, ainda, quatro meses fazendo fisioterapia, [...] com o aparelho ainda voltei a andar....* Na época que teve o AVC, Irene administrava um bar de propriedade do pai e realizava diversas atividades no caixa, no balcão de atendimento e na cozinha. Atualmente, ela ainda trabalha no bar, porém desempenha funções apenas no caixa.

- Janaína: tem 39 anos, é solteira, possui Ensino Médio completo e é cobradora de ônibus. Aos 34 anos, teve otite (inflamação nos ouvidos), que evoluiu para um quadro de surdez nos dois ouvidos, mais grave do lado direito. Em consequência, Janaína desenvolveu um quadro de depressão que a deixou afastada do trabalho por seis meses. Ela continua trabalhando na mesma função e empresa, e utiliza aparelho auditivo nos dois ouvidos:

[...] ainda tô em período de adaptação, igual, como eu trabalho num ambiente muito barulhento, às vezes, eu tenho que abaixar, às vezes, eu até fico sem [o aparelho], prefiro até ficar sem, porque vai indo tá incomodando, aí quando eu tô em casa, aí eu coloco pra ver se vou acostumando, tal, mas aí não é muito bom, não, incomoda, às vezes sua, aí tem que tirar, muito bom, não.

- Luís: tem 38 anos, é casado, tem Ensino Médio completo e era técnico em manutenção de uma mineradora, quando, aos 30 anos de idade, sofreu um acidente numa máquina e perdeu o braço esquerdo na altura do ombro: *[...] eu fui com a mão esquerda, a hora que chegou aqui assim, pegou na luva, puxou de uma vez, aí arrancou de uma vez....* Após cinco anos afastado do trabalho pelo INSS, Luís se aposentou por invalidez e abriu uma pequena loja de roupas, trabalhando como comerciante.

- Milena: tem 33 anos, é casada e graduada em Turismo. Ela trabalha como auxiliar administrativa num órgão público e há aproximadamente seis anos teve uma paralisia facial de causa desconhecida. Após três meses com o rosto paralisado e sem êxito no tratamento medicamentoso e fisioterápico, ela passou por uma cirurgia e, como seqüela, perdeu a audição do ouvido direito:

[...] eu tive uma paralisia facial, aí eu fiz uma cirurgia, aí teve uma abertura aqui atrás da orelha pra voltar o nervo ao normal e, com essa cirurgia, eu perdi a audição do lado direito. [...] aí, eu teria que refazer a cirurgia pra voltar à posição, só que como a cirurgia é muito pesada, abrir tudo de novo, eu não quis fazer, eu preferi o método de usar o aparelho auditivo.

- Neusa: tem 46 anos, é solteira, possui Ensino Médio completo e curso técnico em Segurança do Trabalho, mas nunca exerceu a profissão. Ela trabalha como auxiliar de serviços gerais num laboratório de análises clínicas e há aproximadamente quatro anos percebeu que estava perdendo a audição. Como teve dificuldades em lidar com a aquisição da deficiência, Neusa demorou a procurar assistência médica e havia começado a usar aparelho auditivo, nos dois ouvidos, quatro meses antes da concessão da entrevista para esta pesquisa:

No início não queria aceitar, os outros ficam olhando pra gente, né, uns pensam que a gente não fala, uns pensam que a gente não fala, teve até, foi esses dias, tava usando aparelho [...], a mulher ficou fazendo assim pra mim, fiquei pê da vida, falei 'moça, eu falo, eu falo', acha que a gente é surdo e mudo, eu falo até demais, eu achava que era hereditário, não tem ninguém na minha família com problema de perda auditiva, não, até fui estudando a família, não tem ninguém, ninguém, tive muita dor de ouvido [...].

Após esta caracterização, discutem-se a seguir, alguns processos subjetivos gerados pela aquisição da deficiência, traçando algumas semelhanças e distinções entre as experiências dos participantes da pesquisa. Logo após, são levantados alguns pontos sobre o retorno ao trabalho e as vivências dos pesquisados após a aquisição da deficiência, além de serem apresentados os sentidos do trabalho para as pessoas com deficiência adquirida entrevistadas – principal objetivo deste estudo.

5.2. Processos subjetivos de aquisição da deficiência

A maneira como cada pessoa lida com a aquisição de uma deficiência depende de inúmeros fatores subjetivos e objetivos, tais como características pessoais, aprendizagens e experiências anteriores em relação à deficiência, condições socioeconômicas, apoios sociais, consequências da deficiência no cotidiano, momento profissional vivido, tempo de instalação da deficiência e forma como ela foi adquirida (Francelin, 2007; Oliveira, 2004).

Nesta pesquisa, observou-se que o fato de a deficiência ocorrer repentinamente, em decorrência de acidentes, ou até de forma esperada, como nos casos de doenças, interferiu no processo de aceitação e adaptação, mas não determinou a velocidade nem quão bem sucedido se deu o andamento deste processo. Assim, os pesquisados relataram desde momentos difíceis de aceitação da deficiência e de depressão até a busca pela rápida adaptação e a atitude de agradecimento pela vida, em detrimento do sofrimento pela perda do membro ou da capacidade sensorial. Neste sentido, mas longe de ser uma regra, percebeu-se que a aquisição inesperada de uma deficiência ocasionou processos mais difíceis de aceitação e adaptação, em comparação aos da aquisição “prevista”, o que pode ser percebido pelos relatos abaixo:

[...] o médico daqui falava que ia dar conta e eu, minha cabeça não parava, um trilhão, sei lá, de pensamentos, uma carga pesadíssima. [...] no início, assim, igual eu falei, deprimente, tal, não pensei que ia passar por isso tudo que eu já..., eu pensei até numas bobagens, assim, 'ah, se eu não voltar a enxergar, acho que eu não quero viver mais', não sei o que lá [...]. (Cláudio)

Então, um período assim bastante negro, né, bem difícil, que exige muita força de vontade e cabeça, né? Se não tiver cabeça, não vai não, porque, de repente, você ser freada a 300 por hora e parar... o pior não é a perda do movimento, te falo, o pior é a perda da sensibilidade. Porque não só movimentar você se dá, porque você não sentir, você perder controle vesical, de esfíncter, você passar a conviver com fralda, com tudo 24 horas por dia, eu faço esvaziamento vesical com sonda quatro vezes ao dia, de seis em seis horas eu passo, essa é a minha rotina ad eternum, né? (Dirce)

[...] a princípio, assim, eu fiquei muito chocado, fiquei, mas sempre fui muito tranquilo, muito calmo, mas a princípio, assim, eu fiquei, eu fiquei muito chocado, na hora que eu acordei, assim, da cirurgia, tipo assim, não tinha ninguém no quarto, eu já tava até no pós-cirúrgico, eu já imaginava, mais ou menos, o que tava pra acontecer, mas só que a gente nunca quer que aconteça aquilo, mas querendo ou não, eu não era bobo, eu sabia, do jeito que a minha perna foi que eu vi, que tava dobrada assim, que dava pra gente ver que a circulação, ela não passa, que o pé, assim, começa a ficar sem circulação, ele começa a ficar uma cor mais escura, começa a inchar, uma coisa assim, eu já imaginava que boa coisa não vinha, aí no eu acordar, tipo assim, claro, eu chorei muito, tava querendo acordar de um pesadelo, pra mim não era aquilo que tava acontecendo comigo e tal, mas minha família sempre me apoiou muito. (Henrique)

A aquisição repentina de uma deficiência, como no caso da perda da visão de Cláudio, da paraplegia de Dirce e da amputação de Henrique, gerou períodos de grande dificuldade, angústia e incerteza acerca do processo de recuperação. Entretanto, nem sempre se tem a percepção imediata de que a deficiência é definitiva e, neste sentido, abre-se espaço para a fala de Irene, que ficou com parte do corpo paralisada, como seqüela de um AVC. No seu caso, após uma evolução na recuperação dos movimentos, o processo

estagnou, culminando na constatação de que a deficiência era definitiva, dois anos após o AVC:

Nossa Senhora... é a pior coisa que podia ter acontecido[...]. Eu fiquei encostada dois anos, aí quando foi em 2010, aí não ia poder manter isso, nossa, foi um choque pra mim, porque eu ainda tinha esperança que eu ia andar normal, porque agora eu sei que eu não vou ficar, agora já... é triste, mas é a realidade, agora eu tô aceitando, aceitando e não aceitando, porque, pra mim, eu não, isso aqui não é normal pra mim, não, porque quem era normal, fazia de tudo, agora ficar... hoje eu faço, assim, de tudo, praticamente, assim, mas eu dependo, não faço do jeito que eu fazia antes, entendeu? Mas é a pior coisa, Deus que me perdoe, mas não posso fazer nada quanto a isso. (Irene)

Por outro lado, a aquisição gradativa também não é bem assimilada sempre e pode gerar muitos danos indiretos, como no caso de Janaína que, em decorrência da progressiva perda da audição, desenvolveu um quadro de depressão, do qual ela ainda não se recuperou totalmente após quatro anos de aquisição da deficiência:

[...] eu comecei com a minha, com o meu problema de audição, devido a uma otite que eu tive, aí eu tive, eu, aí o tratamento, durante seis meses, com antibiótico [...] anti, é, antialérgico, uns seis meses, aí não resolveu [...], comecei a entrar em depressão, aí voltei nele [médico], ele falou assim 'então, vamos colocar um tubinho de ventilação', colocou tubinho de ventilação nos dois ouvidos, nos dois ouvidos, nos dois, aí melhorou, o incômodo melhorou, só que com o passar do tempo, eu fui perdendo a audição do ouvido direito, [...] como eu trabalho no ônibus, sou cobradora, aí o barulho, sabe... barulho o dia inteiro no ouvido, aí eu fui perdendo mais do ouvido direito, aí do ouvido direito eu escuto muito pouquinho, do ouvido esquerdo eu já escuto mais, aí, com isso é... eu tenho depressão até hoje por causa disso, tomo remédio controlado, aí antidepressivo, remédio pra dormir, pra insônia, não durmo direito se eu não tomar, às vezes, eu tomo nem durmo, essa noite, por exemplo, hoje eu tomei e não dormi [...]. (Janaína)

As complicações decorrentes da otite e a aquisição da deficiência auditiva impactaram a vida de Janaína de tal forma que mudaram o seu modo de perceber a realidade e de se relacionar com as pessoas, o que pode ter sido agravado pelo ambiente de trabalho em que ela está inserida, o qual exige, rotineiramente, o contato direto com pessoas, além da convivência com ruídos quase ininterruptamente. A baixa autoestima e a baixa autoconfiança, características da depressão, foram alguns dos aspectos relatados, com grande frequência, por pessoas com deficiência auditiva adquirida, conforme pesquisa realizada por Francelin (2007). Tais fatores levam a limitações funcionais e prejuízos nos relacionamentos interpessoais estabelecidos e, como a autora ressalta, a não aceitação da deficiência, mesmo que em graus mais leves, pode acarretar danos à vida da pessoa. Marin e Góes (2006) argumentam que a formação da subjetividade das pessoas com deficiência auditiva depende da forma como as relações sociais são constituídas e significadas, mediante as características da deficiência e as formas pelas quais a deficiência é percebida

socialmente, em situações de maior ou menor acolhimento. Neste sentido, destaca-se a especificidade da deficiência auditiva, que influencia diretamente na comunicação e, conseqüentemente, na interação e na construção de relacionamentos, tendo em vista que boa parte das pessoas sem deficiência tem dificuldades em se comunicar por gestos e sinais, o que as leva, muitas vezes, a evitar o contato interpessoal com pessoas com deficiência auditiva.

Outro aspecto a ser destacado refere-se à visibilidade do estigma – no caso, a deficiência – que, conforme Goffman (1982), envolve estratégias que permitem ou não que uma diferença individual forneça informações de que uma pessoa a possui. Considerando-se que a deficiência auditiva tem certo caráter de invisibilidade, uma vez que, à primeira vista só pode ser percebida pelo uso da prótese auditiva e, posteriormente, pelas dificuldades de comunicação interpessoal, ela pode ser escondida ou disfarçada, o que é feito por muitas pessoas, como Janaína: [...] *eu tenho vergonha de usar o aparelho, mas eu uso, aí tampo com o cabelo assim...* Como sugere Francelin (2007), a preocupação com a aparência pode fazer com que a pessoa com deficiência auditiva evite o uso do aparelho, pois este evidencia o que a pessoa pode querer esconder, por motivos de insegurança ou vergonha, bem como para poder evitar uma possível discriminação. Esta questão, entretanto, não afeta todas as PcD's da mesma maneira, tanto que Milena diz: *ah, vergonha, vergonha de você escutar? Aí não sei como que é, mas, eu não tenho, não [vergonha do aparelho], pra mim fez muito bem, foi muito bom.* Destaca-se que a adaptação a qualquer deficiência adquirida, exige mudanças, notadamente, no modo como a pessoa se vê e na forma como ela quer ser vista pelas outras pessoas, o que parece ainda não estar bem resolvido para Janaína.

A questão da visibilidade da deficiência adquirida não se faz presente apenas no caso de deficiência auditiva, mas também para pessoas cujas deficiências são quase permanentemente visíveis, como é o caso das pessoas com deficiência física. Para Ferreira e Oliver (2010), a pessoa com deficiência física adquirida, ao circular socialmente, pode se expor a experiências de preconceito e a olhares curiosos sobre a deficiência, o que influencia na construção subjetiva de “ser deficiente”, como pode ser ilustrado pelo relato de Irene:

Agora, eu tô aprendendo a viver assim, né, porque antes eu tinha vergonha de tudo, agora não tô nem aí, se os outros estão falando ou não, tô, fico, lógico, mas, né, fazer o quê? Eu tenho que aprender a lidar comigo mesmo. [...] E é muito triste porque eu sempre fui normal, né, sempre fui, aí quando vê os outros me veem na cadeira de rodas, é a pior coisa que tem, você precisa de ver uma

vez que a gente veio aqui no Centro que era final de ano, a gente queria ver, tinha que comprar presente pros meus sobrinhos, precisa de ver os olhares dos outros, aqueles olhares compridos, nossa, era pior pra mim, aí eu começava a chorar, porque os outros sempre te 'viu' normal, aí te vê na cadeira de rodas, os outros olhando, aí é a pior coisa que tem. (Irene)

Conforme Martins e Barsaglini (2011), a visibilidade ou invisibilidade da diferença física influenciam os contatos sociais estabelecidos pela pessoa e, embora a deficiência ocultada evite a exposição, ela mantém o receio da descoberta. Segundo Goffman (1982), dependendo do meio social em que a pessoa estigmatizada está inserida, ela pode vivenciar dois tipos de situação, nos quais: (1) sua característica distintiva é conhecida ou imediatamente evidente ou (2) seu estigma não é conhecido nem prontamente perceptível. No primeiro caso, a pessoa é desacreditada porque seu estigma é facilmente percebido, geralmente, de forma visual, e ela manipula a tensão e a incerteza gerada nos contatos sociais, de modo a produzir uma interação espontânea. Estas pessoas tendem a adotar a estratégia do acobertamento, isto é, estão prontas a admitir que têm um estigma, mas podem realizar grandes esforços para que ele não apareça muito.

Conforme Goffman (1982), no segundo caso, a pessoa é desacreditável, pois sua diferença não está imediatamente visível e não se tem dela um conhecimento prévio. Assim, não é a tensão que é manipulada, mas a informação sobre o estigma, ou seja, a decisão de mostrá-lo ou ocultá-lo, e em quais circunstâncias. As pessoas desacreditáveis podem encobrir o estigma, a fim de que ele não seja percebido ou para que esta descoberta demore a acontecer. Os recursos usados no acobertamento (quando o estigma é facilmente percebido) e no encobrimento (quando o estigma não pode ser conhecido de imediato) são muito semelhantes ou, até mesmo, idênticos. Para Goffman (1982), pessoas que, raramente, tentam se encobrir, tentam, em geral, se acobertar, ou seja, para essas pessoas, esconder o próprio estigma tende a ser uma estratégia mais comum do que ocultar a informação sobre a existência dele. Em virtude da discriminação presente no meio social, Goffman (1982) argumenta ainda que quase todas as pessoas que estão numa posição em que o encobrimento pode ser necessário, tentarão fazê-lo em algum momento. O pesquisado Henrique relata, abaixo, a diferença na forma de tratamento das pessoas em relação a ele, caso a deficiência esteja ou não visível:

[...] no começo acabou, tipo assim, tendo um pouco de constrangimento por questão visual mesmo, mas isso aí foi questão só no começo, de sair, aí depois também já, é só que a gente fica meio com medo da reação das pessoas, né, porque muitas pessoas, tipo assim, igual, me vê um cara muito novo, reage diferente, porque eles reagem de duas maneiras, igual vou te dar um exemplo: quando eu tô de short, todo mundo me vê de um jeito, tem lugar pra sentar [no

ônibus], aí eu vou sentar, eles deixam eu sentar e tal, eu tô de calça, sou um jovem normal, sou comum. (Henrique)

Para Goffman (1982), a aprendizagem das estratégias de encobrimento constitui uma fase do processo de socialização da pessoa estigmatizada e quando ela passa a “desaprender” o encobrimento e a revelar o estigma voluntariamente, se aceita e se respeita, ela estaria em uma fase mais madura e bem ajustada, como pode ser exemplificado pela fala de Dirce:

A preocupação como o outro vai te enxergar. Isso é difícil. Aí, a gente tem que ter muito cuidado porque senão você mesmo se isola, você se fecha num casulo. Então você tem que ter muita coragem pra enfrentar, abrir espaço pro outro chegar, porque às vezes o preconceito maior está é na gente e não no outro, né? Eu acho que a visão do outro não é assim, eu não acredito nisso porque eu consegui enfrentar, então é você que tem que enxergar, você que tem que mostrar, chegar, dar o seu recado, mostrar quem você é [...]. Isso é o mais difícil, pensar ‘nossa como que o outro tá me vendo?’, tem que vencer essa barreira, quem não vence, fica quieto dentro de casa e sofre muito, eu acredito que sofre muito. (Dirce)

A provável reação pública a um estigma individual impacta os relacionamentos interpessoais e, para Ferreira e Oliver (2010), pessoas com deficiência física adquirida podem vivenciar uma grande diminuição das suas relações, uma vez que é comum a vivência de empecilhos à participação e à circulação social, o que influencia na quantidade e na qualidade das interações. Martins e Barsaglini (2011) argumentam que a aquisição de uma deficiência física pode representar uma crise imediata na subjetividade, uma vez que as diferenças que agora se apresentam no corpo provocam uma ruptura com o referencial de identificação já estabelecido. Em pesquisa com pessoas com deficiência física adquirida, os autores observaram que o “estar em público”, sem uma parte ou uma função corporal, mostrou-se uma preocupação comum que alterava o ritmo de vida dos participantes do estudo, em virtude da constante possibilidade de exposição, mesmo que indireta, da deficiência. Neste sentido, a reinserção social também foi destacada, pelos participantes deste estudo, como uma das diferenças entre a deficiência adquirida e a deficiência congênita/hereditária, além de outras comparações, como exemplificado por Dirce:

[...] o que pesou mais foi, porque o medo de enfrentar o público era muito grande, porque uma coisa é você ter uma deficiência de nascença, outra coisa é você adquirir depois. Então, você sua frio, te tira do centro [...] é um trauma muito forte, porque a deficiência adquirida ela é muito pesada, porque simples coisas que vocês fazem, vocês não dão valor, vocês nem veem, eu não faço, né? A roupa está lá em cima no guarda-roupa pendurada, eu não pego a roupa pra eu vestir, pra eu sair. Eu prezo por mínimas coisas, pra vocês, isso aí não vale nada, mas pra nós é, entendeu? Então, é pesado, ela é muito traumática, agora o voltar [ao trabalho] aí ajuda você a sair dessa situação. (Dirce)

Como ressaltam Othero e Ayres (2012), existem diferenças entre as experiências de pessoas que conviveram desde muito jovens com a deficiência e aquelas que lidaram com uma grande ruptura na vida e que demandou novas modalidades sensório-motoras de apreensão do mundo. Este marco na história de vida origina comparações com os modos de viver antes da aquisição da deficiência:

É horrível, a gente não, não... antes não tivesse acontecido isso, mas a gente não pede, né? Mas, é ruim demais, a gente fica limitado, eu, sinceramente, dos 100% que eu era, hoje eu funciono aí 30%, 30%, por causa das limitações, né, eu não jogo uma bola, eu não posso andar mais distância, né, eu não subo morro, escada, eu tenho que ter muito cuidado porque se eu não tiver, se não tiver uma coisa pra mim firmar, eu posso, eu posso descontrolar e cair naquela escada, entendeu? Você desequilibra, desequilibra, é estranho, né, a gente fica inseguro, quando eu vou atravessar a rua, por exemplo, assim, eu tenho que ter certeza que eu posso atravessar, porque do contrário, eu fico até com medo, você fica inseguro de atravessar aquela rua porque o carro não espera você atravessar, eles não param pra você atravessar e é um risco muito grande, eu tenho um medo danado de quebrar essa perna novamente, de machucar [...]. Hoje eu vejo que a gente fica, a gente fica se sentindo assim, diminuído mesmo, entendeu, diminuído, infelizmente, infelizmente, eu não sei nem o quê que, por exemplo, eu não tô certo de pensar assim, eu deveria pensar o contrário, mas fazer o quê, é a realidade, né, a gente acaba pensando dessa forma, muito difícil. [...]...eu não pedi pra criar essa situação do acidente comigo, eu não pedi, isso foi uma situação negativa na minha vida [...]. (Geraldo)

[...] mas a minha adaptação, tem hora que tem aquelas coisas, ah, podia ser diferente, lógico que enxergar é muito melhor, eu sei o quê que é, quê que é enxergar e não enxergar, mas aí, ao mesmo tempo a gente pensa, fazer o quê, né? Não tem muito jeito, né? Não é fácil você concordar com isso, né, por isso que muita gente vive de mau humor, de mal com a vida, na minha situação, entendeu? Mas, aí, aconteceu... (Cláudio)

Ainda sobre o impacto da aquisição da deficiência, é necessário observar os casos em que esta aquisição é mais bem aceita, em atitudes de valorização da vida que foi preservada e/ou de apoio na religião, como forma de entendimento e de aceitação da situação ocorrida. Esta relativização do acontecimento que ocasionou a deficiência, feita por alguns entrevistados, auxilia no processo inicial de superação das dificuldades e de adaptação à nova realidade. Tal circunstância pode ser compreendida pelas falas de Bernardo, Eduardo e Luís – que amputaram a perna, o pé e o braço, respectivamente, como consequência de acidentes:

Eu acho que é um milagre, eu acho que é um milagre que acontece na vida da gente, que Deus conforta a gente, porque acho que as pessoas ao meu lado sofreram muito mais do que eu, eu não tava nem aí, eu queria era viver, eu acho que, com relação a mim, eu tinha a mesma disposição, a mesma vontade de viver, de trabalhar, não mudou nada. (Bernardo)

[...] quando eu percebi o pé amassado e arrebentado, houve até uma consciência de que, de satisfação, porque eu fiz, aí depois eu até brincava com os amigos, porque foi meio traumático, ‘não, eu passei a perna em Jesus, eu troquei com Ele o pé pela vida e fiz um ‘negoção’ com Ele danado’. [...] a

perda, pelo estado que eu tava, pelo momento que tava, o pé foi, foi o quê, foi uma graça, um lucro pra mim e eu não dei muita importância, na realidade. Então, no acidente, eu não tive opção, então, esse bloco de concreto, ele espremeu, ele esmagou meu pé e ficou só a canela, no que eu puxei, saiu, e eu fui, escalei e cheguei na ponte, joguei uma perna pra cima da outra por causa do pessoal curioso chegar [...]. Minha família ficou muito chocada, minha mãe e o pessoal todo, filhos, eu não, eu achei que a coisa pra mim tava boa demais [...]. (Eduardo)

[...] eu nunca me abati não, eu sempre pensei assim que eu, eu, me fala, 'ah, você perdeu o braço', eu não perdi o braço, eu ganhei a vida, era pra mim ter morrido, não era pra mim tá vivo de jeito nenhum, entendeu? (Luís)

De acordo com Oliveira (2000), na aquisição da deficiência física, a pessoa passa por uma fase aguda e outra de evolução crônica, nas quais se vê entre duas situações opostas: a recuperação ou a morte. A vivência da amputação, exemplificada nos relatos acima, demonstra que a pessoa recorre a diversas crenças e valores subjetivos, que possibilitam a adaptação às novas realidades física e psicossocial. Conforme Oliveira (2000), a perda, real e imaginária, do membro obriga a pessoa a realizar uma nova síntese do espaço próprio, desencadeando elementos subjetivos relacionados aos fragmentos do corpo e, em particular, ao valor do membro perdido. Como fala Matsuo (1999), quando a pessoa nasce com a deficiência física, sua imagem social é construída sobre a deformidade e a representação corporal não se modifica ao longo da vida. Por outro lado, uma amputação na vida adulta promove a (re)construção da imagem social e exige que se (re)aprenda a (con)viver com a amputação, num processo de mudanças abruptas em todas as relações sociais estabelecidas (Matsuo, 1999). Em consonância, Paiva e Goellner (2008) verificaram que os amputados, participantes do seu estudo, ressignificaram suas vidas a partir do olhar dos outros e também de si mesmos para a parte ausente de suas corporalidades. Este processo de adaptação pode ser vivenciado de diversas maneiras e, não só no caso da amputação, mas em outras formas de apresentação de uma deficiência adquirida, diversos recursos ajudam a aliviar o impacto inicial. Deste modo, como parte do processo de aceitação, observa-se, em muitas pessoas, a convicção de que a deficiência foi predestinada por Deus ou pelo destino:

Parece que eu fui preparado, eu acho que todas as pessoas que vão, eu vejo desta forma, espiritualmente, estão preparadas e Deus é muito sábio, não manda uma amputação pra quem, de repente, não vai dar conta de suportar o defeito. E a gente tem uma missão, eu acho, eu vejo desta forma, essa missão de você fazer o normal e fazer o que o outro faz e, de repente, você, 'perai, aquele lá tem, tá faltando um pedaço, e ele faz igual, porque que eu não posso fazer?'. Eu acho que eu vejo a coisa, mais ou menos, pra esse lado também, sabe? O amputado ele é escolhido e o escolhido tem que, já foi preparado, mais ou menos dessa forma. [...] quando do meu acidente, certamente que poderia, entre aspas, não poderia porque tinha que acontecer, mas eu poderia ter parado e dormido e eu

não dormiria em cima da ponte, entre aspas, mas aí eu ia acidentiar com outro carro, porque o acidente meu tinha que acontecer [...]. (Eduardo)

[...] no dia, fiquei bastante pra baixo, só não chegou a me dar depressão, isso chegou a me dar, não, aí eles conversaram comigo, essa coisa que me aconteceu tinha que acontecer, mas, me acolheram bem, minha família me deu o maior apoio. (Flávio)

Como observam Othero e Ayres (2012), a religião (e a ideia de castigo, culpa, transcendência ou aprendizado) e a noção de acidente e/ou fatalidade são explicações comuns para a deficiência, conforme relatos de pesquisa feita, pelos autores, com pessoas com diversos tipos de deficiência, congênita ou adquirida. A história, as crenças e concepções individuais, além das vivências concretas, possibilitam que a pessoa se adapte à experiência própria de ter uma deficiência, a qual pode ser ressignificada ao longo da vida (Othero & Ayres, 2012). Além disso, a comparação com outras pessoas que estariam passando por uma situação mais difícil também é um recurso utilizado na aceitação da nova condição física, como relata Dirce, que ficou paraplégica:

Aí, voltei pra casa, né, e aí que foi a verdadeira adaptação, né, porque é o enfrentar a vida. Mas foi uma escola no hospital, foi uma escola. Primeiro, até porque você vê outros casos e aí você conviver com isso, você vê que você não tá tão ruim, né? Você não tá tão péssimo assim porque você vê cada situação que você fala 'nossa, graças a Deus, tô bem porque minha cabeça foi mantida', aí dá realmente pra enfrentar. (Dirce)

A avaliação em relação ao outro, cuja lesão seria de maior gravidade ajuda a melhorar a autoestima e a percepção de si mesmo, amenizando as dificuldades inerentes à situação vivenciada. Tais processos de aceitação são únicos para cada pessoa e passados os momentos iniciais da aquisição da deficiência, abre-se espaço para a adaptação bem sucedida:

Tipo assim, a família, querendo ou não, sempre fica muito preocupada com a gente, aí foi mais, mais questão de recuperação mesmo, na época eu namorava, não queria nem ver minha namorada nem pintada de ouro, não queria que ela entrasse na sala de cirurgia pelo impacto mesmo que eu tive, eu tava com medo de todas as pessoas terem aquele impacto, aí com o passar do tempo eu vi que não era bem aquilo, eu vi que a coisa poderia ir mudando. [...] antes, eu jogava bola, praticava esportes, corria, então, hoje em dia, eu só não posso correr, porque tem uma prótese especial pra quem corre e ela é muito cara, mas tirando disso, eu faço atividade física normal, caminhada, faço academia, coisas que eu pensava que nunca mais ia voltar a fazer, coisas que eu pensava assim 'acho que acabou, agora não vou fazer mais nada', e eu vi que, querendo ou não, tem uma adaptação, um jeito todo diferente de você fazer, tipo assim, questão de ocupar a cabeça mesmo, de usar o esforço físico pra um lado positivo. (Henrique)

[...] aí, chegou um ponto que eu, aí na hora que eu fui, a gente se percebe, e fala 'não é que eu tô dando conta de viver assim', entendeu!?! Aí, fui buscando as melhores formas, as melhores maneiras possíveis de me adaptar e fazer o quê? Já tava sentindo que, futuramente, eu poderia ter essa necessidade de viver sem

enxergar mesmo. Aí, não é que eu acostumei, que eu gostei, tal, não, mas eu busquei formas de melhorar minhas condições de vida, entendeu? [...] A adaptação do acidente foi quase que, quase que uma obrigação, tive que... ou eu adaptava ou então, eu me deprimia e ficava deitado na cama o dia inteiro, foi quase que uma necessidade, era uma necessidade, mas, as necessidades, você encara elas, ou você encara ou você se anula, né, só que eu encarei e fui assim. [...]. (Cláudio)

[...] hoje eu tomo banho em qualquer banheiro em pé com uma perna só, então, você vai aprendendo, você vai desenvolvendo, o cérebro da gente começa a acostumar com a falta do espaço, existe a sensação de estar completo, aí no começo você tende a apoiar e não, aí você cai e no cair, você fala 'não, não é pra cair, eu tenho que lembrar que não tenho o pé'. Então, hoje, eu tenho uma vida, posso te dizer, normal. (Eduardo)

E eu ando normal, só não jogo bola, o resto, danço, eu não me sinto inválido hora nenhuma, eu, às vezes, fico até chateado quando alguém acha que eu sou incapaz, eu sou capaz. (Bernardo).

Pelos relatos acima, podem ser notados o desenvolvimento de trajetórias de vida que permitiram que os entrevistados aprendessem a conviver com a deficiência e com as novas condições de vida. Além disso, podem ser observados casos em que a deficiência possibilitou novos rumos à vida, como ocorreu com Henrique e Cláudio, que saíram das empresas em que se acidentaram e cursaram ensino superior após a aquisição da deficiência, em áreas totalmente distintas das atividades que eram exercidas por eles. Neste sentido, a história de Cláudio é emblemática, pois o seu ingresso no Ensino Superior só aconteceu por causa do incentivo de uma instrutora da instituição para cegos, em que realizava sua reabilitação:

Na verdade, eu não quis fazer faculdade... Tipo, aqui, a gente não vê, eu, pelo menos, eu não conhecia casos de pessoas que não enxergavam e fizessem uma faculdade. Mas aí, ela falava, falava, conforme o curso foi passando, mas aí 'como é que vou estudar?', 'não, tem as pessoas que leem pra você'. Eu ainda não tinha muita habilidade com o computador, não, entendeu? 'Mas aí, só ler, e matemática, como é que eu faço?', 'não, tem jeito, tem jeito, eu arrumo uma pessoa, pessoas que já trabalharam e tal'. E assim que foi, eu fui tomando gosto e tal. Aí, quando eu assustei, eu já tava fazendo o curso, mas assim, te falar assim, eu que escolhi, eu que quis, não, eu só fui querer depois que eu vi que tinha condições, entendeu? Até então, eu nem pensava que eu podia, depois que ela, ela que, depois, deu toda força e confiança, falando que dava, que dava, eu acreditei nela, depois que eu passei a acreditar que dava sim e realmente deu, entendeu? (Cláudio)

A fim de finalizar estas considerações acerca dos processos subjetivos de aquisição de uma deficiência, apresentam-se as falas de Eduardo e Dirce, que atribuem à deficiência um impacto positivo na forma de ver a vida, destacando como a aquisição contribuiu para o próprio amadurecimento pessoal:

[...] antes da amputação, eu imaginava que eu era super-herói, que eu podia tudo, eu fazia tudo, eu não tinha limitação, as coisas aconteceriam só com os outros, nunca comigo, então, eu me permitia um ritmo que era totalmente

irracional, altamente produtivo, mas totalmente irracional e, no final das contas, ele não era tão produtivo assim, porque ele dava um estado de desgaste, apesar da idade nova, eu tinha problemas, físicos, que era do trabalho, depois da amputação eu comecei a falar assim, ‘perai, você não é indestrutível, você não é um super-herói, você pode fazer tudo que você tem que fazer, mas com racionalidade’, eu aprendi isso. Tô aprendendo até hoje. Então, houve essa mudança muito grande e acho que todos nós que, na verdade, a amputação é pra mudança ou para você ou para as pessoas que estão do seu lado. Deus não vai permitir uma mutilação se não tiver uma razão muito forte e ela vai servir ou pra você ou para as pessoas ou para os dois lados, até. Então, pra mim, pessoalmente, ela veio com que, veio me por no chão, eu tinha uma outra ideia, eu tinha um outro ritmo, que eu fazia com que, eu me achava, entendeu, hoje não. Hoje, eu tenho que, eu posso fazer muita coisa, mas eu sou limitado fisicamente, eu preciso me disciplinar pra que eu não me destrua depois. Então, mudou muito, mudou muito. [...] eu sou um amputado que, normal, operado, não me mudou, aliás, me mudou interiormente, fez com que eu ficasse melhor, mas não fez com que eu ficasse negativo, claro que não. (Eduardo)

Eu acho que o fato da gente conseguir voltar, ingressar no mercado de trabalho, a gente valoriza muito mais, a gente, acho que fica mais humana, a gente, o sofrimento ensina muito, né? Então, você passa a enxergar o outro de uma maneira também mais cuidada, até prazerosa, você dá valor às mínimas coisas. A gente só dá valor às coisas quando perde, infelizmente, então, acho que essa visão, mesmo você sendo dura, rígida, eu sou uma pessoa dura, rígida, até para comigo mesma. Mas, ao mesmo tempo, nessa dureza, nessa rigidez, eu sou uma boba, entendeu? Eu sou sensível, eu sou humana, eu valorizo muito mais as coisas, eu sei reconhecer, eu sei mais ouvir e cobro com mais categoria, eu brinco com eles: ‘de cadeira, né, gente, tem dó, eu tô falando de cadeira’. Então acho que isso muda muito a visão da pessoa, eu acho que isso ajuda muito, eu acho que eu sou uma pessoa melhor do que era. (Dirce)

Como relatado em pesquisa de Patrocínio (2010), a deficiência adquirida desponta como um “divisor de águas”, que demarca as fronteiras entre um antes e um depois, porém não é possível afirmar que a vida após a deficiência seja pior ou melhor do que a anterior, pois os sentidos atribuídos à nova condição são singulares. A experiência da deficiência adquirida exige a (re)construção de hábitos, valores e atitudes, já consolidados, e as vivências impactantes advindas da aquisição da deficiência possibilitam um novo olhar para a vida que pode passar a ser vista com maior valor (Patrocínio, 2010).

Acredita-se que a compreensão acerca destes processos subjetivos de aquisição de uma deficiência, pode auxiliar na contextualização do olhar dirigido ao trabalho pelos participantes desta pesquisa. Assim, após esta discussão, parte-se, na próxima seção, para a apresentação de alguns aspectos relacionados ao retorno ao trabalho das pessoas com deficiência adquirida entrevistadas.

5.3. Retorno ao trabalho: a vida profissional depois da aquisição de uma deficiência

A discussão feita nesta seção antecipa algumas das questões que serão mais aprofundadas na apresentação da categorização dos sentidos atribuídos ao trabalho por pessoas com deficiência adquirida. No entanto, alguns dos pontos aqui discutidos proporcionam uma melhor reflexão se forem tomados em separado, tendo como ponto de partida, os motivos, as expectativas e os pontos de vista sobre o trabalho após o retorno às atividades profissionais.

Dos 13 entrevistados nesta pesquisa, apenas as pessoas com deficiência auditiva não se afastaram do trabalho por causa da aquisição da deficiência. As demais ficaram afastadas por meses ou anos, sendo que algumas chegaram a se aposentar por invalidez, retomando as atividades de trabalho no mercado, posteriormente. Os motivos para o retorno, na maioria das vezes, se concentraram na necessidade financeira, como no caso de Dirce, que optou por não se aposentar por invalidez:

[...] eu tive que tomar a decisão: ou eu me aposentaria por invalidez e proporcional ao tempo de serviço, o que era muito ruim, porque eu perderia em torno de 60% do meu salário, ou eu encarava e voltava a trabalhar. Aí, foi a redenção porque eu escolhi voltar a trabalhar. Esse foi o meu grande salto. Aí, que veio a verdadeira adaptação, recuperação. [...] E foi então, foi a verdadeira terapia que eu tive, foi a volta do trabalho, a volta ao trabalho. [...] Mas, o primeiro momento pra voltar, foi, pesou o bolso, porque o deficiente tem muita despesa e além das duas filhas, da escola, tudo. Aí, eu vi que mais precisava [trabalhar]. (Dirce)

Para a professora Dirce, a necessidade de manter a renda no valor ao qual estava habituada foi determinante para o seu retorno ao trabalho, mas a importância do retorno financeiro do trabalho diminuiu com o passar do tempo e cedeu lugar para outros sentidos, de modo que, atualmente, ela já poderia ter se aposentado por tempo de serviço há seis anos, sem perdas na sua remuneração, mas prefere continuar, por enquanto, trabalhando. Em pesquisa de Moreira (2011), com seis professores universitários aposentados que se mantinham em atividade, foi observado que o fato de continuar trabalhando proporcionava diversos ganhos, como a permanência da valorizada imagem de trabalhador e o afastamento dos fantasmas de perdas e limitações da velhice. Além disso, constatou-se que a manutenção do vínculo empregatício não estava relacionada a problemas econômicos, mas ao reconhecimento pelas atividades desempenhadas e à vivência de saúde, enquanto a aposentadoria representava uma condição de incapacidade, morte e perda subjetiva. Neste estudo, percebeu-se que Dirce é uma das participantes, cujos sentidos atribuídos ao

trabalho, na atualidade, parecem menos baseados na independência financeira e mais vinculados a outros aspectos, como satisfação pessoal, sentimento de utilidade e de preenchimento da vida, como poderá ser visto mais adiante.

No estudo de Matsuo (1999), a maioria dos pesquisados que se acidentaram no trabalho tinha interesse em retomar as suas atividades, porém a autora não indicou as razões deste interesse. Apesar de outras razões poderem motivar este retorno ao trabalho, Garbin (2012) assinala que a necessidade de sobrevivência e de manter os compromissos financeiros em dia faz com que muitas pessoas que sofreram acidentes laborais considerem o retorno ao trabalho como uma obrigação. Na presente pesquisa, entre os entrevistados que adquiriram deficiência por causa de acidente de trabalho, a maioria relatou pouco ou nenhum interesse em voltar a trabalhar na empresa em que se acidentou, mas retornou em virtude, principalmente, de questões econômicas:

[...] todo acidentado tem que voltar pra empresa, só que a minha intenção já não era mais voltar pra lá, eu apenas voltei meio obrigado, [...]. Minha intenção era continuar estudando, pra mim continuar estudando eu tinha que voltar a trabalhar porque, até então, eu não ia conseguir dinheiro pra mim estudar [...], na época eu era, nossa, muito novo e eu não tinha nada, aí vamos supor a gente novo, cheio de sonhos na vida, o quê que você vai fazer com um salário mínimo, como é que você vai ter um carro, como que você vai construir uma casa, às vezes, como você vai constituir uma família? [...] Passava um filme na minha cabeça, ainda mais quando eu vi a máquina descendo, a máquina que eu trabalhava, porque, querendo ou não, eu gostava de trabalhar na máquina e eu também, eu não poderia mais trabalhar com esse serviço [...]. Eu voltei em área de escritório, isso, aí, tipo assim, é como todo deficiente volta, né, arruma nem que seja um papel pra você rasgar ali, pra falar que você tá fazendo alguma coisa, que, até então, voltava ali, mas eu tava sem ânimo nenhum pra trabalhar, então não tinha clima, [...]. Voltar pra aquela empresa, tanto pela reação mesma, de eu estar ali, tá trabalhando ali com todo mundo que trabalhava comigo, [...] aí pra mim entrar num outro lugar diferente, aí já seria, ninguém saberia da minha história, eu poderia até contar, mas entrar num lugar diferente, às vezes, eles iam agir de uma outra forma diferente, agora na mesma empresa é muito complicado, você sai, igual eu saí de lá, correndo, praticamente, pra voltar, vamos supor, entre aspas, carregado, aí é complicado [...]. (Henrique)

O retorno ao trabalho de Henrique se sustentou sobre a necessidade econômica, de modo que a sua percepção acerca do trabalho aparece vinculada a um meio de obter recursos para estudar e adquirir bens materiais (carro e casa). Percebe-se que, para ele, o trabalho na empresa em que se acidentou era tido, principalmente, como uma forma de sobrevivência antes mesmo da aquisição da deficiência, pois ele estava estudando para concursos públicos e pretendia sair do emprego, caso fosse aprovado no concurso do Corpo de Bombeiros, para o qual estava se preparando. Como discutido por Antunes

(2003), pode-se dizer que o trabalho, para Henrique, estava relacionado à alienação, uma vez que visava apenas à manutenção da vida.

Para Cláudio, que se aposentou por invalidez após o acidente de trabalho que o deixou cego e abriu mão da aposentadoria no valor de um salário mínimo depois de ser aprovado num concurso federal, a oportunidade de assumir o cargo público representou, além da melhoria financeira (a qual foi a grande mobilizadora do retorno, assim como para Dirce), uma conquista após o término do curso superior:

Não, lá eu não voltei [empresa que se acidentou], não, porque não tinha, também não ia ter condições psicológicas, não ia ficar legal de ficar trabalhando num lugar onde eu entrei de uma forma e saí de outra. [Retornou ao trabalho] por causa do salário de aposentadoria [risos]. A tendência é só piorar, só piorar. É lógico que a gente tem que olhar o lado, o lado financeiro da coisa, mas tem também aquela autoestima, você, já que eu estudei, já que eu fiz alguma coisa, já que eu, então, aí começou naquele processo, eu achava que eu não devia parar, entendeu? Tinha que ir mais além e dar sequência naquilo que eu comecei, mostrar que se eu cheguei aonde eu cheguei, eu posso chegar mais ainda, ter mais um pouquinho, tô sempre na busca, tô buscando, buscando e não vou parar, o que eu puder fazer, eu vou fazer, entendeu? (Cláudio)

Retomando as falas de Henrique (*você sai, igual eu saí de lá, correndo, praticamente, pra voltar, vamos supor, entre aspas, carregado*) e de Cláudio (*não ia ficar legal de ficar trabalhando num lugar onde eu entrei de uma forma e saí de outra*), identifica-se o uso da mesma analogia sobre o retorno à empresa em que adquiriram a deficiência: entrar de um jeito e sair de outro. Nesta perspectiva, percebe-se que, de certo modo, o acidente ficou “colado” à imagem da empresa, como o lugar que tirou um membro ou uma capacidade. Por sua vez, Flávio voltou a trabalhar na empresa em que sofreu o acidente laboral e apesar de o retorno não ser desejado, como nos casos de Cláudio e Henrique, ocorreu, para ele, devido às circunstâncias momentâneas (necessidade econômica associada à baixa escolaridade e ao receio de não conseguir uma recolocação no mercado por causa da deficiência): *[...] eu achava que por causa de ser deficiente eu não ia conseguir, sabe? Eu acho que se eu fosse procurar emprego em outra firma, não sei se eles iam me aceitar com essa deficiência*. Ele relata que passou por um processo de adaptação na empresa, sendo realocado em um setor diferente do qual trabalhava:

[...] voltei, só que eles me transferiram pra outro setor, porque aonde eu trabalhava não tinha condições até psicologicamente de... aí, pra mim, não dava [...]. Hoje é normal, trabalho normal, vou lá na área onde eu trabalhava, chego lá, eu vejo a máquina, dá um, ainda dá assim, a gente fica um pouco, como eu vou te falar, lembra do acidente que aconteceu, passa aquele filme todo de novo [...]. Na época, com a minha mãe, ‘acho que não vou conseguir trabalhar de novo, lá não, e chegar lá ver a máquina onde eu machuquei’... mas, só que depois, conversando com o pessoal lá mesmo, eles, no dia que eu fui fazer a avaliação médica, ele falou que eu não ia voltar pra onde eu trabalhava, ia

voltar pra um lugar mais tranquilo até adaptar, fiquei no prazo de adaptação lá até um mês, mais ou menos, adaptando nessa nova, nesse novo setor.

Por estas falas, observa-se a abertura de novas possibilidades de pesquisas que investiguem a representação/imagem das (antigas) empresas para pessoas que adquiriram uma deficiência devido a acidentes de trabalho. Além disso, destaca-se que os relatos da maioria dos entrevistados levam a acreditar que a questão primordial na motivação para a volta ao trabalho, independentemente da causa da aquisição da deficiência (por acidente laboral ou não), seja a sobrevivência, isto é, a necessidade financeira. Esta questão tem um peso importante para todos os pesquisados e foi o motor impulsionador do retorno, principalmente, de Cláudio, Dirce, Flávio, Geraldo, Henrique, Irene, Janaína e Luís. Isso faz pensar que o primeiro sentido associado à volta ao trabalho/emprego seja o da continuidade material da vida, que pode abrir (ou não) possibilidades para a construção de novos sentidos. Dessa forma, o trabalho, como emprego, parece estar associado muito mais a uma necessidade de sobrevivência do que de uma necessidade subjetiva de outra ordem. Destaca-se que Morin (2001) assinala que o recebimento de um salário está presente em todas as definições de trabalho, tal como categorizadas pelo Grupo MOW, sugerindo que, para a maioria das pessoas, são poucas as diferenças entre trabalho e emprego. Este resultado indica a predominância prática do fator econômico ao se analisar o trabalho e as percepções pessoais relacionadas a ele, na atualidade. Como será discutido na próxima seção, um dos sentidos do trabalho mais presentes nas pesquisas sobre esta temática consiste na visão do trabalho como algo que supre necessidades básicas e proporciona segurança e independência.

Ao retornar às atividades, as preocupações e expectativas negativas dos pesquisados mostraram-se vinculadas à reação dos colegas de trabalho, a não adaptação às atividades (antigas ou novas) ou à diminuição da produtividade. Neste último caso, conforme exigência pessoal dos entrevistados e, provavelmente, devido à socialização anterior no trabalho, que impõe a questão da produtividade como central no processo de reconhecimento e valorização profissional na sociedade capitalista. No entanto, todos os entrevistados relataram que o retorno foi melhor do que o esperado, como pode ser percebido pelas falas de Antônio, Geraldo, Henrique e Dirce:

Pensava que ia ter dificuldade, mas não tive, não. Achei que não ia conseguir mais produzir como eu produzia, produzo até mais. (Antônio)

A minha expectativa é que eu não ia dar conta, exatamente por causa das minhas dificuldades, limitações, né, eu achei que eu não ia dar conta, né, assim, o ponto que eu cheguei, né, o tanto que eu estou dando conta, apesar das dores

que eu sinto, de caminhar, aquela coisa toda [...]. Então, a minha perspectiva era essa, se não desse conta, eu ia sair, não desse conta de andar, de trabalhar, né, aquela coisa ali que eu tinha ficado um ano à toa, parado, deitado, deitado, né? Mas, graças a Deus, eu tô me sentindo muito bem [...]. (Geraldo)

[...] a reação do pessoal, como que eles agiriam comigo, se iriam agir do mesmo jeito, se não iriam, se iriam ficar com dó, com pena de mim, eu imaginei várias coisas [...]. A gente não sabe muito a reação das pessoas, como elas vão reagir, se vão te apoiar, se vão falar assim: 'ah, ele é desse jeito, eu não vou nem dar isso pra ele tentar fazer, não, ah, deixa ele de lado, vamos dar pra outra pessoa'. De verdade, nossa, me apoiaram muito, me apoiaram muito, me deram muita força e, tipo assim, o máximo que eles poderiam me ajudar, eles me ajudaram, me ajudaram, foi muito melhor do que eu esperava. (Henrique)

Foi difícil, foi. Ficava pensando como que eu ia enfrentar uma sala de aula sentada. Eu era o capeta, subia dois, três degraus de uma vez. Eu não andava, eu corria. E aí foi muito bom porque a convivência com os alunos [...]. Mas, a partir do dia que eu tive a primeira aula, o primeiro contato, aí, isso acabou [receio do retorno ao trabalho], eu falei 'eu vou' e vim, com tudo. (Dirce)

O convívio social, como relatado por Dirce, tende a ser considerado um dos pontos positivos do retorno ao trabalho, pois, como assinala estudo de Ferreira e Oliver (2010), a desvinculação do mundo do trabalho e as dificuldades de circulação social das pessoas com deficiência física adquirida geram prejuízos significativos nas relações de convivência, uma vez que impede as trocas sociais decorrentes, muitas vezes, do simples fato de ir de casa para o trabalho. Além disso, o estudo empírico das autoras observou que o afastamento do trabalho reforçou sentimentos de frustração, solidão e isolamento nas pessoas com deficiência. No caso de Cláudio, por exemplo, a retomada da história profissional também representou a reafirmação da própria capacidade, a possibilidade de levar a vida da mesma forma que pessoas sem deficiência, em seus aspectos bons e ruins, além de permitir maior autonomia e independência, não apenas financeira, mas também perante as diversas circunstâncias sociais:

O convívio com outras pessoas, que, se eu fosse, igual eu te falei, se eu fosse não aceitar minha situação, hoje em dia eu não estava me relacionando com ninguém, eu estava, né, apesar que eu tenho essa facilidade, mesmo antes do acidente, já com essa... mas o trabalho me rendeu uma série de coisas que no final vai virar, não só a parte financeira que pra mim, não é, no momento hoje, não é tudo, entendeu? Essa coisa mesmo de você estar interagindo com outras pessoas, estar sentindo que você pode ser útil, entendeu? Essa sensação de realização também, é isso, não é só, e mostrar também capacidade, que é muito importante, isso, a gente tem que mostrar que tem capacidade de fazer alguma coisa que, pra muitas pessoas, 'ah, coitado, não enxerga', 'ah, tá, ah é um coitadinho', parece que você tem sempre que ficar numa redoma de vidro e todo mundo passar ali e ficar ali te olhando, igual, sei lá, mas essa parte de ter que sair de casa [para trabalhar], ter que, entendeu, às vezes, passa raiva, uma vida normal, entendeu? (Cláudio)

Assunção e Sette (2010), quando narram os processos subjetivos do primeiro autor ao adquirir deficiência visual em virtude de uma lesão por arma de fogo num assalto,

descrevem pontos em comum aos narrados pelo entrevistado Cláudio. Entre estes, ressaltam-se as incertezas e os sintomas depressivos após a aquisição da deficiência, mas também a recuperação gradual do sentimento de confiança nas próprias capacidades e o papel do trabalho como um dos caminhos para a realização pessoal. Assunção e Sette (2010) expõem que o retorno ao trabalho se tornou uma experiência gratificante, apesar do receio, do desânimo e da insegurança iniciais diante das dificuldades em lidar com as limitações agora propiciadas pelo ambiente, da necessidade de pedir ajuda aos outros nas pequenas rotinas do dia a dia e do medo da reação das pessoas, entre outros aspectos. Embora tenha sido, a princípio, fonte de ansiedade, o retorno ao trabalho se tornou recompensador e trouxe a sensação de que a vida continuava. Destaca-se também o amadurecimento pessoal e a construção de um novo projeto de vida, ambos decorrentes da experiência adversa da aquisição da deficiência (Assunção & Sette, 2010).

Ainda sobre o retorno ao trabalho, alguns participantes relataram que traziam expectativas boas na época, como Bernardo que era garçom quando se acidentou, mas ao retomar as atividades de trabalho após a amputação da perna, tornou-se taxista: *eu comecei a dirigir, já era habilitado e vi que dava pra dirigir legal e eu dei sorte consegui a licença, o alvará*. Nas palavras de Bernardo, sobre o que esperava ao voltar a trabalhar:

Sinceramente, eu esperava coisas boas, mas não esperava que fossem tão boas. Eu acho que eu tirei de letra, eu entrei aqui no táxi, o que eu tenho de elogio, de freguês, eu tenho um diploma de honra da minha profissão em casa, foi muito bom, fantástico. [...] Hoje, talvez, eu consiga me aposentar por invalidez, mas eu não quero. Acho que no táxi é melhor do que me aposentar, depois se eu me aposentar por invalidez, eu não vou poder trabalhar, entendeu? (Bernardo)

Pelas falas dos entrevistados, observou-se que o exercício da atividade profissional, não passou por grandes reestruturações subjetivas, mantendo os mesmos sentidos para a maioria dos pesquisados, os quais serão detalhados na próxima seção. Os dados que contrastam com este resultado geral e que devem ser destacados são os de pessoas cuja deficiência gerou um impacto maior na vida cotidiana, como são os casos de Cláudio, que ficou cego, e de Dirce, que ficou paraplégica. Nestas situações, percebeu-se que o trabalho ganhou maior relevância e novos sentidos, sendo que a relação com o trabalho se alterou em função da aquisição da deficiência:

Trabalho, hoje, antes, trabalho, pra mim, seria uma forma de ganhar dinheiro, antes, né? Antes do acidente, antes, hoje em dia, não. Hoje, na situação que eu me encontro, agora, além de ser realização pessoal, é uma forma de melhorar minha autoestima, entendeu? [...] mas, o trabalho me rendeu uma série de coisas que no final vai virar, não só a parte financeira que pra mim, não é, no momento hoje, não é tudo, entendeu? Essa coisa mesmo de você estar interagindo com outras pessoas, estar sentindo que você pode ser útil, entendeu?

Essa sensação de realização também, é isso, não é só, e mostrar também capacidade que é muito importante isso, [...]. É lógico que antes eu, igual eu tinha te falado antes, antes pensava trabalho seria, você tem a sua força de trabalho, lógico, né, você trabalha e quer ganhar, quer receber, quer ganhar mais e quer não sei o quê, hoje, é lógico, tô trabalhando não é de graça, mas hoje tem uma série de coisas que vieram agregadas. Essa experiência de vida que eu tenho, que eu tive, que eu tenho, é que o crescimento de pensar, a forma de pensar em trabalho, entendeu? [...] agora existe, essa, essa coisa, espécie de realização, de conquista, antes eu simplesmente trabalhava, hoje além de trabalho, é uma conquista, entendeu? (Cláudio)

Primeira coisa, pode ser em qualquer situação, mas se tiver o mínimo de condição, trabalhe. Tem que trabalhar, não pode ficar dentro de casa. Eu acho que hoje é melhor [trabalho depois da deficiência]. Acho que hoje é melhor, embora tivesse muito mais agilidade antes, mas você consegue isso de outra forma e tal, compensa. Eu acho que é melhor. (Dirce)

Além disso, como exposto por Geraldo, o trabalho pode se caracterizar como uma forma de superação de traumas e de reinserção na sociedade, possibilitando a continuidade da vida:

[...] diferente, trabalhar pra mim, hoje, eu fiquei entre duas situações... eu fiquei numa situação que, pra mim, é mais importante trabalhar hoje pra mim esquecer do acontecido e tentar me recuperar mais do que, mais do que eu tô passando, mas a outra situação é a minha, é a minha, como que fala, a minha dificuldade, entendeu? (Geraldo)

De uma forma geral, constata-se que apesar dos receios e da resistência inicial em voltar ao trabalho, as experiências de retorno (para o mesmo emprego ou para outros) possibilitaram uma ressignificação da questão da deficiência – do receio de ser visto como um “coitado” para alguém reconhecido como capaz e produtivo – amenizando as dificuldades da vivência da deficiência e de se ver como alguém desacreditado, conforme identificado por Goffman (1982). Um exemplo emblemático é o da professora Dirce, cuja recepção dos alunos lhe deu as “garantias” de que efetivamente tinha voltado ao trabalho.

Após esta discussão sobre alguns aspectos gerais relacionados ao retorno ao trabalho, parte-se, então, para a apresentação e o debate em torno dos sentidos atribuídos ao trabalho pelas pessoas com deficiência adquirida. Destaca-se que as perspectivas aqui transcritas refletem a subjetividade, formas de perceber a realidade e modos de se relacionar que são característicos dos pesquisados, antes mesmo de eles adquirirem a deficiência. É a interação entre estes aspectos individuais e a aquisição da deficiência que produz estes efeitos, que são únicos, mas possuem pontos comuns, inclusive com a população que tem traços semelhantes aos dos participantes desta pesquisa. O objetivo dos recortes feitos nesta análise é de mapear as aproximações e distanciamentos entre as falas dos entrevistados, de modo a contribuir para um conhecimento mais rico sobre esta

temática e apresentar o pano de fundo dos sentidos atribuídos ao trabalho, foco da próxima seção. Assim, os sentidos que se fizeram mais presentes nas falas dos pesquisados serão, então, detalhados, analisados e exemplificados, apoiando-se nos resultados apresentados até o presente momento.

5.4. Sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida

Percebe-se, pela fala dos 13 entrevistados, que o trabalho é de grande importância no projeto de vida da grande maioria destes, sendo que para nenhum dos participantes o trabalho possui um sentido único. Pela análise de conteúdo realizada, identificou-se que muitos dos sentidos atribuídos ao trabalho, pelas pessoas com deficiência adquirida, são coincidentes, se inter-relacionam por diversas vezes e podem ser agrupados em seis categorias. Estas perspectivas retratam os temas mais comuns nas falas dos participantes do estudo que, em ordem decrescente de repetições entre os entrevistados, são: (1) distração, ocupação e realização de atividades, (2) independência e sobrevivência, (3) prazer e satisfação, (4) preenchimento da vida, (5) utilidade e (6) valorização pessoal. Ressalta-se que, visando a contribuir para uma maior unidade teórica em torno desta temática, a nomenclatura das categorias procurou seguir, na medida do possível, algumas expressões já existentes em estudos de Morin ou de outros autores que também se basearam na autora, tais como os termos presentes em Morin (2001), Morin et al. (2007) e Oliveira, Piccinini, Fontoura e Schweig (2004). Buscou-se ainda, traçar algumas comparações entre os resultados aqui descritos e os encontrados em estudos já realizados, de modo a assinalar convergências e divergências sobre o tema, mesmo que, em algumas análises, o público pesquisado seja distinto, o que foi sempre assinalado, quando necessário. Além disso, a descrição das categorias, feita a seguir, é acompanhada pelos relatos mais representativos das pessoas entrevistadas nesta pesquisa e que possibilitaram a emergência desta classificação.

5.4.1. Distração, ocupação e realização de atividades

Embora não seja uma unanimidade entre todos os entrevistados, a primeira categoria *distração, ocupação e realização de atividades* está presente na grande maioria das falas e é o tema mais recorrente. Nesta perspectiva, o sentido do trabalho é visto como aquilo que livra a pessoa da ociosidade (neste caso, tida com algo negativo), evitando que ela fique parada, além de ocupar a mente, preencher o tempo e organizar o ritmo das demais atividades cotidianas. Para alguns dos participantes da pesquisa, o trabalho, por si

só, pode motivar e estabelecer objetivos para a vida, sendo este um sentido comum, independentemente do tipo de deficiência ou do trabalho executado. Esta categoria pode ser ilustrada pelas falas citadas abaixo:

Trabalho ocupa a mente, eu acho que preenche tudo, tudo que é vazio na gente, é preenchido pelo trabalho. (Bernardo)

[...] sem trabalho você fica ocioso, e ocioso a cabeça fica ruim, então, eu acho que o trabalho pra qualquer pessoa é a motivação, é a razão. (Eduardo)

Ah, é bom porque eu não fico parada, quando a gente fica parada, fica pensando muita m..., né? (Irene)

Como é que você fica sem trabalhar, sem nada, ficar andando aí pra rua, pra baixo e pra cima, isso aí não é pra mim, entendeu? (Antônio)

[...] esse negócio de ficar só em casa, assim, fazer nada, assim, ficar ocioso demais, é muito ruim, né, muito, [...] fiquei um tempo muito assim, fazendo nada, é muito ruim. [...] pensar que um dia eu tava, eu tava dentro de casa sem motivação nenhuma, sem, sem, sem... vamos dizer assim, até um pouco sem sentido, porque eu acordava, era comer, dormir, acordar, assim, resumindo a vida em grosso, a grosso modo, era deitar, dormir, acordar, comer e mais nada e agora entrou uma série de atividades que me motivam. (Cláudio)

De sair de casa, não ficar na rotina, na mesmice das coisas, de chegar cansada e dormir, porque senão não dorme, né, isso é que motiva, é o que motiva, pra não ficar dentro de casa, porque senão você não faz nada, o dia passa e você não fez nada. Você sai pra trabalhar, você faz tanta coisa, você fala: 'nossa que delícia, hoje o meu serviço rendeu', como é bom isso... (Dirce)

Porque eu desde pequenininho eu trabalhei, eu desde pequenininho desde os... eu sempre, quando eu tinha, o quê, estudava, uns 10, 12 anos, eu já gostava, vendia picolé, [...] não gostava de ficar à toa, nunca gostei de ficar parado, não, sabe, sempre gostei de tá movimentando [...]. (Luís)

Categoria semelhante foi definida por Morin (2001) em pesquisa com administradores e estudantes de graduação em Administração, em que o sentido do trabalho consistia em realizar uma atividade que organizava o tempo e cujas ocupações protegiam contra o vazio e a ansiedade da morte. Ressalta-se que, no estudo da autora, a ocupação pelo trabalho partia da noção de emprego, uma vez que este sentido estava vinculado a uma atividade estruturada em rotinas e programada em dias e horários, a qual tornava legítimos os períodos de férias e descanso, sendo que um dos fatores que provocava a ausência de sentido era ser pago para não fazer nada (Morin, 2001). Estas características específicas não apareceram nas falas das pessoas aqui entrevistadas e, na presente pesquisa, portanto, este sentido do trabalho não apareceu diretamente associado à ideia da rotina estruturada de um emprego, mas a atividades gerais que ocupam o tempo.

5.4.2. Independência e sobrevivência

Esta categoria, *independência e sobrevivência*, também surge, na maioria dos relatos, como um dos principais sentidos atribuídos ao trabalho, além de ser considerada a

principal motivação para se trabalhar. Assim, incluem-se falas relacionadas à contrapartida financeira e ao trabalho como forma de garantir o sustento da família e atingir objetivos, aspectos bastante ressaltados por muitos participantes. Neste contexto, destacam-se as falas de alguns participantes, como Irene, para quem o trabalho também representa autonomia e liberdade pessoal: *Independência, né, nossa, ser independente, não ficar dependendo de ninguém, porque eu nunca dependi, assim, praticamente, de ninguém, né, depois que eu cresci, não dependi de ninguém...* Outros exemplos podem ser extraídos dos relatos de Bernardo, Eduardo e Geraldo, em que se pode observar a remuneração pelo trabalho associada tanto a um critério objetivo – a noção de emprego – quanto a fatores subjetivos, como satisfação e autoestima:

Quando você precisar de alguma coisa e não ter o dinheiro, é triste, a família, às vezes, tá precisando de alguma coisa e não ter o dinheiro é lamentável, né? É um dos pontos principais. [...] Eu preciso trabalhar, é um compromisso, a gente tem que ter responsabilidade com a vida, eu compro carro financiado, eu tenho contas, eu tenho que ser independente, eu não posso, se eu precisar de alguma coisa, eu não vou pedir, eu vou trabalhar, eu vou atrás. É o motivo, é a razão, né, e dou muito graças a Deus, de conseguir ter onde trabalhar, sempre, tudo que eu tenho na minha vida é trabalho. (Bernardo)

Eu procuro uma estabilidade financeira, procuro uma renda, claro, não adianta eu puxar o aspecto só emocional, mentira, eu tenho as minhas obrigações, quero, tenho os objetivos, eu continuo sonhando, eu quero ainda sonhar, eu quero ainda alcançar meus objetivos, eu tenho sonhos, o trabalho faz com que isso aconteça e tem o lado pessoal, o trabalho me coloca ainda útil, me coloca ainda no mercado [...]. Levanto de manhã com a maior satisfação de ir pro trabalho, eu chego à noite satisfeito do que fiz, então, enquanto eu, o trabalho pra mim é isso, me dá segurança financeira que é preciso, dentro da limitação e é motivação que é o que mais me empurra pra frente, motivação pessoal. (Eduardo)

Ah, o trabalho pra fazer sentido pra pessoa, a pessoa tem que ser respeitada, em todos os sentidos, respeitado, valorizado em dinheiro, porque sem dinheiro ninguém é nada, se eu ganho um salário mínimo, eu me sinto meio pra baixo, se eu ganho dois salários mínimos, eu me sinto de maneira diferente, mais, com mais importância, mais facilidade pra resolver as coisas, com um poder aquisitivo melhor um pouquinho, então, quanto mais dinheiro a gente ganha, mais se sente bem no serviço [...]. (Geraldo)

O retorno material é um dos sentidos mais frequentemente atribuídos ao trabalho em praticamente todos os estudos a respeito (como pode ser visto em Morin, 2001; Oliveira, 2004; Morin et al. 2007; Ribeiro, 2007; Coutinho et al., 2008; Magro & Coutinho, 2008; Ribeiro, 2011; Cugnier, 2012; Lima et al., 2013; Bitecourt et al., 2014), ao garantir a sobrevivência e o provimento das necessidades básicas, conferindo segurança, independência e autonomia. Considerando que os sentidos do trabalho são investigados em sociedades capitalistas na maioria das pesquisas a que se tem acesso, o caráter de subsistência atribuído, tal como assinalado por Magro e Coutinho (2008), pode ser tido

como uma influência do sistema econômico que transformou o trabalho de uma finalidade em si mesma para uma forma de manutenção da vida. Desta forma, o predomínio de características de racionalidade do tipo instrumental, na determinação de sentidos, chega ser esperado, tendo em vista que o cálculo utilitário das consequências e a relação entre meios e fins são altamente valorizados (Andrade et al., 2012). Entende-se, portanto, que o trabalho é, em grande parte, visto como possibilidade de inserção no circuito de produção-consumo e, pela perspectiva do reconhecimento material e financeiro, consiste num dos reflexos do modo de produção capitalista na subjetividade das pessoas. A racionalidade do tipo substantiva – que caracteriza sentidos de satisfação pessoal e utilidade social – também se faz presente na sociedade atual e está imbricada à racionalidade instrumental (Andrade et al., 2012), como será explicitado em outras categorias identificadas neste estudo. Embora os sentidos do trabalho, na presente pesquisa, não estejam restritos ao meio de obtenção de ganhos financeiros, é importante destacar que, conforme Andrade et al. (2012), se o sentido do trabalho estiver restrito à perspectiva econômica, são criadas ou reforçadas relações contratuais que dão mais importância à remuneração do que ao espírito de serviço e de comunidade, limitando a intencionalidade e a capacidade de transformação que fazem do trabalho humano algo completamente singular. Considera-se, assim, que as práticas concretas e culturalmente estabelecidas contribuem para a produção dos sentidos que, por sua vez, agem para a manutenção destas mesmas práticas.

Em pesquisa com nove pessoas com deficiência física que recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC), Paiva Silva (2011) identificou que a maior parte delas vinculou os sentidos do trabalho a sustento, dignidade, pertencimento social e realização pessoal, mas também a sofrimento, quando o trabalho é realizado sob condições precárias. Tendo em vista que a oferta de trabalhos simplificados e de baixa remuneração são uma realidade comum para as PcD's de classes econômicas inferiores, o BPC permite independência e segurança financeira, sendo que a possibilidade de abandono do recebimento do benefício surge apenas nos casos em que o trabalho formal é uma possibilidade de renda maior e de melhora da qualidade de vida (Paiva Silva, 2011). Considerando que o recebimento do benefício evita que as pessoas com deficiência se submetam a trabalhos precários, os quais elas realizariam apenas por necessidade econômica e não pela atividade em si, o BPC possibilita, conforme Paiva Silva (2011), que as PcD's exerçam, mesmo que na informalidade, tarefas ou trabalhos com sentido, no tempo livre que seria ocupado pelas atividades precárias formais. Para as PcD's

investigadas, são estas oportunidades de trabalho informais, ainda que sem remuneração, que possibilitam realização pessoal e reconhecimento social, que, geralmente, são creditados, ao trabalho formal (Paiva Silva, 2011). De maneira similar, na presente pesquisa, Luís, que recebe aposentadoria por invalidez, fala do quanto o trabalho, antes da aquisição da deficiência, estava relacionado à necessidade de obtenção de recursos financeiros e, atualmente, não tem mais este caráter compulsório, estando vinculado a outros motivos para realização:

[...] hoje eu tô aposentado, então, você já tem, mais ou menos, uma segurança, antes, você tinha que trabalhar pra ganhar o dinheiro mesmo pra sustentar, né, então, por isso que, para mim, hoje é mais diferente, hoje eu trabalho mais assim em casa, se eu não tivesse aposentado, não adiantava ficar ajudando ela [esposa] e não ter dinheiro pra comer, então, eu penso assim que hoje eu trabalho se eu quiser, né, dizemos assim, não uma obrigação, antes eu tinha mais uma obrigação porque eu dependia de mim [...]

Num outro aspecto e visando a ampliar a discussão do trabalho como independência e sobrevivência, destaca-se, ainda, a fala de Irene, para quem este sentido predomina como uma forma de proporcionar melhor padrão de vida para o filho:

[...] tenho que trabalhar, eu preciso trabalhar, então, não posso parar, fazer o quê? [...] ah, é difícil, eu ganho o quê? Eu pagava por dois salários e meio [antes de adquirir a deficiência], eu ganho um salário mínimo [da aposentadoria por invalidez], aí não tem como eu... cuidar eu e meu filho com um salário mínimo, ele já acostumou, a gente já acostumou, né, sempre teve bar, essas coisas assim, mais fácil. Eu queria parar, juro, que é muito estressante, só que, no momento, eu não tenho condições. Eu ia ter tempo pro meu filho, hoje não tenho tempo pra ele, fica o dia inteiro na escola, na escolinha, na creche, né, queria ter tempo pra ele [...]. A única coisa que eu espero é criar meu filho, que ele estude bem, muito, seja alguém na vida, a única coisa que eu espero é isso.

Irene diz que, se pudesse, não trabalharia para poder se dedicar mais à criação do único filho, que tem quatro anos de idade (quando ele nasceu, Irene já tinha adquirido a deficiência física). Este relato demonstra que a vinculação de uma pessoa ao seu trabalho nem sempre se dá em função de uma necessidade psicológica de ocupar o tempo livre, por exemplo, mas pode ocorrer devido a pressões sociais ou a um imperativo econômico que se impõe. Ainda que os estudos empíricos sobre os sentidos do trabalho identifiquem a preponderância de percepções positivas acerca do trabalho (Silva & Tolfo, 2012), esta perspectiva não é unânime e a pesquisada pontua aspectos negativos do trabalho (estresse, como citado). Durante a entrevista, Irene até pondera entre a necessidade de obter uma renda maior e o desejo de estar mais presente na vida do filho, mas considera que, na condição atual em que vive, os ganhos advindos do trabalho ainda são maiores que os danos. Além disso, sua fala sinaliza para os outros espaços sociais e circunstâncias capazes

de proporcionar realização pessoal e sentido à vida, como a maternidade, neste caso. Como uma das várias dimensões da vida, percebe-se que o trabalho, portanto, não pode ser considerado o lugar de excelência ou a atividade privilegiada para a realização pessoal de todas as pessoas. Atrelados à subjetividade e à percepção individual, os sentidos atribuídos podem corresponder tanto à perspectiva de que o trabalho é um entre vários outros pontos de manutenção da vida quanto a que o considera um dos pilares principais de sustentação da subjetividade, como será discutido com a apresentação da próxima categoria.

5.4.3. Prazer e satisfação

O sentido como *prazer e satisfação* refere-se a vivências de contentamento provocadas pelas atividades de trabalho, além de pontos de vista que destacam o gosto pela atividade realizada ou que consideram o trabalho como missão ou vocação. Este aspecto pode ser demonstrado pelos relatos de Eduardo e Dirce sobre o trabalho:

[...] tem que dar prazer, você tem que gostar do que faz, se você não gostar do que você faz, você pode ganhar um rio de dinheiro que não vai te completar, trabalho tem que ser complemento, família, trabalho, lazer, são partes que fazem parte do ser humano, então, se você faz uma coisa que você não gosta, você pode até ganhar muito financeiramente, que não é tudo no trabalho, você tem que gostar do que faz, você tem que estar ambientado, você tem que estar focado, e fazer com paixão, caso contrário não faça, não, senão, não dá certo. (Eduardo)

[...] primeira regra, tem que fazer o que gosta, então, essa é a motivação. Eu acho que deve ser muito ruim, quem não gosta de um serviço ficar naquele lugar trabalhando [...]. Eu amo o que eu faço, então essa é a condição básica, [...] porque não é profissão, eu não enxergo como profissão, é missão. Então, tem que amar aquilo que faz, tem que gostar do que faz. Então, essa que é a minha primeira regra: se eu não gostar, eu não faço, se eu não gostar, acho que não vai ver, não. Eu te digo, eu não saberia fazer outra coisa. (Dirce)

Esta perspectiva sobre o trabalho é mais comum em pesquisas sobre o tema, como pode ser observado em Morin (2001), Oliveira et al. (2004), Morin et al. (2007), Ribeiro (2007), Theodoro (2007), Viana e Machado (2011) e Cugnier (2012). Este sentido destaca o trabalho como espaço de identificação e de realização pessoal, indo além das definições de emprego e destacando o valor positivo do trabalho, por si só. De acordo com Morin (2001), um trabalho com sentido corresponde à subjetividade, aos interesses e aos valores da pessoa, sendo intrinsecamente satisfatório. Por outro lado, segundo Morin et al. (2007), um trabalho que é enfadonho e tedioso não tem sentido.

5.4.4. Preenchimento da vida

O sentido do trabalho como *preenchimento da vida* também é muito presente nos depoimentos das pessoas com deficiência adquirida pesquisadas, sendo esta uma categoria

diretamente relacionada à centralidade do trabalho, dando mostras de que mesmo num sistema capitalista controverso e mutante, o trabalho, para muitos, ainda pode dar sentido à vida, como um todo. Nesta pesquisa, Eduardo afirma que: *Trabalho é vida, dignidade, trabalho é a motivação que você tem de se superar, na minha opinião, entendeu?*, e Bernardo pontua:... *acho que a pessoa que não trabalha, que não gosta de trabalhar, eu acho que não tem como ela ser feliz...* Para Geraldo:

Trabalho é tudo, é tudo, tudo, tudo, parte que quando a gente, a gente, a gente não tem condição de trabalhar, [...], se eu não tivesse condição de fazer nada, ficar dentro de casa, ali só de barriga pra cima, conversando na rua, jogando um baralho, uma coisa assim, eu acho que eu não ia me sentir muito bem, não, eu acho que eu ia, eu acho que eu não ia ter muitos anos de vida, não, sabe?

Em estudo sobre os sentidos do trabalho para pessoas com deficiências física, auditiva, visual e intelectual, Lima et al. (2013) também identificaram a presença da centralidade do trabalho, sendo o trabalho visto como o eixo principal da vida das PcD's pesquisadas. Segundo as autoras, a centralidade foi evidenciada, principalmente, pelo caráter instrumental do trabalho, ou seja, sua função de manutenção e reprodução da vida. Apesar de terem públicos diferentes do pesquisado neste estudo, Diogo (2007), Ribeiro (2007) Cugnier (2012), Bitencourt et al. (2011) e Bitencourt et al. (2014) também identificaram aspectos de centralidade do trabalho, em que este foi caracterizado como um componente importante na vida dos respectivos pesquisados. Sabe-se que os sentidos atribuídos ao trabalho são produzidos individualmente no contexto vivenciado por cada pessoa, então, compreende-se que, inevitavelmente, eles serão mediados pela lógica de produção do mercado. Assim, tais falas estão permeadas por maneiras de pensar que foram, ao longo do tempo, encravadas culturalmente.

Os pesquisados que adquiriram a deficiência devido a acidentes de trabalho não conferiram sentidos substancialmente diferentes dos atribuídos por pessoas que adquiriram a deficiência por outras causas e, de modo geral, as percepções sobre o trabalho se mostraram bastante semelhantes. Cabe destacar, no entanto, uma única diferença considerável quanto ao sentido como preenchimento da vida, pois este sentido marcou a fala de metade das pessoas que adquiriram deficiência por motivos não relacionados ao trabalho, enquanto somente uma pessoa que adquiriu deficiência por acidente laboral mencionou tal aspecto. Acredita-se que esta observação constitui-se numa das contribuições mais relevantes do presente estudo, uma vez que não foi encontrada, na literatura acadêmica, nenhuma pesquisa a respeito da centralidade do trabalho para pessoas que adquiriram deficiência devido a acidentes de trabalho.

Apesar de não ser possível afirmar que o trabalho era central na vida das pessoas que adquiriram deficiência por causa de acidentes de trabalho antes de elas sofrerem o acidente, considera-se que, de qualquer forma, a ausência do sentido de preenchimento da vida sinaliza que o lugar ocupado pelo trabalho na vida destas pessoas é diferenciado. Observou-se que o trabalho não deixou de ser importante para a pessoa que sofreu um acidente laboral, mas não apresentou aspectos de centralidade, como para outros pesquisados, possivelmente, pelos danos decorrentes do trabalho. Além disso, a ausência deste sentido específico reforça os demais sentidos associados ao trabalho e aponta para a valorização de outros aspectos da vida, mediante as consequências do acidente e a proximidade da morte, em alguns casos. É importante destacar que, mesmo para os pesquisados que adquiriram deficiência por causa do acidente de trabalho, não foram atribuídos sentidos negativos e todos buscaram a reinserção profissional seja por motivos financeiros ou visando a dar continuidade às atividades cotidianas. Esse posicionamento sugere que apesar da centralidade do trabalho ser um elemento ainda bastante sujeito a debate na sociedade atual, pode apresentar diferenças bastante acentuadas, de acordo com as características da população pesquisada, o que demanda futuras investigações.

5.4.5. Utilidade

O sentido de *utilidade* também demarca o espaço ocupado pelo trabalho na vida das pessoas com deficiência adquirida e é um aspecto muito recorrente, englobando pontos como “geração de resultados” e “ajuda aos outros”, como pode ser ilustrado pelas seguintes falas de Dirce e Luís:

Mas, assim, não ficar dentro de casa, administrando, 'nó, mas isso é coisa tão pequena, se tirou poeira ou não tirou poeira', tô nem aí, eu quero é fazer uma coisa que eu vejo resultado, se eu puder contribuir, ajudar o outro. Por isso que eu ainda quero ficar, porque eu acho, assim, enquanto eu tiver podendo contribuir, ajudar meus alunos, né, orientar, fazer qualquer coisa, eu tô sendo útil, então, pra mim, é muito importante isso. (Dirce)

[...] mas pra você ter uma... tá fazendo alguma coisa também, utilidade, não é só o dinheiro também não, é bom também, eu acho que você estaria fazendo uma... tipo assim, estaria fazendo alguma coisa útil, seria útil também, dizemos assim, até pra sociedade, mais útil pra sociedade, entendeu? (Luís)

Ser útil é considerado um dos sentidos pertencentes à dimensão social do trabalho, conforme Morin et al. (2007) e Oliveira (2004), representando uma contribuição da pessoa para a sociedade. Em pesquisa com dentistas filiados a uma cooperativa, o autor observou que um trabalho que não gera benefícios para alguém não tem sentido para quem o realiza.

O sentido de utilidade atribuído ao trabalho também foi identificado nos estudos de Ribeiro (2007) e Bitencourt et al. (2011).

Destaca-se que o sentido de utilidade se fez muito mais presente na fala das pessoas que possuíam ensino superior completo do que nos relatos das pessoas com ensino fundamental e médio, para os quais predominou o sentido de distração, ocupação e realização de tarefas. Considera-se que profissionais de nível superior tendem a realizar trabalhos mais valorizados socialmente, menos repetitivos, com maior variedade de tarefas e nível mais elevado de abstração, características que podem contribuir para proporcionar maior sentido de utilidade a estas pessoas. Bitencourt et al. (2014) consideram que um grau de escolaridade maior e uma situação econômica mais favorável podem influenciar a visão de mundo e do trabalho, porém não foram localizados estudos aprofundados a este respeito, o que abre margem para futuras pesquisas que enfoquem a relação entre sentidos de trabalhos e níveis de escolaridade.

5.4.6. Valorização pessoal

Esta categoria reflete o sentido do trabalho como algo que eleva a autoestima e o apreço por si mesmo. Como destaca Morin (2004), um trabalho com sentido fortalece a imagem pessoal, aumenta o amor-próprio e desenvolve um senso de valor e dignidade.

Eu acho que o maior aspecto positivo é dignidade, é autoconfiança, respeito próprio, qualquer pessoa que trabalhe em qualquer tipo de setor, em qualquer setor, trabalho que vai fazer, ele tem, e se gosta, isso é primordial, ele se sente realizado, ele se sente digno, dignidade. Dignidade de ter casa, de ter as suas responsabilidades, de cumprir com os seus compromissos, ah, hoje, eu acho que o trabalho é muito vinculado com o quê, com o autorrespeito, a pessoa que trabalha ela é digna, ela se respeita, e ela se respeitando, as outras pessoas também vem a respeitá-la. Eu vejo o vínculo de trabalho dessa forma, não tanto financeiro, porque tem pessoas que ganham pouco e são muito felizes, tem pessoas que ganham muito e são muito infelizes, mas quando a pessoa vincula o trabalho com o gostar, ela tem esse, o autorrespeito muito grande, muito forte. (Eduardo)

[...] aí quando você consertava as coisas, o negócio tava correto, pra mim eu achava muito bom, tipo assim, porque muito importante, porque tipo assim, a gente se sentia importante, porque tinha uma responsabilidade muito grande e você ia lá, dava conta e resolvia, então você se sente mais, como diz assim, dono da situação, você sente assim, que você vai lá e consegue fazer as coisas, eu achava muito importante, era bom. (Luís)

Estudo semelhante a este, realizado por Nohara et al. (2008), com 12 pessoas com deficiência, observou que as representações sociais sobre os sentidos do trabalho apareceram, primeiramente, relacionadas à dignidade e, em seguida, à autonomia, sustento, sentimentos de valorização, cidadania e bem-estar. De acordo com os autores, este último

aspecto está associado ao reconhecimento social da conquista do emprego, ao contribuir para a redução do estigma social. Aspecto similar foi identificado por Magro e Coutinho (2008), em que a dignidade, o respeito e o reconhecimento social de trabalhadores de empreendimentos solidários foram os principais sentidos atribuídos ao trabalho, pois contrastavam com o sofrimento vivido na experiência de exclusão do mercado de trabalho, traço comum às experiências de muitas pessoas com deficiência, de modo geral.

Destaca-se que o sentido do trabalho como valorização pessoal também apresentou uma relevância maior para os homens em comparação às mulheres. Supõe-se que tal fato ocorra em função da divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais que ainda consideram que trabalhar é uma atribuição fundamental dos homens, enquanto para as mulheres são mais bem aceitas outras possibilidades, inclusive o não trabalho. Segundo Marcondes, Rotenberg, Portela e Moreno (2003), as obrigações ditas masculinas perante a família podem gerar angústia e sofrimento, no caso de perda do emprego ou de provimento insatisfatório das necessidades familiares, o que pode acarretar, para o homem, a perda do seu “ingresso” na esfera domiciliar. A fala de Geraldo ilustra parte deste aspecto do trabalho:

É uma importância muito grande, por exemplo, na sua moral, por exemplo, diante de meus filhos, por exemplo, eles me veem como um trabalhador, uma pessoa grande, uma pessoa honesta, uma pessoa que põe as coisas dentro de casa, uma pessoa que resolve tudo na hora que precisa, então, o trabalho me faz pensar desta forma, entendeu? [...] se eu não estiver trabalhando, acho que eu me sinto, automaticamente, eu já me sinto pra baixo, então eu não tenho coragem, acho que nem de levantar a cabeça, assim, conforme, se eu estiver trabalhando, por exemplo, cumprimentar as pessoas, tem pessoas na rua que, de repente, eu até abaixo a cabeça pra não ver que ele tá passando lá do outro lado, porque eu tô, tô caminhando ali, entendeu, tô desempregado, eu sinto, eu quando tô desempregado, eu me sinto dessa forma, entendeu? (Geraldo)

Além disso, a assimetria e a hierarquia entre os trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres, bem como a organização do mundo do trabalho que segue permeada pelas relações de gênero (Marcondes et al., 2003) auxiliam na compreensão de que este sentido pode assumir conotações diferentes, dependendo do gênero pesquisado. Pesquisa de Matsuo (1999), com amputados por causa de acidentes de trabalho, revelou que, no caso dos homens, a virilidade, a força, a produtividade e a potência eram colocadas à prova, enquanto que, para as mulheres, o maior impacto da deficiência adquirida era sobre a beleza e a vaidade feminina, o que ressalta a diferença entre gêneros, estabelecida socialmente. Obviamente, outros estudos devem ser desenvolvidos a fim de averiguar esta relação entre papéis designados socialmente e sentidos atribuídos ao trabalho.

5.5. Especificidades dos sentidos do trabalho: propostas para futuras investigações

Além das questões que foram sinalizadas ao longo desta análise de resultados – a representação/imagem da empresa para pessoas que adquiriram deficiência devido a acidente laboral, influência do nível de escolaridade sobre a atribuição do sentido de utilidade ao trabalho, questão da centralidade do trabalho para pessoas que sofreram acidentes de trabalho e influência do gênero no sentido de valorização pessoal pelo trabalho – ressaltam-se outras questões que merecem a atenção de estudos mais específicos. A primeira refere-se à perspectiva do trabalho como *promoção de disposição física e qualidade de vida* para os homens com deficiência física. Este sentido, na configuração de algo que gera bem estar e saúde, surgiu em falas, como as de Eduardo, Flávio e Geraldo:

[...] e tem o lado pessoal, o trabalho me coloca ainda útil, me coloca ainda no mercado, me coloca mais jovem, à disposição, hoje eu tenho 51, igual eu te falei, e me sinto com força pra trabalhar mais 20 anos se tiver saúde pra isso. (Eduardo)

[...] eu acho que a gente fica assim mais disposto, eu me sinto trabalhando me sinto bem disposto. [...] eu acho importante o trabalho, acho que não só financeiramente, como fisicamente, eu acho que a gente fica um pouco mais preparado [...]. (Flávio)

[...] eu me sinto bem, tem quatro semanas que eu tô aqui, tô me sentindo bem pra caramba, dormindo melhor, alimentando melhor [...], é a gente não ficar parado, porque ficar parado é ruim, até pra saúde é muito ruim, né? Então, você tem que estar sempre mexendo, enquanto você tá trabalhando, você tá vivo, se sentindo vivo mesmo, ativo, né, ativo com as coisas... (Geraldo).

Considerando o número pequeno de homens com deficiência física entrevistados neste estudo, este sentido foi frequente e relevante para pessoas com estas características, porém a baixa frequência, considerando todo o conjunto dos entrevistados, não permite que ele seja estendido para mulheres ou pessoas com outros tipos de deficiência. A percepção do trabalho como saúde e disposição física não foi identificada como resultado em estudos semelhantes a este, talvez pela ênfase que esta pesquisa dá à deficiência adquirida. Considerando-se que todos os entrevistados tiveram que se afastar do trabalho devido à aquisição da deficiência (por meses ou anos), tem-se como hipótese que a retomada das atividades profissionais possa trazer consigo a sensação de bem estar físico após o tempo no qual a pessoa permaneceu acamada e/ou impossibilitada de desempenhar suas atividades com a desenvoltura que tinha antes da aquisição da deficiência. Entretanto, este

ponto de vista deve ser mais bem investigado em futuras pesquisas que busquem conhecer pontos de vista mais específicos.

Outra questão de pesquisa levantada diz respeito à ausência, percebida neste estudo, do convívio social como sentido atribuído ao trabalho. Relacionamentos interpessoais e inserção na sociedade foram considerados pontos positivos de se trabalhar, conforme relato dos entrevistados, mas não foi identificado que o sentido do trabalho pudesse estar diretamente vinculado a estes aspectos. Estes aspectos sobressaem, comumente, em pesquisas com temáticas semelhantes a deste estudo, como é o caso das investigações de Nohara et al. (2008) e Lima *et al.* (2013), ambas feitas com pessoas com deficiência, bem como em outros estudos com populações distintas, como é o caso dos trabalhos de Morin (2001), Oliveira et al. (2004), Santos (2006), Morin et al. (2007) e Viana e Machado (2011). Em comparação às pesquisas com PcD's poder-se-ia supor que, devido ao fato de as pessoas com deficiência adquirida já se sentirem inseridas na sociedade e já terem tido outras experiências profissionais antes de possuírem a deficiência, o trabalho não se caracterizou como um espaço privilegiado de socialização e a motivação para realizá-lo não parte da possibilidade de convivência com as outras pessoas. No entanto, esta hipótese não justifica a diferença encontrada nesta pesquisa em relação aos outros estudos, deixando uma questão em aberto.

Por fim, considerando-se que esta pesquisa analisou os dados dos entrevistados de forma conjunta, a partir da experiência de aquisição de uma deficiência, e não isolou aspectos sociodemográficos como idade, classe social, gênero e raça, sugere-se que outros estudos busquem identificar as possíveis diferenças que estes aspectos citados podem gerar sobre a atribuição de sentidos ao trabalho. Entende-se que a constituição dos sentidos é complexa e sofre a influência de inúmeros fatores, por isso, propõe-se que, futuramente, a sobreposição destas características seja mais bem investigada e, desta forma, possa se ter ainda maior clareza sobre os sentidos atribuídos ao trabalho, bem como possa se chegar aos sentidos específicos que a deficiência, de fato, produz.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo principal investigar e compreender os sentidos atribuídos ao trabalho por pessoas com deficiência adquirida, a partir de um olhar qualitativo. Assim, pretendeu-se, especificamente, contribuir para a temática dos sentidos do trabalho e ampliar a perspectiva a respeito da deficiência adquirida, a qual possui aspectos particulares, em comparação à deficiência congênita ou hereditária, e que merecem análise mais aprofundada. Considerando-se que a grande maioria das pesquisas sobre deficiência focaliza pessoas com todos os tipos de deficiência de forma ampla, muitas vezes sem fazer nenhuma distinção entre estes, entende-se, que os aspectos psicossociais das pessoas com deficiência adquirida ainda são pouco estudados. A carência de pesquisas sobre estes fatores é preocupante, principalmente quando se leva em conta a frequência e o grande número de pessoas que adquire uma deficiência, cotidianamente, em todo o mundo. Além disso, a aquisição de uma deficiência, muitas vezes, ocorre em condições difíceis de lidar e exige a readaptação a muitos aspectos da vivência diária, trazendo ainda outras questões a serem investigadas.

Acredita-se que os objetivos aqui pretendidos foram atingidos, uma vez que se conseguiu identificar algumas características importantes da relação entre trabalho e deficiência, por meio da discussão e análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas, contribuindo, deste modo, para a ampliação do conhecimento acerca de questões relativas ao trabalho de PcD's. Nesta direção, ressalta-se a congruência entre o método utilizado e o problema de pesquisa colocado e embasado na revisão de literatura apresentada, o que possibilitou uma melhor compreensão do contexto que envolve o presente objeto de estudo. Observou-se que os processos subjetivos de aquisição da deficiência foram permeados tanto por sentimentos negativos, relacionados à angústia e à depressão, bem como por reações mais harmônicas e de valorização da vida, relativizando a perda do membro ou da capacidade sensorial. O retorno ao trabalho foi determinado, em grande parte das vezes e, pelo menos, inicialmente, por questões de ordem material, relacionadas à necessidade financeira e à sobrevivência, mais do que por questões de caráter subjetivo, as quais aparentaram ganhar maior relevância com o passar do tempo e o decorrer do processo de adaptação pós-deficiência. A volta às atividades de trabalho foram cercadas, na maioria dos casos, por muitas expectativas e receios associados à retomada da própria produtividade, à reação dos colegas de trabalho e a não adaptação às tarefas e rotinas,

experiências que foram, entretanto, bem vivenciadas por praticamente todos os pesquisados. Cabe ressaltar, no entanto, que como neste estudo os participantes estavam reinseridos no mercado de trabalho, existe a possibilidade de que eles tenham sido complacentes em relação ao trabalho e que, caso fossem entrevistadas pessoas que não retornaram às suas atividades profissionais, os motivos e as experiências pessoais destas talvez indicassem outras perspectivas.

A análise dos dados coletados, que resultou na identificação dos sentidos atribuídos ao trabalho por pessoas com deficiência adquirida, permitiu a criação de seis categorias: (1) distração, ocupação e realização de atividades, (2) independência e sobrevivência, (3) prazer e satisfação, (4) preenchimento da vida, (5) utilidade e (6) valorização pessoal. A questão econômica, identificada nos resultados, tende a ser um ponto comum nas pesquisas sobre os sentidos do trabalho, no entanto, os demais fatores subjetivos apresentam diversificados nuances nas investigações já realizadas sobre o tema, pontos que constituem uma especial contribuição deste estudo. Percebeu-se também que alguns dos sentidos do trabalho para adultos com deficiência adquirida reinseridos no mercado, apresentaram contornos diferenciados dos que já foram relatados em outros estudos sobre os sentidos do trabalho ou que trataram da percepção de pessoas com deficiência (sem distinção dos tipos ou causas) sobre este tema. De modo geral, observou-se que na percepção da maioria dos pesquisados neste estudo, o trabalho, após a aquisição da deficiência, continuou tendo os mesmos sentidos e relevância de antes da aquisição, à exceção dos casos em que o impacto da deficiência foi maior, ou seja, quando a lesão foi mais grave ou fez com que a pessoa encontrasse mais limitações no seu cotidiano. Como exemplos, citam-se os casos do participante que ficou cego e da pesquisada que se tornou paraplégica, para quem a importância do trabalho aumentou mediante as transformações mais drásticas nos hábitos e rotinas.

Ressalta-se, entretanto, que as pessoas e o mundo do trabalho estão em contínua mudança e que não se pretende que os presentes resultados sejam tomados como definitivos nem como característicos de todas as pessoas com deficiência adquirida. Além disso, considera-se que algumas questões levantadas precisam e devem ser discutidas à luz de mais dados e informações, a fim de que possam ser tratadas com maior profundidade. Assim, destaca-se a necessidade de que se desenvolvam pesquisas que busquem investigar melhor: a representação/imagem da empresa para pessoas que adquiriram deficiência devido a acidente laboral; a relação entre níveis de escolaridade e atribuição de sentidos ao

trabalho; o possível deslocamento da centralidade do trabalho na vida de pessoas que adquiriram uma deficiência devido a acidentes de trabalho; as características da autovalorização pelo trabalho para homens e mulheres; o sentido do trabalho como promotor de saúde para homens com deficiência física; a menor relevância do convívio social no trabalho para as pessoas com deficiência adquirida; e a sobreposição de características sociodemográficas (idade, classe social, gênero, raça) sobre a deficiência e a respectiva interferência destes aspectos na atribuição de sentidos ao trabalho. O aprofundamento nestas discussões pode possibilitar que se compreenda melhor a interação entre fatores objetivos e elementos subjetivos das pessoas com deficiência, bem como os seus impactos diferenciados em relação ao trabalho.

Esta pesquisa considerou que o aprimoramento tanto das políticas de ação afirmativa quanto a adoção de atitudes inclusivas em relação à deficiência parte, principalmente, da abertura de espaço para a fala e a escuta das PcD's e das suas vivências, uma vez que tal experiência possibilita a visibilidades das suas questões, assim como o debate contínuo sobre a inclusão e o respeito à diversidade. Assim, espera-se que a discussão e a análise aqui apresentadas possam gerar reflexões sobre esta temática e provocar novos questionamentos que permitam a tomada de iniciativas no contexto de trabalho e possibilitem práticas que colaborem para a plena (re)inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, em associação à qualidade de vida e à satisfação dos trabalhadores com deficiência, assegurando a efetividade das políticas de ação afirmativa. Como Morin (2001) argumenta, para os psicólogos, a compreensão dos sentidos do trabalho é uma oportunidade de atuar na reorganização dos processos de trabalho, de modo a favorecer a realização de algo que tenha sentido, podendo possibilitar ainda que os trabalhadores desenvolvam atitudes positivas em relação a si mesmos e às atividades que realizam. Desta forma, por meio de estudos como este, é possível aliar o conhecimento gerado à prática organizacional efetiva, atendendo ao legítimo propósito da pesquisa acadêmica: produzir teorias, mas também ação na sociedade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abberley, P. (2002). Work, disability, disabled people and European social theory. In C. Banes, M. Oliver & L. Barton. *Disability studies today* (pp. 120-138). Cambridge: Polity Press.
- Aguiar, S. Q. F. X., & Severino, M. P. S. R. S. (2010). Impactos da deficiência adquirida nas dimensões familiar, educacional, laboral e social. In *Anais do XVI Encontro de Pesquisa e Extensão*. Mossoró, RN: ENCOPE/UERN.
- Aguiar, W. M. J. (Org.). (2006). *Sentidos e significados do professor na perspectiva sócio-histórica: relatos de pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(2), 222-245.
- Albornoz, S. (1998). *O que é trabalho* (6. ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Almeida, L. A. D., Carvalho-Freitas, M. N., & Marques, A. L. (2008). Análise comparativa das percepções das pessoas com deficiência em relação à inserção no mercado formal de trabalho. In M. N. Carvalho-Freitas, & A. L. Marques, *Trabalho e Pessoas com Deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico* (pp. 55-70). Curitiba: Juruá.
- Alves, A. J. (1991). O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cad. Pesq.*, 77, 53-61.
- Alves, F. P. (2012). *Deficiência física adquirida em decorrência da violência física: representações de adolescentes e jovens*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande. Recuperado em 07 de setembro de 2014, de http://btdt.uepb.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=537.
- Alves, F. P., França, I. S. X., Costa, G. M. C. , Lopes, M. E. L., & Baptista, R. S. (2013). Adolescentes e jovens com deficiência física adquirida por violência: representações sobre deficiência. *Rev Rene*, 14(3), 600-609.
- Alves, M. A., & Galeão-Silva, L. G. (2004). A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *RAE*, 44(3), 20-29.

- Andrade, S. P. C., Tolfo, S. R., & Dellagnelo, E. H. L. (2012). Sentidos do trabalho e racionalidades instrumental e substantiva: interfaces entre a administração e a psicologia. *RAC*, 16(2), 200-216.
- Antunes, R. (2003). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2008). Século XXI: nova era da precarização do estrutural do trabalho? In *Anais do Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho*, São Paulo: Fundacentro.
- Araújo, J. P., & Schmidt, A. (2006). A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 12(2), 241-254.
- Arendt, H. (2007). *A condição humana* (10. ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1958).
- Assunção, L. G. L., & Sette, T. (2010). *Um outro olhar: uma história real de superação no trabalho e na vida*. São Paulo: Gente.
- Augusto, A. G. (1998). O fim da centralidade do trabalho? *Pesquisa & Debate*, 9(2/14), 87-104.
- Ávila-Vitor, M. R. C., & Carvalho-Freitas, M. N. (2012). Valores organizacionais e concepções de deficiência: a percepção de pessoas incluídas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 792-807.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bampi, L. N. S., Guilhem, D., & Alves, E. D. (2010). Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 18(4), 1-9.
- Barnes, C., Mercer, G., & Shakespeare, T. (2005). *Exploring disability*. Cambridge: Polity Press.
- Basso, I. S. (1998). Significado e sentido do trabalho docente. *Cad. CEDES*, 19(44), 19-32.

- Bastos, A. V. B., Pinho, A. P. M., & Costa, C. A. (1995). Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. *RAE*, 35(6), 20-29.
- Bendassolli, P. F. (2009). *Psicologia e trabalho: apropriações e significados*. São Paulo: Cengage Learning.
- Bendassolli, P. F., Borges-Andrade, J. E., & Malvezzi, S. (2010). Paradigmas, eixos temáticos e tensões na PTO no Brasil. *Estudos de Psicologia*, 15(3), 281-289.
- Bendassolli, P. F., & Coelho-Lima, F. (2015). Psicologia e trabalho informal: a perspectiva dos processos de significação. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 383-393.
- Bendassolli, P. F., & Gondim, S. M. G. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32(1), 131-147.
- Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011). Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(1), 59-72.
- Bernardes, L. C. G., Maior, I. M. M. L., Spezia, C. H., & Araujo, T. C. C. F. (2009). Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 31-38.
- Bitencourt, B. M., Gallon, S., Batista, M. K., & Piccinini, V. C. (2011). Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. *Revista de Ciências da Administração*, 13(31), 30-57.
- Bitencourt, B. M., Onuma, F. M. S., Piccinini, V. C., Moreira, L. B., & Severo, R. B. (2014). Os sentidos do trabalho para jovens de um empreendimento solidário e para trainees. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7(2), 142-155.
- Brito, D. C. S. (2009). A orientação profissional como instrumento reabilitador de pacientes portadores de doenças crônicas e deficiências adquiridas. *Psicologia em Revista*, 15(1), 106-119.
- Boschco, C. R. (2011). *Implicações do afastamento do trabalho por adoecimento na subjetividade do auxiliar de enfermagem*. Dissertação de Mestrado, Universidade

Federal do Paraná, Curitiba. Recuperado em 22 de junho de 2014, de <http://www.humanas.ufpr.br/portal/psicologiamestrado/files/2011/03/Trabalho-de-Disserta%C3%A7%C3%A3o-Carla-Regina-Boschco-sem-assinaturas.pdf>.

- Campos, C. J. G. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Rev Bras Enferm*, 57(5), 611-614.
- Canguilhem, G. (1982). *O normal e o patológico* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Cardoso, L. A. (2011). A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 23(2), 265-295.
- Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, 15(4), 679-684.
- Carneiro, R., & Ribeiro, M. A. (2008). A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência. In *Anais do XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Rio de Janeiro: EnANPAD.
- Carvalho-Freitas, M. N., & Marques, A. L. (2007). A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. *O&S*, 14(41), 59-78.
- Carvalho-Freitas, M. N., Marques, A. L., & Almeida, L. A. D. (2009). Pessoas com deficiência: comprometimento organizacional, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 2(2), 92-105.
- Carvalho-Freitas, M. N., Rocha, N. H. S., Lopes, R. M. N., Silva, S. H. L., & Spínola, W. L. B. (2007). Inclusão social de pessoas com deficiência em Cabo Verde – África. *Revista Moçambros: acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa*, 1(2), 99-112.
- Carvalho-Freitas, M. N., Suzano, J. C. C., & Nepomuceno, M. F. (2011). Acompanhamento do primeiro ano de trabalho de pessoas com deficiência em uma instituição pública. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4(2), 310-317.

- Carvalho-Freitas, M. N., Toledo, I. D., Nepomuceno, M. F., Suzano, J. C. C., & Almeida, L. A. D. (2010). Socialização organizacional de pessoas com deficiência. *RAE*, 50(3), 264-275.
- Castel, R. (2008). *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castel, R. (2010). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (10. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castro, S. S., César, C. L. G., Carandina, L., Barros, M. B. A., Alves, M. C. G. P., & Goldbaum, M. (2008). Deficiência visual, auditiva e física: prevalência e fatores associados em estudo de base populacional. *Cad. Saúde Pública*, 24(8), 1773-1782.
- Cattani, A. D. (1996). *Trabalho e autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cavalheiro, G. (2010). *Sentidos atribuídos ao trabalho por profissionais afastados do ambiente laboral em decorrência de depressão*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado em 14 de julho de 2014, de <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/103332>.
- Clot, Y. (2007). *A função psicológica do trabalho* (2. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Coelho, C. M. (2009). *Trabalhadores com deficiência: vivência subjetiva e realidade de trabalho*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado em 15 de junho de 2013, de http://www.eef.ufmg.br/mreab/documentos_new/Dissertpdf/CecMartinsCoelho.pdf.
- Conferencia Internacional del Trabajo. (2007). *La discriminación basada en la discapacidad 158*. División de Población: World Population Prospect.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988, 05 de outubro). Recuperado em 24 de agosto de 2014, de <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.
- Coutinho, M. C., Diogo, M. F., & Joaquim, E. P. (2008). Sentidos do trabalho e saber tácito: estudo de caso em universidade pública. *PSIC- Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 9(1), 99-108.

- Cugnier, J. S. (2012). *Sentidos atribuídos ao trabalho por trabalhadores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a relação com o estresse*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado em 14 de julho de 2014, de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99270>.
- Curado, J. C., & Menegon, V. S. M. (2009). Gênero e os sentidos do trabalho social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 431-441.
- D'Acri, V. (2003). Trabalho e saúde na indústria têxtil do amianto. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 17(2), 13-22.
- Decreto nº 3.298*. (1999, 20 de dezembro). Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Decreto nº 5.296*. (2004, 2 de dezembro). Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Dejours, C. (1997). *O fator humano*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C. (2000). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Diogo, M. F. (2007). Os sentidos do trabalho de limpeza e conservação. *Psicologia em Estudo*, 12(3), 483-492.
- Dourado, D. P., Holanda, L. A., Silva, M. M. M., & Bispo, D. A. (2009). Sobre o sentido do trabalho fora do enclave de mercado. *Cadernos Ebape*, 7(2), 350-367.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, 24, 213-225.

- Enriquez, E. (1996). Prefácio. In E. Davel, & J. Vasconcelos (Orgs.). *“Recursos” humanos e subjetividade* (pp. 7-22). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Enriquez, E. (1999). Perda do trabalho, perda da identidade. In A. Carvalho Neto, & M. R. Nabuco (Orgs.), *Relações de Trabalho Contemporâneas* (pp. 69-83). Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da PUC-Minas.
- Enriquez, E. (2001). Instituições, poder e desconhecimento. In J. N. G. Araújo, & T. Carreiro (Orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica* (pp. 49-74). São Paulo: Escuta. Belo Horizonte: FUMEC.
- Fechio, M. B., Pacheco, K. M. B, Kaihami, H. N., & Alves, V. L. R. (2009). A repercussão da lesão medular na identidade do sujeito. *Acta Fisiatr*, 16(1), 38-42.
- Ferreira, W. (2010). Justiça e reconhecimento em Nancy Fraser: interpretação teórica das ações afirmativas no caso brasileiro. *Perspectiva Sociológica*, 5(1), 1-14.
- Ferreira, T. G., & Oliver, F. C. (2010). A atenção domiciliar como estratégia para ampliação das relações de convivência de pessoas com deficiências físicas. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 21(3), 189-197.
- Finkelstein, V. (1980). *Attitudes and disabled people: issues for discussion*. New York: World Rehabilitation Fund.
- Flick, U. (2009). O que é pesquisa qualitativa? In U. Flick (Coord.), *Desenho de pesquisa qualitativa* (pp.15-32). Porto Alegre: Bookman/Artmed. (Coleção Pesquisa Qualitativa).
- Francelin, M. A. S. (2007). As implicações sociais da deficiência auditiva adquirida em adultos. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Botucatu. Recuperado em 24 de outubro de 2015, de repositorio.unesp.br/handle/11449/98470.
- Francelin, M. A. S., Motti, T. F. G., & Morita, I. (2010). As implicações sociais da deficiência auditiva adquirida em adultos. *Saúde Soc.*, 19(1), 180-192.
- Frankl, V. (2009). *Em busca de sentido* (29. ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes. (Trabalho original publicado em 1946).

- Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14(28), 139-152.
- Fraser, N. (2012). Igualdade, identidades e justiça social. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 5(59). Recuperado em 14 de setembro de 2015, de: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199>.
- Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, 14/15, 231-239.
- Freitas, M. T. A. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, 1(116), 21-40.
- Fontanella, B. J. B., Campos, C. J. G., & Turato, E. R. (2006). Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não dirigidas de questões abertas por profissionais de saúde. *Rev. Latino-am Enfermagem*, 14(5), 1-10.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde. *Cad. Saúde Pública*, 24(1), 17-27.
- Garbin, L. S. (2012). *Representações sociais de trabalhadores acidentados sobre o retorno ao trabalho*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. Recuperado em 24 de maio de 2014, de: http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=739.
- Garcia, V. G. (2014). Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. *Trab. Educ. Saúde*, 12(1), 165-187.
- Goffman, E. (1982). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Gorz, A. (1982). *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense.
- Gorz, A. (1995). Trabalho necessário e racionalidade econômica. *Novos Rumos*, 24(10), 15-20.

- Goodley, D. (2012). The psychology of disability. In N. Watson, A. Roustone & C. Thomas (ed.). *Routledge handbook of disability studies* (pp. 310-323). Oxon, UK: Routledge.
- Harpaz, I. (2002). Expressing a wish to continue or stop working as related to the meaning of work. *European Journal of Work & Organizational Psychology*, 11(2), 177-198.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: Autor.
- Jacques, M. G. C., & Amazarray, M. R. (2006). Trabalho bancário e saúde mental no paradigma da excelência. *Boletim da Saúde*, 20(1), 93-105.
- Job, F. P. R. (2003). *Os sentidos do trabalho e a importância da resiliência nas organizações*. Tese de doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Recuperado em 03 de junho de 2013, de <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2535>.
- Lancman, S., & Ghirardi, M. I. G. (2002). Pensando novas práticas em terapia ocupacional, saúde e trabalho. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 13(2), 44-50.
- Lane, S. T. M. (1994). Avanços da psicologia social na América latina. In S. T. M. Lane, & B. B. Sawaia (Orgs.), *Novas veredas da psicologia social* (pp. 67-79). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lei nº 7.853*. (1989, 24 de outubro). Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei nº 8.112*. (1990, 11 de dezembro). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei nº 8.213*. (1991, 24 de julho). Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

- Lei nº 13.146.* (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República.
- Lessa, S. (2012). Centralidade do trabalho, qual centralidade, qual trabalho? In S. Lessa, *Mundo dos homens: trabalho e ser social* (pp. 25-48). São Paulo: Editora Lukács.
- Lima, M. P., Tavares, N. V., Brito, M. J., & Capelle, M. C. A. (2013). O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. *RAM: Rev. Adm. Mackenzie*, 14(2), 42-68.
- Magro, M. L. P. D., & Coutinho, M. C. (2008). Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 703-711.
- Marcondes, W. B., Rotemberg, L., Portela, L. F., & Moreno, C. R. C. (2003). O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. *São Paulo em Perspectiva*, 17(2), 91-101.
- Marin, C. R., & Góes, M. C. R. (2006). A experiência de pessoas surdas em esferas de atividade do cotidiano. *Cad. Cedes*, 26(69), 231-249.
- Martins, J. A., & Barsaglini, R. A. (2011). Aspectos da identidade na experiência da deficiência física: um olhar socioantropológico. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, 15, 109-122.
- Marx, K. (2004). *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Martin Claret. (Trabalho original publicado em 1844).
- Marx, K., & Engels, F. (1987). *Cartas filosóficas e o manifesto comunista*. São Paulo: Moraes. (Trabalho original publicado em 1848).
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo. (Trabalho original publicado em 1846).
- Matsuo, M. (1999). *Acidentado do trabalho: reabilitação ou exclusão?* São Paulo: Fundacentro.
- Minayo, M. C. S. (2010). O desafio da pesquisa. In M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Ministério do Trabalho e Emprego (2014). *Características do emprego formal – RAIS 2013: pessoas com deficiência (PcD) – principais resultados*. Brasília: Autor.
- Ministério do Trabalho e Emprego (2015). *Características do emprego formal – Relação Anual de Informações Sociais 2014*. Brasília: Autor.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7-32.
- Moreira, J. O. (2011). Imaginários sobre aposentadoria, trabalho, velhice: estudo de caso com professores universitários. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 541-550.
- Morin, E. M. (2001). Os sentidos do trabalho. *RAE: Revista de Administração de Empresas*, 41(3), 8-19.
- Morin, E. M. (2004). The meaning of work en modern times. In *10th World Congress on Human Resources Management*, Rio de Janeiro.
- Morin, E. M., Tonelli, M. J., & Pliopas, A. L. (2007). O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 47-56.
- Murta, S. G., & Guimarães, S. S. (2007). Enfrentamento à lesão medular traumática. *Estudos de Psicologia*, 12(1), 57-63.
- Narita, S. (2006). Notas de pesquisa de campo em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 18(2), 25-31.
- Nohara, J. J., Acevedo, C. R., & Fiametti, M. (2008). A vida no trabalho: as representações sociais das pessoas com deficiências. In M. N. Carvalho-Freitas, & A. L. Marques, *Trabalho e pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico* (pp. 71-88). Curitiba: Juruá.
- Offe, C. (1989). Trabalho como categoria sociológica fundamental? In C. Offe, In *Trabalho & Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho* (pp. 13-41). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Oliveira, M. C. L., & Silveira, S. B. (2012). O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade. *Veredas online – Temática*, 1, 149-165.

- Oliveira, R. A. (2000). Elementos psicoterapêuticos na reabilitação dos sujeitos com incapacidades físicas adquiridas. *Análise Psicológica*, 4(18), 437-453.
- Oliveira, S. R. (2004). *Os sentidos do trabalho para os dentistas filiados à Uniodonto*. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado em 12 de outubro de 2014, de: http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4305?locale=pt_BR.
- Oliveira, S. R., Piccinini, V. C., Fontoura, D. S., & Schweig, C. (2004). Buscando o sentido do trabalho. In *Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Porto Alegre, RS: EnANPAD.
- Oliver, M. (1996). *Understanding disability: from theory to practice*. New York: Palgrave.
- Organização Mundial de Saúde. (2011). *World report on disability*. Malta: Autor.
- Organização das Nações Unidas. (1975). *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*. Recuperado em 19 de outubro de 2014, de http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf.
- Organização das Nações Unidas. (2007). *Mainstreaming disability in the development agenda*. Recuperado em 07 de setembro de 2014, de <http://www.un.org/disabilities/documents/reports/e-cn5-2008-6.doc>.
- Organização Internacional do Trabalho. (1983). *Vocational rehabilitation and employment of disabled persons*. Recuperado em 19 de outubro de 2014, de <http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc86/r-iii1ba.htm>.
- Othero, M. B., & Ayres, J. R. C. M. (2012). Necessidades de saúde da pessoa com deficiência: a perspectiva dos sujeitos por meio de histórias de vida. *Interface Comunicação Saúde Educação*, 16(40), 219-233.
- Paiva, L. L., & Goellner, S. V. (2008). Reinventando a vida: um estudo qualitativo sobre os significados culturais atribuídos à reconstrução corporal de amputados mediante a protetização. *Interface Comunicação Saúde Educação*, 12(26), 485-497.
- Paiva Silva, A. I. (2011). *As repercussões psicossociais do recebimento do Benefício de Prestação Continuada na vida no trabalho de pessoas com deficiência física*.

Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Paiva Silva, A. I., & Ribeiro, M. A. (2011). Repercussões psicossociais do Benefício de Prestação Continuada na vida no trabalho de pessoas com deficiência física. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 6(1), 116-127.

Patrocínio, F. F. (2010). *Deficiência e autonomia: processos de subjetivação em mulheres com deficiência adquirida*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado 03 de setembro de 2015, de http://www.pucminas.br/documentos/dissertacoes_fabiola_fernanda.pdf.

Pereira, C. S., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2008). Qual o significado do trabalho para as pessoas com e sem deficiência física? *Psico-USF*, 13(1), 105-114.

Ramminger, T., & Nardi, H. C. (2008). Subjetividade e trabalho: algumas contribuições de Michel Foucault. *Interface Comunicação Saúde Educação*, 12(25), 339-346.

Ramos, M. Z., Tittoni, J., & Nardi, H. C. (2008). A experiência de afastamento do trabalho por adoecimento vivenciada como processo de ruptura ou continuidade nos modos de viver. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 209-221.

Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação (2015). *Síntese das Principais Atividades: Exercício de 2014*. S. 1: Autor. Recuperado em 13 de abril de 2015, de www.sarah.br/media/1719/relatorio-2014-g.pdf.

Resende, M. C., & Neri, A. L. (2005). Atitudes de adultos com deficiência física frente ao idoso, à velhice pessoal e a pessoas com deficiência física. *Estudos de Psicologia*, 22(2), 123-131.

Resende, M. C., & Neri, A. L. (2009). Ajustamento psicológico e perspectiva de velhice pessoal em adultos com deficiência física. *Psicologia em Estudo*, 14(4), 767-776.

Ribeiro, A. M. V. (2007). *O sentido do trabalho para trabalhadores de organizações não governamentais*. Dissertação de Mestrado, Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte. Recuperado em 4 de maio de 2015, de http://unihorizontes.br/novosite/banco_dissertacoes/180820090813013268.pdf.

- Ribeiro, M. A. (2011). Juventude e trabalho: construindo a carreira em situação de vulnerabilidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(nº especial), 58-70.
- Ribeiro, M. A., & Ribeiro, F. (2012). O desenvolvimento da carreira de pessoas com deficiência em empresas: dificuldades e perspectivas. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5(1), 127-145.
- Rifkin, J. (1996). *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books.
- Rodrigues, A. L., Morin, E., & Strehlau, S. (2009). A imagem de executivos na mídia: um estudo com jornais de Québec. *Cadernos Ebape*, 7(2), 237-251.
- Rosso, B., Dekas, K. & Wrzesniewski, A. (2010). On the meaning of work: a theoretical integration and review. *Research in Organizational Behavior*, 30, 91-127.
- Sabóia, I. B., Coelho, R., & Aquino, C. A. B. (2007). Narratives et labour: impasses sobre o trabalho como narrativa de si mesmo na contemporaneidade. *Calisdócópio*, 5(2), 84-91.
- Santos, H. B. (2006). *O sentido do trabalho na economia de comunhão*. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Recuperado em 14 de julho de 2014, de www.anpecom.com.br/imgs/teses/060216HB.pdf.
- Sartre, J. P. (1967). *Questão de método* (2a. ed.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Serrano, C., & Brunstein, J. (2008). Competências dos gestores frente à inclusão da pessoa com deficiência: os desafios da diversidade na organização. In *Anais do XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Rio de Janeiro: EnANPAD.
- Schoeller, S. D., Bitencourt, R. N., Leopardi, M. T., Pires, D. P., & Zanini, M. T. B. (2012). Mudanças na vida das pessoas com lesão medular adquirida. *Rev. Eletr. Enf.*, 14(1), 95-103.
- Schur, L. (2002). The difference a job makes: the effects of employment among people with disabilities. *Journal of Economic Issues*, 36(2), 339-348.

- Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, 13(1), 11-30.
- Silva, G. P. (2007). *O significado do trabalho para o deficiente visual*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado em 15 de junho de 2013, de: http://www1.pucminas.br/documentos/dissertacoes_glaucia_silva.pdf.
- Silva, L. C. A., & Albertini, P. (2007). A reinvenção da sexualidade masculina na paraplegia adquirida. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, 19(1), 37-48.
- Silva, M. A. M., & Hashimoto, F. (2003). Afastados do trabalho: repercussões na vida do indivíduo. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 16(171), 32-37.
- Silva, N., & Tolfo, S. R. (2012). Trabalho significativo e felicidade humana: explorando aproximações. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 12(3), 341-354.
- Stone-Romero, E. F., Stone, D. L., & Lukaszewski, K. (2006). The influence of disability on role-taking in organizations. In A. M. Konrad, P. Prasad, & J. K. Pringle (ed.). *Handbook of workplace diversity* (pp. 401-426). London: Sage Publications.
- Souza, J. M., & Carneiro, R. (2007). Universalismo e focalização na política de atenção à pessoa com deficiência. *Saúde Soc.*, 16(3), 69-84.
- Souza, M. E. L., & Faiman, C. J. S. (2007). Trabalho, saúde e identidade: repercussões do retorno ao trabalho, após afastamento por doença ou acidente, na identidade profissional. *Saúde, Ética & Justiça*, 12(1/2), 22-32.
- Suzano, J. C. C., Nepomuceno, M. F., Ávila, M. R. C., Lara, G. B., & Carvalho-Freitas, M. N. (2008). Análise da produção acadêmica nacional dos últimos 20 anos sobre a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. In M. N. Carvalho-Freitas, & A. L. Marques (Orgs.). *Trabalho e Pessoas com Deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico* (pp. 23-42). Curitiba: Juruá.
- Tanaka, E. D. O., & Manzini, E. J. (2005). O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 11(2), 273-294.
- Teixeira, A. M., & Guimarães, L. (2006). Vida revirada: deficiência adquirida na fase adulta produtiva. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 7(1), 182-200.

- Tette, R. G. P. (2013). *Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: relações entre significado do trabalho e percepção de suporte social e organizacional*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei. Recuperado em 17 de novembro de 2014, de www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/DISSERTACAO%20RAISSA%20PEDROSA%20GOMES%20TETTE.pdf.
- Theodoro, J. A. (2007). *Sentido do trabalho para funcionários de organizações de luxo: estudo de caso em um restaurante de luxo em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo. Recuperado em 14 de julho de 2014, de http://tede.anhembi.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=199.
- Thomas, C. (2002). Disability theory: key ideas, issues and thinkers. In C. Banes, M. Oliver & L. Barton. *Disability studies today* (pp. 38-55). Cambridge: Polity Press.
- Tolfo, S. R., Coutinho, M. C., Almeida, A. R., Baash, D., & Cugnier, J. S. (2005). Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do trabalho. In *Anais do Fórum CRITEOS*. Porto Alegre: UFRGS.
- Tolfo, S. R., & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 38-46.
- Vasconcelos, F. D. (2010). O trabalhador com deficiência e as práticas de inclusão no mercado de trabalho de Salvador, Bahia. *Rev. Bras. Saúde Ocup.*, 35(121), 41-52.
- Viana, E. A. S., & Machado, M. N. M. (2011). Sentido do trabalho no discurso dos trabalhadores de uma ONG em Belo Horizonte. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 46-55.
- Weber, M. (1989). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (6. ed.). São Paulo: Pioneira. (Trabalho original publicado em 1904).

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado a participar do estudo “Os sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida reinseridas no mercado de trabalho”. O objetivo deste estudo consiste em compreender os sentidos atribuídos ao trabalho por pessoas com deficiência adquirida reinseridas no mercado de trabalho após a aquisição da deficiência.

Caso você participe, será necessário responder a uma entrevista, que terá o seu áudio gravado, como parte da coleta de dados. Informamos que não será adotado nenhum procedimento que traga qualquer desconforto ou risco à sua vida.

A participação neste estudo é voluntária e você poderá ter todas as informações que quiser, mesmo depois de conceder a entrevista. Se você decidir não participar da pesquisa ou quiser retirar o seu consentimento, tem absoluta liberdade de fazê-lo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade.

O material coletado (entrevistas gravadas e anotações) ficará sob a nossa responsabilidade, durante e após o desenvolvimento da pesquisa. Seu nome não aparecerá em qualquer momento do estudo, pois você será identificado com um número. Sendo assim, na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será preservada, ficando asseguradas a privacidade e a confidencialidade das informações contidas em suas falas e ações.

Os avanços nesta área ocorrem através de estudos como este, por isso a sua participação é importante. Mesmo não tendo benefícios diretos por participar da pesquisa, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Atenciosamente,

São João del-Rei, ____/____/_____

Assinatura do pesquisador responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Eu, _____, li e/ou ouvi o (nome do voluntário) esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e qual procedimento a que serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

Eu concordo em participar do estudo.

São João del-Rei,//.....

Assinatura do voluntário

Documento de Identidade

Assinatura do pesquisador responsável

Telefone de contato do pesquisador: (37) 9904-1122

Em caso de dúvida em relação a este documento, você pode entrar em contato com o Comissão Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de São João del-Rei – cepes@ufsj.edu.br / (32) 3379-2413.

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE 1: Informações sobre o entrevistado

- a) Qual a sua formação escolar/acadêmica?
- b) Quais foram as suas principais experiências profissionais antes de adquirir a deficiência?
- c) Conte como você adquiriu esta deficiência (época e causa)
- d) Quais os impactos da aquisição desta deficiência nos seus aspectos pessoal e profissional?
- e) Qual cargo ou atividade você desempenhava na ocasião em que adquiriu a deficiência?
- f) Você ocupa algum cargo ou desempenha atividade atualmente? Qual?
- g) Como você chegou ao cargo/função atual (preparação acadêmica, trajetória profissional, indicação de amigos, lei de cotas)? Este trabalho foi uma escolha sua?
Em caso negativo: se você pudesse escolher, você estaria trabalhando em que área/atividade? Por quê?

PARTE 2: Questões de pesquisa

1. Para você, o que é trabalho?
2. Você sentiu falta de algo no período em que ficou sem trabalhar? Você chegou a receber auxílio financeiro do INSS?
3. Na(s) atividade(s) profissional(is) exercidas após a aquisição da deficiência, quais foram as principais dificuldades encontradas no seu dia-a-dia de trabalho? Como você lidou com essas dificuldades?
4. O que poderia ser feito para facilitar a sua rotina de trabalho?
5. Se você trabalha atualmente, como é o seu relacionamento com o seu superior e os colegas de trabalho?
6. O que o trabalho representa na sua vida? Como você o vê? Que sentido você atribui a ele?
7. O que você considera que um trabalho tem que ter para fazer sentido para quem o realiza?
8. O que é um trabalho sem sentido? Como ele tem que ser para não fazer sentido para quem o executa?

9. Você percebe o trabalho de maneira diferente antes e depois da aquisição da deficiência?
10. Como o trabalho se insere em seu projeto de vida atualmente?
11. O que você avalia como sendo aspectos positivos do seu trabalho?
12. O que você avalia como sendo aspectos negativos do seu trabalho? Como você lida com estes pontos negativos?
13. Quais eram as suas expectativas ao retornar ao ambiente de trabalho após a aquisição da deficiência? O que de fato ocorreu?
14. Como você avalia a sua experiência profissional antes e depois da aquisição da deficiência?
15. O que você procura no trabalho?
16. Qual a sua motivação para trabalhar?
17. Você está satisfeito(a) com o seu trabalho? O que mais lhe agrada e o que mais desagrada nas atividades que realiza?
18. O que você espera para o seu futuro profissional?

Observações e comentários adicionais: